



Prumo Logística S.A.
(Companhia aberta)

Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balanços patrimoniais	11
Demonstrações dos resultados	13
Demonstrações dos resultados abrangentes	14
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	15
Demonstrações dos fluxos de caixa	16
Demonstrações dos valores adicionados	17
Notas explicativas sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	18



KPMG Auditores Independentes
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400, Fax +55 (21) 2207-9000
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Conselheiros e Diretores da Prumo Logística S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Prumo Logística S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas .

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Prumo Logística S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Prumo Logística S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).



Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Continuidade operacional - Controladora e Consolidado (Nota Explicativa n. 1 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia incorreu em prejuízo do exercício de R\$983.531 mil (consolidado - R\$989.117 mil) e prejuízos acumulados de R\$ 1.880.807 mil (consolidado - R\$1.883.042 mil). Parte substancial das operações da Companhia, suas controladas e controlada em conjunto foram iniciadas no quarto trimestre de 2014, e a conclusão das obras em andamento para implementação do plano de negócios dependerá do suporte financeiro dos acionistas e/ou recursos de terceiros até que a Companhia e suas controladas gerem caixa suficiente para a manutenção de suas atividades. Com o objetivo de avaliar o uso do pressuposto de continuidade operacional quando da preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia elaborou análises que consideraram eventos e condições que pudessem indicar incertezas significativas e gerar dúvidas sobre a sua capacidade de continuidade operacional. Devido à relevância, complexidade e julgamento envolvidos na determinação das premissas base dessa avaliação, especificamente as projeções de fluxo de caixa, e do impacto que qualquer mudança significativa nessas premissas poderia ter na avaliação da existência de incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional e, conseqüentemente, nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.



Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, principalmente, a análise da avaliação preparada pela Companhia quanto às incertezas relacionadas à capacidade de continuidade operacional e da avaliação das projeções de fluxo de caixa preparadas pela Companhia e aprovadas pelo Conselho de Administração. Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos a consistência das projeções utilizadas nos cálculos de redução do valor recuperável de ativos não financeiros e recuperabilidade de imposto de renda diferido ativo preparadas pela Companhia e devidamente aprovadas pelo Conselho de Administração, considerando resultados realizados, dados externos e condições do mercado. Avaliamos também os planos da Companhia aprovados pelo Conselho de Administração para ações futuras em relação à análise da continuidade operacional, bem como efetuamos a leitura dos termos contratuais de debêntures e de empréstimos, considerando potencial violação relevante, das atas das reuniões de acionistas, dos responsáveis pela governança e de comitês relevantes. Avaliamos ainda a adequação das informações divulgadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o julgamento da Companhia de que não existe incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional a ser divulgada e que foram feitas as divulgações requeridas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Valor recuperável de propriedades para investimento, ativo imobilizado, diferido e intangível - Controladora e Consolidado (Notas Explicativas n. 5, 16, 17 e 18 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas)

A Companhia avaliou a existência de indicadores de redução ao valor recuperável em relação às suas unidades geradoras de caixa ("UGCs") e para o cálculo do valor recuperável utilizou-se do método de fluxo de caixa descontado, com base em projeções econômico-financeiras. Devido às incertezas inerentes relacionadas com as projeções de fluxo de caixa e suas estimativas para determinar a capacidade de recuperação de ativos, como a taxa de desconto, crescimento econômico projetado e a inflação de custos utilizados na determinação do valor em uso dos ativos e valor justo líquido de despesa de venda, e à complexidade do processo, o qual requer um grau significativo de julgamento para determinação da estimativa contábil, que pode impactar o valor desses ativos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o valor do investimento registrado pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora, consideramos esse assunto como significativo para a auditoria das demonstrações financeiras.



Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Obtivemos o entendimento do processo de preparação e revisão do plano de negócios e análises ao valor recuperável disponibilizadas pela Companhia. Avaliamos a adequação da estimativa preparada pela Companhia, da determinação das Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) e da metodologia utilizada para o teste de redução ao valor recuperável. Com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos as premissas e as metodologias utilizadas na preparação do modelo de fluxo de caixa descontado, como o crescimento econômico projetado para o setor, a inflação de custos e as taxas de desconto, confrontando-as com dados obtidos de fontes externas, assim como avaliamos a análise de sensibilidade sobre essas premissas. Avaliamos também a adequação da estimativa e metodologia para determinação do valor justo líquido de despesa de venda e comparamos com o valor em uso. Comparamos a soma dos fluxos de caixa descontados com o valor registrado de propriedades para investimento, ativo imobilizado, diferido e intangível da Companhia para determinação do valor em uso. Avaliamos também a adequação das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras.

No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes no teste de recuperabilidade da UGC *Industrial Hub/T-Mult*, que afetariam a mensuração e a divulgação do valor recuperável do ativo imobilizado, os quais foram registrados e divulgados pela Companhia.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que, no tocante à sua recuperabilidade, são aceitáveis os saldos das propriedades para investimento, do ativo imobilizado, diferido e intangível no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Impostos ativos diferidos - Controladora e Consolidado (Nota Explicativa n. 5 e 10 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas)

A Companhia reconhece os impostos diferidos ativos relativos a prejuízo fiscal e base negativa com base na existência de probabilidade razoável de que gerará lucro tributável futuro para a utilização de tais ativos. A determinação do valor dos lucros tributáveis futuros é baseada em projeção de receita, custos e resultado financeiro, que refletem o ambiente econômico e operacional da Companhia. Devido às incertezas inerentes ao negócio que impactam as projeções de resultado tributável futuro e suas estimativas para determinar a capacidade de recuperação desses impostos ativos diferidos e o fato da Companhia exercer um julgamento significativo que pode impactar o valor desses ativos nas demonstrações financeiras consolidadas e o valor do investimento registrado pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora, consideramos esse assunto como significativo para nossa auditoria das demonstrações financeiras.



Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Obtivemos o entendimento do processo de preparação das projeções de lucros tributáveis futuros elaboradas pela Companhia. Com o auxílio de nossos especialistas em impostos, avaliamos a natureza das diferenças temporárias, bem como a razoabilidade da base do prejuízo fiscal e da base negativa de contribuição social que compõem a base tributável. Adicionalmente, envolvemos nossos especialistas em finanças corporativas, que nos auxiliaram na avaliação das premissas e das metodologias utilizadas, que suportam a determinação do valor dos lucros tributáveis futuros, bem como comparamos as premissas, com dados obtidos de fontes externas, quando disponíveis, como o crescimento econômico projetado para o setor, a inflação de custos e as taxas de desconto, e avaliamos a consistência dessas premissas com os planos de negócio aprovados pelo Conselho de Administração. Avaliamos ainda a análise de sensibilidade na projeção de receita e custos e comparamos o resultado esperado de lucro tributável futuro, e o limite do valor a ser registrado como imposto diferido ativo da Companhia. Avaliamos também as divulgações efetuadas, principalmente as relativas aos valores adicionais de imposto ativo diferido não registrados devido à falta de expectativa de recuperação.

No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes que afetariam a mensuração e a divulgação da recuperabilidade do imposto diferido ativo na controlada Porto do Açu, os quais foram registrados e divulgados pela Companhia.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que são aceitáveis, no tocante à sua recuperabilidade, os saldos dos impostos diferidos ativos e as respectivas divulgações no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.



Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.



Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.



Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 20 de março de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Luis Claudio França de Araújo
Contador CRC RJ-091559/O-4

Prumo Logística S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalente de caixa	6	44.021	202.408	83.033	405.799
Títulos e valores mobiliários	6	13.241	-	19.294	-
Depósitos bancários vinculados	7	20.645	-	20.698	254
Clientes	8	-	-	56.355	13.789
Mútuos com partes relacionadas	19	23.551	-	85.034	50.281
Contas a receber com partes relacionadas	19	4.019	4.261	969	990
Créditos com terceiros	14	-	-	757	1.428
Adiantamentos diversos		216	355	759	802
Estoques		-	-	-	30
Impostos a recuperar	9	15.650	11.022	68.993	46.175
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	9	-	-	32.048	26.465
Despesas antecipadas		79	2	915	16.665
Dividendos	19	-	36.681	-	-
Outras contas a receber		806	807	3.880	6.390
Total do ativo circulante		122.228	255.536	372.735	569.068
Não circulante					
Depósitos bancários vinculados	7	-	-	29.427	63.988
Clientes	8	-	-	58.105	61.354
Mútuos com partes relacionadas	19	509.580	509.580	739.109	844.667
Debêntures	13	-	-	659.393	670.354
Créditos com terceiros	14	-	-	80.015	62.664
Depósitos restituíveis	11	-	-	19.865	87.619
Depósitos judiciais	12	277	192	24.323	22.696
Impostos a recuperar	9	62.934	64.940	68.250	117.599
Impostos diferidos	10	-	-	273.704	435.691
Investimentos					
Participações societárias	15	1.788.778	2.537.809	244.402	225.962
Propriedade para investimento	16	-	-	546.252	535.696
Imobilizado	17	2.443	3.909	4.267.832	4.055.524
Intangíveis	18	7.756	6.747	66.097	55.224
Total do ativo não circulante		2.371.768	3.123.177	7.076.774	7.239.038
Total do ativo		2.493.996	3.378.713	7.449.509	7.808.106

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Prumo Logística S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 2016 ---Continuação
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
Passivo					
Circulante					
Fornecedores		2.586	16.151	72.990	118.797
Empréstimos, financiamentos e debêntures	21	-	-	34.917	32.782
Salários e encargos a pagar		23.933	9.029	42.434	15.980
Contas a pagar com partes relacionadas	19	113	694	7.613	22.950
Obrigações com terceiros	14	-	-	520	-
Adiantamento de clientes	23	-	-	2.657	2.918
Impostos e contribuições a recolher	22	9.156	1.553	19.517	7.343
Impostos de renda e contribuição social a recolher	22	-	-	3.671	26.005
Outras contas a pagar		-	-	56	212
Total do passivo circulante		35.788	27.427	184.375	226.987
Não circulante					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	21	-	-	4.754.168	4.142.206
Obrigações com terceiros	14	-	-	19.880	19.880
Adiantamento de clientes	23	-	-	24.472	27.168
Provisão para contingências	24	2.515	1.793	3.005	2.036
Provisão para perda de investimentos		260.733	197.909	-	-
Impostos diferidos	10	-	-	32.610	-
Outras contas a pagar		-	-	484	484
Total do passivo não circulante		263.248	199.702	4.834.619	4.191.774
Patrimônio líquido					
Capital social	25	3.232.034	3.232.034	3.232.034	3.232.034
Reservas de capital		977.380	962.779	977.380	962.779
Ajuste de avaliação patrimonial		(133.647)	(145.953)	(133.647)	(145.953)
Prejuízos acumulados		(1.880.807)	(897.276)	(1.883.042)	(899.840)
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		2.194.960	3.151.584	2.192.725	3.149.020
Participação de acionistas não controladores		-	-	237.790	240.325
Total do patrimônio líquido		2.194.960	3.151.584	2.430.515	3.389.345
Total do passivo e patrimônio líquido		2.493.996	3.378.713	7.449.509	7.808.106

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Prumo Logística S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

(Em milhares de reais, exceto o prejuízo por ação, expresso em reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
Receita líquida de serviços	27	-	-	232.739	143.551
Custo dos serviços prestados	28	-	-	(234.960)	(165.979)
Prejuízo bruto		-	-	(2.221)	(22.428)
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas gerais e administrativas	29	(85.955)	(70.547)	(140.589)	(115.109)
Redução ao valor recuperável de ativos ("impairment")	1, 17, 18	-	-	(139.315)	(103.593)
Provisão para perda - depósitos restituíveis	8 e 11	-	-	(66.908)	-
Outras receitas	30	93	2.392	1.052	3.789
Outras despesas	30	(1.281)	-	(5.089)	(170)
Resultado antes do resultado financeiro, equivalência patrimonial e impostos		(87.143)	(68.155)	(353.070)	(237.511)
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	31	21.218	92.979	184.449	453.675
Despesas financeiras	31	(23.098)	(68.158)	(643.312)	(662.996)
		(1.880)	24.821	(458.863)	(209.321)
Resultado de equivalência patrimonial	15	(888.913)	(252.211)	27.361	28.319
Resultado antes dos impostos		(977.936)	(295.545)	(784.572)	(418.513)
Imposto de renda e contribuição social corrente	22	(5.595)	-	(9.466)	(26.233)
Imposto de renda e contribuição social diferido	22	-	-	(195.079)	207.710
Prejuízo líquido do exercício		(983.531)	(295.545)	(989.117)	(237.036)
Resultado atribuível aos:					
Acionistas controladores	26	(983.531)	(295.545)	(983.202)	(262.773)
Acionistas não controladores		-	-	(5.915)	25.737
Prejuízo líquido do exercício		(983.531)	(295.545)	(989.117)	(237.036)
Resultado por ação					
Prejuízo por ação ordinária - básico e diluído (em R\$)	26	(2,61566)	(0,78599)	(2,61478)	(0,69883)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Prumo Logística S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Prejuízo líquido do exercício	(983.531)	(295.545)	(989.117)	(237.036)
Outros resultados abrangentes				
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado (líquidos de impostos):				
Ajustes acumulados de conversão	13.566	(178.003)	13.566	(178.003)
Instrumento de <i>hedge</i> - contabilidade reflexa	(1.260)	972	(1.260)	972
Total dos resultados abrangentes do período	(971.225)	(472.576)	(976.811)	(414.067)
Resultado abrangente atribuível aos:				
Acionistas controladores	(971.225)	(472.576)	(970.896)	(439.804)
Acionistas não controladores	-	-	(5.915)	25.737

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Prumo Logística S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (controladora e consolidado)
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	Reserva de Capital							Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido - controladora	Ajuste ativo diferido - Lei 11.638/07	Total	Participação de acionista não controladores	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Ágio na emissão de ações	Opções de ações outorgadas	Gastos com emissão de ações	Reserva de capital reflexa - Ferropport	Bônus de subscrição Siemens-reflexa	Ganho/perda na variação percentual em investida							
Saldo em 1º de janeiro de 2016	2.574.612	327.761	60.369	(31.844)	125.182	-	480.430	31.078	(596.894)	2.970.694	(33.629)	2.937.065	259.082	3.196.147
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	(295.545)	(295.545)	32.772	(262.773)	25.737	(237.036)
Aumento de capital	657.422	-	-	-	-	-	-	-	-	657.422	-	657.422	-	657.422
Opções sobre ações reconhecidas	-	-	881	-	-	-	-	-	-	881	-	881	-	881
Ajustes acumulados de conversão	-	-	-	-	-	-	-	(178.003)	-	(178.003)	-	(178.003)	(44.494)	(222.497)
Instrumento financeiro <i>hedge</i>	-	-	-	-	-	-	-	972	-	972	-	972	-	972
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.837)	(4.837)	(1.707)	(6.544)	-	(6.544)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	3.232.034	327.761	61.250	(31.844)	125.182	-	480.430	(145.953)	(897.276)	3.151.584	(2.564)	3.149.020	240.325	3.389.345
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	(983.531)	(983.531)	330	(983.201)	(5.915)	(989.116)
Opções sobre ações reconhecidas	-	-	1.392	-	-	-	-	-	-	1.392	-	1.392	-	1.392
Ajustes acumulados de conversão	-	-	-	-	-	-	-	13.566	-	13.566	-	13.566	3.380	16.946
Instrumento financeiro <i>hedge</i>	-	-	-	-	-	-	-	(1.260)	-	(1.260)	-	(1.260)	-	(1.260)
Bônus de subscrição - Siemens - reflexa	-	-	-	-	-	13.231	-	-	-	13.231	-	13.231	-	13.231
Outros	-	-	-	-	-	-	(22)	-	-	(22)	(1)	(23)	-	(23)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	3.232.034	327.761	62.642	(31.844)	125.182	13.231	480.408	(133.647)	(1.880.807)	2.194.960	(2.235)	2.192.725	237.790	2.430.515

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo antes dos impostos	(977.936)	(295.545)	(784.572)	(418.513)
Itens de resultado que não afetam o caixa:				
Depreciação e amortização	1.587	1.908	148.308	112.134
Baixa do imobilizado	22	-	19.462	(33)
Resultado de equivalência patrimonial	888.913	252.211	(27.361)	(28.319)
Variação monetária e juros	(1.232)	(43.052)	423.157	250.139
Variação cambial pela conversão	-	-	(11.296)	(48.758)
Amortização do custo de transação	-	-	28.530	26.215
Redução ao valor recuperável de ativos ("impairment")	-	-	139.315	103.593
Provisão para perda de depósitos restituíveis	-	-	66.908	-
Provisão para bônus	20.042	(4.370)	27.325	(7.525)
Provisão/reversão para contingências	722	481	968	466
Despesa com remuneração baseada em ações	1.254	742	1.392	881
Prejuízo líquido ajustado	(66.628)	(87.625)	32.136	(9.720)
(Aumento) redução de ativos e aumento (redução) de passivos:				
Clientes	-	-	(39.317)	(31.322)
Depósitos restituíveis	-	-	3.813	5.894
Depósitos bancários vinculados	-	-	-	50.319
Impostos a recuperar	(2.622)	(5.516)	31.350	(3.554)
Depósitos judiciais	(66)	-	(126)	-
Créditos com terceiros	-	-	(16.680)	(10.588)
Despesas antecipadas	(77)	89	15.750	(14.434)
Contas a receber com partes relacionadas	327	7.174	(1.483)	9.511
Outros valores a receber	169	(743)	2.584	(5.894)
Fornecedores	(13.565)	(27.348)	(45.494)	(88.512)
Adiantamento de clientes	-	-	(2.957)	(37)
Impostos e contribuições a recolher	2.008	7.227	(19.626)	6.494
Contas a pagar com partes relacionadas	(581)	(1.175)	(15.337)	4.290
Salários e encargos a pagar	(5.138)	(11.243)	(2.076)	(12.750)
Outras contas a pagar	(13)	(3.886)	350	(720)
Caixa líquido usado nas atividades operacionais	(86.186)	(123.217)	(57.113)	(101.262)
Fluxo de caixa nas atividades de investimentos				
Aquisição de bens do imobilizado	1.052	(1.220)	(467.515)	(586.927)
Ativo intangível	(2.204)	(1.964)	(13.605)	(9.255)
Propriedade para investimentos	-	-	(10.556)	(33.322)
Títulos e valores mobiliários	(13.241)	-	(19.294)	-
Depósitos bancários vinculados	(20.645)	-	-	-
Reserva de capital reflexa - GNA	-	-	13.231	-
Aumento de capital em controlada	(183)	(244.871)	-	(50.750)
Adiantamento para futuro aumento de capital	(79.332)	(31.326)	-	(1.500)
Dividendos recebidos	25.320	-	-	-
Juros sobre capital próprio	27.032	-	-	-
Mútuos concedidos a partes relacionadas	(10.000)	(86.836)	(10.000)	-
Mútuos recebidos com a partes relacionadas	-	-	192.176	154.378
Empréstimos concedidos a terceiros	-	-	-	(10.961)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(72.201)	(366.217)	(315.563)	(538.337)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Aumento de capital líquido	-	657.422	-	657.422
Depósitos bancários vinculados	-	-	16.598	-
Juros pagos	-	(24.397)	(46.315)	(76.905)
Custo de transação com terceiros	-	-	(50.006)	(36.868)
Empréstimos obtidos com partes relacionadas	-	386.941	-	371.413
Empréstimos liquidados com partes relacionadas	-	(328.423)	-	(328.423)
Empréstimos obtidos com terceiros	-	-	258.064	-
Empréstimos liquidados com terceiros	-	-	(130.941)	(145.721)
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de financiamento	-	691.543	47.400	440.918
Aumento (redução) do caixa e equivalente de caixa	(158.387)	202.109	(325.276)	(198.681)
No início do exercício	202.408	299	405.799	550.170
No fim do exercício	44.021	202.408	83.033	417.311
Efeito da variação cambial em caixa e equivalentes de caixa	-	-	(2.510)	(65.822)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Receitas				
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	-	-	268.813	160.876
Outras receitas	93	2.392	1.052	3.789
Construção de ativos próprios	-	-	490.365	357.622
	93	2.392	760.230	522.287
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)				
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	-	-	(68.378)	(40.056)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(19.724)	(16.342)	(529.275)	(394.253)
Perda/recuperação de valores ativos	-	-	(206.880)	(103.665)
Outras	(2.003)	(1.384)	(5.241)	(1.508)
	(21.727)	(17.726)	(809.774)	(539.482)
Valor adicionado bruto	(21.634)	(15.334)	(49.544)	(17.195)
Depreciação, amortização e exaustão	(1.587)	(1.908)	(148.308)	(112.134)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	(23.221)	(17.242)	(197.852)	(129.329)
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	(888.913)	(252.211)	27.361	28.319
Receitas financeiras	21.218	92.979	184.449	453.675
Imposto de renda diferido	-	-	(195.079)	207.710
	(867.695)	(159.232)	16.731	689.704
Valor adicionado total a distribuir	(890.916)	(176.474)	(181.121)	560.375
Distribuição do valor adicionado				
Empregados				
Remuneração direta	22.427	23.864	41.587	42.026
Benefícios	23.204	8.931	41.708	17.565
FGTS	1.631	1.501	2.946	1.939
	47.262	34.296	86.241	61.530
Tributos				
Federais	15.596	11.000	56.349	59.177
Estaduais	5	-	4.195	287
Municipais	-	-	3.467	1.078
	15.601	11.000	64.011	60.542
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	23.098	68.158	643.311	662.996
Aluguéis	6.654	5.617	14.433	12.343
	29.752	73.775	657.744	675.339
Remuneração de capitais próprios				
Prejuízo do exercício	(983.531)	(295.545)	(983.202)	(262.773)
Participação dos não-controladores nos lucros retidos	-	-	(5.915)	25.737
	(983.531)	(295.545)	(989.117)	(237.036)
	(890.916)	(176.474)	(181.121)	560.375

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

A Prumo Logística S.A. (“Prumo” ou “Companhia”) foi constituída em 1º de março de 2007, com o objetivo de desenvolver empreendimentos de infraestrutura e competências logísticas integradas, principalmente no setor portuário. Essas operações consistem basicamente na estocagem, manuseio e embarque de minério de ferro e de embarque, desembarque e transbordo de cargas de terceiros de todo tipo, tais como de granéis sólidos (minerais, agrícolas e industrializados) e líquidos, e no arrendamento de retroárea. A Companhia atualmente desenvolve suas operações através da controlada Porto do Açú Operações S.A. (“Porto do Açú”), da controlada indireta em conjunto (“empreendimento controlado em conjunto”), Ferroport Logística Comercial Exportadora S.A. (“Ferroport”), da controlada Açú Petróleo S.A. (“Açú Petróleo”), da controlada Gás Natural Açú S.A. (“Gás Natural”) e do empreendimento controlado em conjunto NFX Combustíveis Marítimos Ltda. (“NFX”).

As cotações das ações da Prumo fecharam o exercício de 31 de dezembro de 2017 com o valor de R\$11,43, superior ao valor patrimonial consolidado da Companhia na mesma data, de R\$6,46 por ação.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresentou prejuízo consolidado de R\$989.117 (totalizando R\$1.883.042 de prejuízo consolidado acumulado), e capital circulante consolidado positivo de R\$188.360.

As estratégias financeiras previstas para curto prazo são as seguintes:

- Utilização pela Açú Petróleo dos recursos provenientes de um financiamento de US\$350 milhões da Overseas Private Investment Corporation (“OPIC”), agência financeira norte americana de desenvolvimento, aprovado pela mesma. Desse montante, a Açú Petróleo sacou o montante de US\$80 milhões em maio de 2017 e aguarda o cumprimento de condições precedentes do contrato para levantar o restante dos recursos. Esta linha de crédito equilibrará sua estrutura de capital.
- A Administração está estruturando o financiamento para o desenvolvimento de duas térmicas a gás natural e um terminal de GNL no Porto do Açú. A Companhia espera avançar na obtenção de recursos de longo prazo desses projetos nos próximos meses, conforme divulgado em Gás Natural, nesta mesma nota explicativa; e

1. Contexto operacional--Continuação

- Adicionalmente, a Administração continua empenhada na busca de outras formas de obtenção de recursos para a continuidade da implementação do plano de negócios da Companhia. Estes planos incluem o desenvolvimento dos empreendimentos descritos nesta nota.

Análise de *impairment*

A Companhia revisa trimestralmente a existência de indicadores de perda ao valor recuperável dos ativos e, em 31 de março de 2017, decidiu constituir provisão para perda no montante de R\$10.961, relativos ao empréstimo (“DIP”) concedido à OSX, ante a incerteza do sucesso do plano de recuperação judicial da OSX, conforme Nota explicativa nº 13 - Debêntures.

Adicionalmente, conforme Nota explicativa nº 17 - Imobilizado, no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, devido às difíceis condições econômicas do País, decorrentes entre outros fatores da queda nos preços de *commodities* e de aumento da percepção de risco, que provocou a retração das atividades de diversos segmentos industriais considerados clientes-alvo do Açú, a Administração constituiu provisão para redução do valor recuperável dos ativos (“*impairment*”) da unidade geradora de caixa (“UGC”) *Industrial Hub/T-Mult*, no montante de R\$122.284, na controlada direta Porto do Açú (R\$128.354 no consolidado).

Oferta Pública

Em 14 de outubro de 2016, a Companhia divulgou Fato Relevante anunciando ao mercado que havia sido informada pelo Ofertante da sua intenção de realizar, diretamente ou por meio de sociedades a ele relacionadas, oferta pública de aquisição das Ações em Circulação (“OPA”) para cancelamento de registro da Companhia na CVM como emissora de valores mobiliários categoria “A” e para a saída da Companhia do Novo Mercado, nos termos e condições previstos na legislação e regulamentação em vigor.

Em 22 de outubro de 2016, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a indicação de lista tríplice de avaliadores para elaborar o laudo de avaliação das ações de emissão da Companhia (“Laudo de Avaliação”) para fins da OPA.

Em 25 de novembro de 2016, o Cancelamento de Registro e a Saída do Novo Mercado (condicionada a quaisquer termos e condições aplicáveis à OPA bem como à regulamentação aplicável) foram aprovados em assembleia geral extraordinária da Companhia pela maioria dos acionistas presentes.

1. Contexto operacional--Continuação

Oferta Pública--Continuação

Nesta mesma assembleia geral, os detentores das ações em circulação presentes escolheram a Brasil Plural S.A. Banco Múltiplo como avaliador (“Avaliador”), com base nas três alternativas apresentadas pelo Conselho de Administração, nos termos do Estatuto Social da Prumo e do Regulamento do Novo Mercado.

Em 09 de janeiro de 2017, a Companhia divulgou novo Fato Relevante anunciando ao mercado que o Laudo de Avaliação elaborado pelo Avaliador, datado de 20 de dezembro de 2016, apurou como adequado para o valor econômico e justo das ações de emissão da Companhia o intervalo entre R\$9,98 (nove reais e noventa e oito centavos) a R\$11,03 (onze reais e três centavos) por ação.

Em 10 de abril de 2017, a Companhia disponibilizou o Laudo de Avaliação ajustado de acordo com as exigências formuladas pela CVM e pela B3, que apurou como adequado para o valor econômico e justo das ações de emissão da Companhia o intervalo entre R\$10,06 (dez reais e seis centavos) a R\$11,12 (onze reais e doze centavos) por ação.

Em 10 de Julho de 2017, a Companhia publicou uma carta do acionista Itau Unibanco S.A. direcionada ao acionista controlador EIG, de acordo com a qual o acionista controlador estaria disposto a aumentar o preço de oferta da OPA para R\$11,50 por ação. A Assembleia foi instalada em 11 de julho de 2017 e concluída em 13 de julho de 2017, em razão da solicitação de suspensão da assembleia geral pelos acionistas detentores de ações em circulação presentes pelo prazo de 48 (quarenta e oito) horas. A referida assembleia geral especial deliberou, então, pela rejeição da proposta de realização de nova avaliação da Companhia no âmbito da OPA.

Em 01 de dezembro de 2017, a Companhia disponibilizou o Laudo de Avaliação atualizado em atendimento aos Ofícios DRE nº 662/2017, emitido pela B3, e nº 390/2017/CVM/SRE/GER-1, emitido pela CVM, que apurou como intervalo adequado para o valor econômico e justo das ações de emissão da Companhia o intervalo entre R\$9,44 (nove reais e quarenta e quatro centavos) a R\$10,44 (dez reais e quarenta e quatro centavos) por ação.

1. Contexto operacional--Continuação

Oferta Pública--Continuação

Em 19 de dezembro de 2017, em atendimento ao mesmo Ofício nº 390/2017/CVM/SRE/GER-1, emitido pela CVM, foi convocada assembleia geral especial de acionistas titulares de ações em circulação, a qual foi instalada em 19 de janeiro de 2018 e deliberou pela rejeição da proposta de realização de nova avaliação da Companhia no âmbito da OPA. Conforme Nota explicativa nº 36 - Eventos subsequentes, as ações da Companhia deixaram de integrar o segmento do Novo Mercado em março de 2018.

Port of Antwerp

Em 24 de julho de 2017, a Porto do Açú e a Port of Antwerp International NV ("PAI"), uma subsidiária do Porto de Antuérpia, firmaram uma parceria constituída pela assinatura de um Contrato de Consultoria e um investimento regulado através de um Contrato de Investimento e de um Acordo de Acionistas ("Acordos Definitivos"), nos seguintes principais termos:

- a) Contrato de Consultoria: através do qual a PAI prestará serviços de consultoria à Porto do Açú, por um período de 10 anos, com o enfoque no desenvolvimento comercial e operacional do projeto do Porto do Açú. Como contrapartida aos serviços de consultoria, o Porto do Açú pagará à PAI, em 10 anos, o valor total estimado de US\$7.800. Este montante total deve ser aumentado para US\$ 16.400 em caso de implementação do investimento opcional pela PAI conforme detalhado abaixo. De acordo com o Contrato de Consultoria, a PAI terá o direito de indicar até 4 pessoas para integrar a equipe da Porto de Açú em nível executivo/gerencial.
- b) Contrato de Investimento: por meio do qual, uma vez cumpridas algumas condições precedentes, a PAI deverá subscrever novas ações emitidas pela Porto do Açú no montante de US\$10.000, representativas de 1,176% do seu capital social ("Investimento inicial"). De acordo com o Contrato de Investimento, a PAI também tem a opção de subscrição, a ser exercida dentro do prazo de 18 meses contados da assinatura do Contrato de Investimento, de ações adicionais no valor de US\$10.000, representando adicionais 1,176% de participação no capital social da Porto do Açú ("Investimento Opcional"); e

1. Contexto operacional--Continuação

Port of Antwerp—Continuação

- c) Acordo de Acionistas: sujeito à implementação do investimento inicial, por meio do qual a PAI assumirá determinados direitos de governança, como o de nomear um membro do Conselho de Administração na Porto do Açu e o direito de veto sobre certos assuntos como, por exemplo, as transações com partes relacionadas e o desenvolvimento de novos negócios. A parceria estabelecida com a assinatura dos três acordos acima mencionados tem o potencial de impulsionar o desenvolvimento do complexo industrial do Porto do Açu em toda a rede global de relacionamentos da PAI, permitindo que o Porto do Açu se beneficie da extensa experiência comercial adquirida em mais de 200 anos de administração portuária, através do intercâmbio pessoal, com o objetivo de capacitar pessoas e promover excelência nas atividades comerciais e operacionais do Porto do Açu.

Porto do Açu

Cobrando uma área de 90 km² e localizado no norte do Estado do Rio de Janeiro, no município de São João da Barra, o Porto do Açu possui localização estratégica a aproximadamente 150 km de distância da Bacia petrolífera de Campos. Desenvolvido no conceito de porto-indústria, o Porto está em operação desde outubro de 2014 e conta atualmente com profundidades entre 10 e 25 metros. O Porto do Açu possui um Terminal *Offshore* (T1) e um Terminal *Onshore* (T2), que juntos podem totalizar 17 km de cais, com capacidade de receber navios de grande porte (atualmente Capesizes e futuramente Very Large Crude Carriers (“VLCCs”)).

A Porto do Açu conta com uma área de aproximadamente 9 mil hectares, destinada às operações portuárias e ao complexo industrial, tendo construído um canal *onshore* de 300 metros de largura e 6,5 quilômetros de extensão, com profundidade de até 14,5 metros, no qual foi implantado um terminal para movimentação de cargas diversas.

Em 2017 o Porto do Açu tornou-se o sexto maior terminal privado em movimentação de cargas do País.

Atualmente, além do Terminal Multicargas, **nove** empresas operam no Porto do Açu, a saber: National Oilwell Varco (NOV), Technip, Wärtsilä, InterMoor, Edison Chouest, BP Prumo, Ferroport, Açu Petróleo e Dome.

1. Contexto operacional--Continuação

Porto do Açu--Continuação

A empresa possui duas linhas de negócio: (i) aluguel de áreas, que conta com clientes como Wärtsilä, NOV, Technip, Intermoor, Edison Chouest e BP Prumo, já instalados e em operação, e (ii) terminal multicargas (“*T-Mult*”), operado pela própria empresa, que tem como principais clientes a Votorantim Metais, com prestação de serviços de movimentação de bauxita, carvão e coque, e a Gerdau Açominas S.A. (“Gerdau”) com atividades de descarga e transporte rodoviário de carvão siderúrgico, além de também alugar parte do cais para a manutenção de sondas da indústria de petróleo.

Em 23 de janeiro de 2017, o *T-Mult* recebeu duas sondas semissubmersíveis de águas profundas simultaneamente que passam por serviços de manutenção e de apoio de rotina. As duas sondas estavam apoiando a campanha exploratória da Petrobras, e permanecem no *T-Mult* até hoje.

Em 2017 o *T-Mult* movimentou 585 mil toneladas de granéis, dez vezes mais do que em 2016.

Ferroport

A Ferroport é um empreendimento controlado em conjunto entre a controlada integral da Companhia, Prumo Participações e Investimentos S.A. (“Prumo Participações”), e a Anglo American Participações Minério de Ferro Ltda. (“Anglo American”).

A Ferroport é condômina da Porto do Açu em uma área de 300 hectares, na qual se realizam o processamento, a movimentação e a estocagem de minério de ferro, e também co-proprietária da estrutura *offshore* (T1) formada por ponte de acesso, canal de acesso, quebra-mar e pier com dois berços para carregamento de minério. Iniciou suas exportações em 25 de outubro de 2014. Foi embarcado, no ano de 2017, o total de 16.508 mil toneladas de minério de ferro, em noventa e oito navios, sendo 95 Capesizes, 2 BabyCape e 1 Panamax.

1. Contexto operacional--Continuação

Açu Petróleo

A Açu Petróleo tem como objetivo societário a prestação de serviços de logística de transporte de carga líquida ou gasosa; construção, operação e exploração de terminais marítimos de uso privado próprios ou de terceiros; atividade de transbordo de cargas líquidas, incluindo mas não se limitando a petróleo bruto e seus derivados; construção, operação e exploração de pátio logístico e unidade de tratamento de petróleo para fins de armazenagem; tratamento, beneficiamento, mistura e processamento (“*blending*”) de petróleo; e intermediação na compra e venda de petróleo e seus derivados.

Localizado no T1, o terminal da Açu Petróleo possui três berços disponíveis ao longo do quebra-mar de 1,4 km, sendo que dois deles são capacitados para receber até navios exportadores tipo VLCC e o terceiro até navios SuezMax. O referido terminal (“*T-Oil*”), está licenciado para a movimentação de até 1,2 milhão de barris de óleo por dia.

Com a recente conclusão das obras de dragagem, o canal de acesso e os berços norte e central do *T-Oil* passa de 20,5 metros de profundidade para até 25 metros. A Companhia aguardava homologação desta nova profundidade por parte da Marinha do Brasil para dar início às operações de transbordo também com navios VLCC, o que elevará a capacidade do terminal para movimentação de até 2 milhões de barris diários (ver Nota Explicativa nº 36 - Eventos subsequentes).

Em 04 de setembro de 2017, a Controladora Prumo recebeu carta da BG E&P Brasil Ltda. (“Shell”), se recusando a cumprir obrigações contratuais, incluindo o pagamento de faturas devidas por serviços prestados e, portanto, em violação às obrigações de *take or pay* estabelecidas no Contrato de Serviços de Transbordo de Petróleo (“Contrato”), assinado em 3 de junho de 2015. O fato mencionado acima foi em decorrência de, em 4 de maio de 2017, durante a 19ª operação *ship-to-ship* de transferência de petróleo no Açu, ter ocorrido um incidente que resultou em um vazamento de petróleo, que foi prontamente contido pelo sistema de resposta de emergência do terminal.

1. Contexto operacional--Continuação

Açu Petróleo---Continuação

O incidente foi posteriormente considerado como tendo sido causado por um defeito de fabricação de equipamentos de terceiros. O volume de resíduos relativamente pequeno (em comparação com os volumes globais da operação) foi limpo em uma questão de horas e de acordo com os procedimentos de segurança.

As agências governamentais aplicáveis foram devidamente notificadas, inspeções foram realizadas e o terminal foi liberado para continuar suas operações.

Embora o objetivo permanente da Açu Petróleo seja evitar qualquer tipo de incidente desta natureza sem exceção, os riscos de ocorrência de tais incidentes são inerentes às operações de transferência *ship-to-ship* de petróleo, sejam elas realizadas de forma abrigada no Açu, sejam elas realizadas em mar aberto ou por quaisquer outros meios.

Como resultado do incidente, os procedimentos de resposta ao derramamento de óleo, assim como os mecanismos de proteção ambiental da Açu Petróleo, foram testados e efetivamente aprovados. É importante ressaltar que tanto o Contrato quanto a legislação governamental vigente consideram os riscos de tais incidentes e que a Açu Petróleo cumpriu plenamente todas as normas relevantes em atendimento a esses requisitos.

O equipamento defeituoso foi posteriormente substituído e o terminal ficou liberado e disponível para realizar operações e cumprir com suas obrigações contratuais de acordo com a regulamentação. A Shell foi devidamente informada, no devido tempo, sobre tais procedimentos, assim como sobre a prontidão do terminal para operar.

1. Contexto operacional--Continuação

Açu Petróleo---Continuação

A Shell decidiu unilateralmente não demandar os serviços do Açu, previstos em Contrato, apesar da disponibilidade comprovada do terminal para cumprir com o Contrato. A Shell também não cumpriu suas obrigações de *take-or-pay* ao não pagar as faturas devidas a partir junho de 2017.

Em 07 de novembro de 2017, a Açu Petróleo, a Porto do Açu e a Shell, assinaram um instrumento de transação, no qual as pendências técnicas e comerciais relacionadas ao acidente ocorrido foram resolvidas. O acordo prevê o cancelamento das faturas referentes às obrigações de *take-or-pay* desde a data do incidente até 31 de outubro de 2017, no montante de R\$23.142, e de outras obrigações pleiteadas pela Shell em decorrência do incidente. Com a celebração do Acordo, as operações de transbordo de petróleo com a Shell no terminal foram retomadas em dezembro de 2017, assim como o pagamento das operações, no regime de *take-or-pay*, nos termos e condições previstos no Contrato.

Em 27 de Novembro de 2017, a Companhia assinou contratos com a Petrogal Brasil S.A. (“Petrogal”) para a prestação de serviços de transbordo. O primeiro contrato prevê a realização de operações de teste até o final do primeiro trimestre de 2018, seguido de um contrato com prazo de 3 anos, que pode chegar a um volume médio de até 55 mil barris de petróleo/dia a depender das condições precedentes relacionadas à viabilização da operação de VLCCs. A primeira operação foi realizada em dezembro de 2017.

NFX (BP - Prumo)

A NFX é um empreendimento controlado em conjunto com a BP e a Prumo e atua com exclusividade na venda de combustíveis para terceiros, substancialmente para os usuários do Porto do Açu, não tendo os investidores nenhuma prioridade na compra de combustíveis. Adicionalmente a NFX tem como objetivo societário as atividades de importação, exportação, venda, armazenamento, mistura, distribuição e qualquer forma de comercialização de combustíveis marítimos por operações de transbordo ou através de dutos (“*ex-pipe*”), bem como a distribuição e qualquer forma de comercialização de combustíveis marítimos.

1. Contexto operacional--Continuação

NFX (BP - Prumo)--Continuação

A NFX comercializou no ano de 2017 aproximadamente 90.000 toneladas de óleo diesel marítimo em 267 operações, realizadas no Terminal de Combustíveis Marítimos do Açú ("Tecma"), no *T-Mult* e no Terminal da Edison Chouest ("B-Port"), além de 79 operações *offshore*. Atualmente conta com mais uma embarcação para auxílio em operações de *offloading* e abastecimento.

Dome

Em 19 de julho de 2017, a controlada direta Prumo Serviços e Navegação Ltda. ("PSN") assinou contrato definitivo ("Acordo de Parceria") com a GranEnergia Navegação S.A. ("GranEnergia" e, em conjunto com PSN, as "Partes"), para constituição formal de veículo da parceria, denominado Dome, conforme se segue.

O Acordo de Parceria tem como objetivo estabelecer os termos e condições da parceria, na proporção de 50% de participação para cada Parte, voltada para oferecer soluções integradas de serviços para a indústria de óleo e gás, tais como, entre outros: reparo e manutenção naval; construção, manutenção e montagem de equipamentos diversos relacionados às operações *offshore*; suporte logístico às operações de *oil & gás* incluindo armazenagem, movimentação de cargas e logística de tripulação; e recebimento e tratamento de água e resíduos.

A parceria se dará, em um primeiro estágio, através do consórcio já constituído, e posteriormente por uma sociedade de propósito específico a ser constituída pelas partes.

A Dome irá contribuir para o aumento da eficiência, otimização de custos e integridade das instalações, visando à sustentabilidade dos projetos e operações da indústria de óleo e gás.

A Dome está instalada no Terminal 2 do Porto do Açú, ocupando inicialmente uma área de 47 mil m², sendo 17 mil m² com estruturas já construídas, como prédios administrativos, oficinas e galpões, entre outros. Essa infraestrutura conta, ainda, com 460 metros lineares de cais prontos para uso imediato.

1. Contexto operacional--Continuação

Gás Natural

A Gás Natural tem como objeto societário a compra e venda de gás natural liquefeito (“GNL”), processamento, beneficiamento e tratamento de gás natural oriundo da produção *offshore* e de regaseificação de GNL, a geração, a transmissão e a comercialização de energia e capacidade elétrica e a intermediação na compra e venda de energia e capacidade elétrica.

Em 16 de junho de 2017, a Gás Natural Açú S.A. (“Gás Natural”) assinou contrato com a Termelétrica Novo Tempo S.A. (“UTE Novo Tempo”), sociedade vencedora do Leilão de Energia Nova A-5 de 2014 (Leilão nº 06/2014 - ANEEL), visando à transferência da autorização emitida pela Portaria do Ministério de Minas e Energia nº 210 de 14 de maio de 2015 para a construção e operação de uma termelétrica de 1.238 MW (“Autorização”). O contrato prevê a transferência dos 37 Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR's) celebrados com companhias distribuidoras de energia.

A celebração deste contrato viabilizou a transferência de titularidade da Autorização e dos CCEAR's para a Gás Natural e a implantação da primeira usina termelétrica no Porto do Açú, além de fazer parte do desenvolvimento do chamado “Açú Gas Hub”, localizado estrategicamente no nordeste do estado do Rio de Janeiro, que pretende oferecer uma solução logística eficiente para a comercialização e o consumo de gás natural e seus produtos.

Em 13 de agosto de 2017, a controlada direta Gás Natural assinou um acordo de investimento com a Siemens, sendo Prumo garantidora e Gás Natural Açú Infraestrutura S.A. (“GNA Infra”) parte interveniente.

1. Contexto operacional--Continuação

Gás Natural--Continuação

O Acordo de Investimento estabelece (i) os termos e condições para o desenvolvimento do Projeto da UTE GNA I Geração de Energia S.A. ("GNA I"), uma usina termoeétrica de ciclo combinado a gás de cerca de 1.300 MW, com previsão de início das operações em 1º de janeiro de 2021, que atenderá às obrigações contratuais da UTE Novo Tempo, em relação aos seus Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (1.238 MW); e de um Projeto de Terminal de Regaseificação de GNL ("Terminal de Regaseificação"), com capacidade para importar gás natural para o Projeto GNA I e futuras usinas de energia e outros projetos potenciais na área Industrial do Porto do Açú; (ii) os investimentos e contribuições a serem feitos pela Siemens e Gás Natural à GNA Infraestrutura para o desenvolvimento da GNA I e do Terminal de Regaseificação; e (iii) a estrutura corporativa da GNA Infra e suas subsidiárias.

O Contrato de Investimento, sujeito ao cumprimento de determinadas condições precedentes, estabelece que a Siemens deverá subscrever novas ações emitidas pela GNA Infra, no valor de US\$21.000, representando 33% do seu capital social ("Contribuição Inicial"). Após a Contribuição Inicial, o capital social da GNA Infra será composto por 67% das ações detidas pela Gás Natural e 33% das ações detidas pela Siemens. A Siemens terá certos direitos de governança, como a nomeação de um membro para o Conselho de Administração da GNA Infra. O acordo estabelece outras condições precedentes, como aprovações regulatórias relevantes, a execução de um acordo de acionistas entre a Gás Natural e a Siemens, a aprovação dos Planos de Negócios para o desenvolvimento da UTE GNA I e do Terminal de Regaseificação, a execução do contrato de EPC (Engenharia, Contratação e Construção), a execução do LTSA (contrato de serviços de longo prazo), constituído por serviços de manutenção e fornecimento de peças sobressalentes para garantir o desempenho e a disponibilidade da usina termoeétrica, e a execução de um contrato de O & M (Operação e manutenção) para a usina termoeétrica.

A execução deste Contrato de Investimento com a Siemens representa o início da implantação do Terminal de Regaseificação de GNL e da primeira usina termoeétrica de ciclo combinado no Porto do Açú, e o desenvolvimento do Açú Gas Hub.

1. Contexto operacional--Continuação

Gás Natural--Continuação

Em dezembro de 2017 a UTE GNA II Geração de Energia Ltda. ("GNA II") venceu o leilão A-6, projeto de uma térmica elétrica com capacidade de 1.672,6 MW que demandará investimentos de R\$3,4 bilhões, com previsão de início das operações em 1º de janeiro de 2023.

A GNA possui licenças ambientais preliminares para até 6,4 GW em termelétricas em ciclo combinado. Os processos para assinatura dos contratos de comercialização de energia de duas UTES estão avançados, na totalidade de capacidade instalada de 2,9 GW.

Em 22 de dezembro de 2017, a Gás Natural e a BP Energy Company ("BP") celebraram o acordo de investimento que estabelece:

- (i) Os termos e condições para a aquisição, pela BP, de 30% do capital da GNA, por meio da subscrição de novas ações no valor de US\$7.500;
- (ii) As regras para investimento, pela Prumo e BP, na GNA I, subsidiária da Gás Natural, que irá construir e operar uma termelétrica de 1.238 MW, assim como o compromisso de capital necessário para este investimento, proporcional às suas participações societárias na Gás Natural, observando o limite de US\$79.200 de investimento de capital pela BP no *capex* de construção do projeto;
- (iii) As regras da sociedade e potenciais investimentos pela BP, em futuros projetos a serem desenvolvidos pela Gás Natural ou por suas subsidiárias; e
- (iv) Os termos e condições para a aquisição, pela BP, de 50% do capital da Gás Natural Açú Comercializadora de Energia Ltda. ("GNA III"), sociedade subsidiária da Prumo, que terá como finalidade o desenvolvimento de oportunidades relacionadas à compra e venda de energia, gás natural e líquidos derivados de gás natural no Porto do Açú.

2. Licenças e autorizações

Licenças ou autorizações ativas em 31 de dezembro de 2017.

Empresas	Descrição	Documento	Data de emissão	Vigência
Porto do Açu	Aprovando a concepção e localização das estruturas de uso comum do Distrito Industrial de São João da Barra (DISJB), que contemplarão: sistema rodoferroviário, rede de microdrenagem, rede de canais de macrodrenagem, implantação do canal Campos-Açu no trecho Quitungute - UCN, rede elétrica, estrutura de captação de água rio Paraíba do Sul e adutora, sistema de reservação, tratamento e distribuição de água, sistema de esgotamento sanitário com coleta, tratamento e disposição final via emissário submarino, sistema de emissário terrestre e submarino, corte e aterro, loteamento e arruamentos, projeto urbanístico e paisagístico. (*)	LP nº IN021311 AVB002637	30/10/2012	30/10/2017
Porto do Açu	Autorização ambiental para execução de planos de manejo, conservação de fauna para espécies ameivula littoralis, anhinga, mimus gilvus e Sporohila collaris.	AA nº IN000133	28/11/2016	28/11/2018
Porto do Açu	Licença de instalação que autoriza a implantação do pátio logístico, compostos por pátios de granéis sólidos, para armazenamento de rochas ornamentais, produtos siderúrgicos, contêineres e infraestrutura de apoio, unidades de apoio, sistema de dragagem para área do retroporto, unidade de tratamento de petróleo ("UTP") para comercialização e exportação de petróleo através dos terminais marítimos licenciados no T1, denominados TPET-I e TPET-II e, em conjunto, denominado <i>T-Oil</i> , incluindo a estocagem e processamento de óleo, com tubulação específica para movimentação de petróleo entre a UTP e os referidos terminais marítimos, bem como a instalação da infraestrutura nesses terminais destinadas à atividade de transferência de petróleo entre navios acostados em todos os berços do <i>T-Oil</i> e a transferência de petróleo entre navios acostados e a contrabordo (" <i>ship to ship</i> ").	LI nº IN030949	22/06/2015	22/06/2018
Porto do Açu	Autorização ambiental que permite a atividade de monitoramento da biota aquática, na área de influência do empreendimento e nas águas marinhas.	AA nº IN034383	24/05/2016	24/05/2018
Porto do Açu	Autorização ambiental que permite o fundeio de plataformas e embarcações <i>offshore</i> na área do T2 e sua atracação nos molhes norte e sul deste mesmo terminal.	AA nº IN039353	19/04/2017	19/04/2019
Porto do Açu	Autorização da extração de água bruta em poço tubular, com finalidade de uso industrial (usina de concreto) e outros usos (umectação de vias) na Região hidrográfica RH-IX - Baixo Paraíba do Sul	OUT nº IN022389	04/02/2013	04/02/2018
Porto do Açu	Licença de operação que autoriza o <i>T-Mult</i> dedicado à movimentação de granéis sólidos (carvão/coque e bauxita) e carga geral (blocos de granito, contêineres e cargas de projetos).	LO nº IN034002 AVB003515	15/04/2016	15/04/2023
Porto do Açu	Para a implantação do Terminal Sul, planta portuária destinada à movimentação de cargas e produtos para importação e exportação (granéis sólidos e líquidos de diversas naturezas, carga geral e cargas de projeto), com supressão de vegetação nativa de 0,7 ha de eucaliptos encontrados na área de intervenção e realizar captura, transporte e monitoramento de fauna silvestre. (*)	LI nº IN023176 AVB002036 AVB002728 AVB002866	17/05/2013	17/05/2017
Porto do Açu	Aprovando a concepção, localização e implantação de infraestrutura do Terminal Sul (TSUL), que compreende a pavimentação de vias, edificação da portaria principal, implantação da rede de drenagem e de distribuição de água, situado na fazenda Saco Dantas. (*)	LPI nº IN028199	25/09/2014	31/12/2015
Porto do Açu	Autoriza a extração de água subterrânea para finalidade de consumo e higiene humana e irrigação. (*)	OUT nº IN001541	23/03/2010	22/03/2015
Porto do Açu	Aprova a área de reserva legal da matrícula 7.096 de SJB.	CA nº IN018822	27/01/2012	Indeterminado
Porto do Açu	Aprova a área de reserva legal da matrícula 4.812 de SJB.	CA nº IN018820	27/01/2012	Indeterminado

2. Licenças e autorizações—Continuação

Empresas	Descrição	Documento	Data de emissão	Vigência
Porto do Açu	Autorização Ambiental nº IN000327 aprovando o manejo da bióta aquática, localizado na Fazenda Saco Dantas, município São João da Barra.	AA nº IN000327	16/05/2017	16/05/2019
Porto do Açu	Autorização para a extração de água bruta subterrânea em 02 (dois) poços tubulares, com a finalidade de uso industrial (sistema de resfriamento, aspersão de pilhas de carvão e coque, fabricação de lama de perfuração), e outros (limpeza de dependências).	OUT nº IN028801	13/11/2014	13/11/2019
Porto do Açu	Autorização da extração de água bruta em poço tubular, com finalidade de uso industrial e outros usos na Região hidrográfica RH-IX - Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana.	OUT nº IN038837	02/03/2017	02/03/2022
Porto do Açu	Licença Prévia aprovou a concepção e localização para a dragagem de aprofundamento do canal de acesso marítimo do Terminal 1 de -21,00 m (DHN) para -25,00 m (DHN), alargamento em 50 metros, aumento de comprimento em 6,13 km e disposição de sedimentos em bota-fora marinho com 3,590 km de largura por 14,577 km de comprimento (coordenadas UTM: 311305, 7581580; 325882, 7581580; 311305, 7577990 e 325882, 7577990).	LP nº IN034832	21/06/2016	21/06/2018
Porto do Açu	Licença de Instalação autorizou a atividade de dragagem e aprofundamento do canal de acesso marítimo do Terminal 1 de -21,00 m (DHN) para -25,00 m (DHN), alargamento em 50 metros, aumento de comprimento em 6,13 km e disposição de 37.507.600 m³ de sedimentos em bota-fora marinho com 3,590 km de largura por 14,577 km de comprimento (coord. UTM: 311305, 7581580; 325882, 7581580; 311305, 7577990 e 325882 7577990).	LI nº IN037524	16/11/2016	16/11/2019
Porto do Açu	Licença Prévia e de Instalação aprovou a concepção, localização e implantação de um pier de atracação para unidade flexível de transferência de gás natural liquefeito. A referida licença teve seu prazo prorrogado através da AVB002868. Ocorre que a mencionada AVB veio com erro material e está sendo devidamente corrigida no INEA.	LPI nº IN021739 AVB002714 AVB002868	10/12/2012	10/12/2018
Porto do Açu	Licença de Instalação LI nº IN027911 e AVB 2673, aprovando o circuito duplo de transmissão de energia elétrica de 345KV, com extensão de 58 km, com subestação de energia e supressão de vegetação nativa em área de 1,42 ha de restinga.	LI nº IN027911 AVB002673 AVB003298	05/04/2015	24/04/2018
Porto do Açu	Licença de Instalação LAS aprovou a localização, implantação e operação da Linha de Distribuição, de 138 kv, que interligará a Linha de Transmissão Minas Rio e Subestação Açu, com 1,7 km de extensão e seis torres, com faixa de servidão de 20 metros.	LAS nº IN027539 AVB002722	17/07/2014	17/07/2018
Porto do Açu	Licença de Instalação LI nº IN042068 aprova a implantação de um canal de navegação, composto por um canal de acesso marítimo (<i>offshore</i>) e um canal de atracação (<i>onshore</i>) e implantação das estruturas de cais, guias correntes e pier.	LI nº IN042068	13/11/2017	13/11/2021
Porto do Açu	Autorização Ambiental para manejo da biota aquática (marinha e limnológica).	AA nº IN000326	16/05/2017	16/05/2019
Porto do Açu	Aprovou a concepção e localização do Terminal Sul. (*)	LP nº IN018985	16/02/2012	16/02/2015
Porto do Açu	Autorização Ambiental autorizou a realização de operações de abastecimento de embarcações (<i>bunkering</i>) com óleo diesel marítimo na área 4 (<i>onshore</i>) do canal do Terminal Sul do Porto do Açu.	AA nº IN034645	09/06/2016	09/06/2018

2. Licenças e autorizações—Continuação

Empresas	Descrição	Documento	Data de emissão	Vigência
Porto do Açu	Licença Prévia e de Instalação aprova a concepção, localização e implantação de dois depósitos (2 e 7) de apoio terrestre para disposição do material dragado do canal de acesso da Unidade de Construção Naval do Açu, com supressão de vegetação nativa de 14,11 ha de restinga e o corte de vegetação exótica em uma área de 2,67 ha cobertos por cercas vivas de espécie <i>Euphorbia tirucalli</i> , localizado na Rodovia RJ 240 - Açu, Distrito Industrial, Município São João da Barra.	LPI nº IN030901	29/06/2015	29/06/2018
Porto do Açu	Licença Prévia e de Instalação aprova a fabricação, montagem e lançamento de estruturas do tipo riser, destinadas às instalações marítimas de produção de petróleo, incluindo autorização pa supressão de vegetação nativa de 10,5 hectares	LPI nº IN031304	31/07/2015	31/07/2018
Porto do Açu	Autorização para taponar um poço tubular, por estar em desuso, localizado na comunidade Vila da Terra, lote 115, distrito de barcelos, S. João da Barra.	AA nº IN038462	30/01/2017	30/01/2018
Porto do Açu	Autorização para perfurar 15 poços de aproximadamente 10 metros de profundidade cada, para extração de água subterrânea em aquífero sedimentar, com finalidade de uso agrícola, localizados na RH IX - Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana.	AA nº IN039654	09/05/2017	09/05/2018
Açu Petróleo	Autorização Ambiental permite a atividade de atracação de navios plataforma de petróleo e embarcações de exploração, produção e apoio marítimo no T1 (TPET 1).	AA nº IN042204	14/09/2016	14/09/2018
Açu Petróleo	Licença de Operação autoriza a transferência de petróleo entre navios atracados a contrabordo, operação <i>ship-to-ship</i> - STS, pelo <i>T-Oil</i> do T1.	LO nº IN038697	12/02/2017	12/04/2022
Gás Natural	Licença Prévia aprova a concepção e localização do projeto de implantação do Terminal Portuário de importação e Regaseificação de GNL, GLP e derivados, com capacidade de processamento de gás de 42 milhões de m3/dia, a ser implantado no Terminal Sul do porto do Açu.	LP nº IN042348	27/11/2017	26/11/2022
Gás Natural	Aprovando a concepção e localização da Usina Termelétrica a Gás Liquefeito, composta de 5 (cinco) blocos geradores com capacidade máxima de 660 MW cada, divididos em 3 (três) blocos para a UTE GNA Porto do Açu III e 2 (dois) blocos para a UTE GNA Porto do Açu IV, a ser implantados pela UTE GNA II Geração de Energia Ltda, subsidiária da Gás Natural. (*)	LP nº IN025871 AVB003519	30/12/2013	30/12/2015
Gás Natural	Licença Prévia aprova a concepção e localização para a implantação de Usina Termelétrica, em ciclo combinado composta por 2 (dois) blocos geradores (UTE-1 e UTE-2), com capacidade máxima instalada de aproximadamente 3.100 MW e suas estruturas extramuros (gasoduto, Emissário Submarino, Linha de Transmissão e Adução).	LP nº IN032607 AVB002932 AVB003518	02/12/2015	30/11/2020
Prumo Navegação	Licença de operação para operar área de montagem de estruturas 1 (AME1), denominada subárea AMW1/B1, a primeira etapa do cais de atracação e edificação, integração de módulos, com extensão de 400 metros, constituindo Unidades de Exploração e Produção de Petróleo e Gás de Construção Naval do Açu ("UCN AÇU").	LO nº IN042823	21/12/2017	21/12/2022
Prumo Navegação	Autoriza o registro da Instalação Portuária "DOME - Terminais Portuários.	Antaq nº 5.449	14/06/2017	-
Pedreira Sapucaia	Implantação das atividades de britagem e extração mineral de granito, para uso na construção civil, em uma jazida inserida em 2 poligonais que totalizam 73,05 ha, processos DNPM 890.220/11 e 890.187/11, cuja frente de lavra efetiva corresponde a 19,89 ha, georreferenciada através das coordenadas UTM (WGS 84) 24K 242.828 m E e 7.602.575 m N. O beneficiamento do minério será realizado em duas centrais de britagem, com capacidade total de 600 t/h. (*)	LPI nº IN018049 AVB001088	04/11/2011	04/11/2014

2. Licenças e autorizações—Continuação

Empresas	Descrição	Documento	Data de emissão	Vigência
Pedreira Sapucaia	Atividade de extração mineral de granito em blocos, para uso na construção civil, em uma frente de lavra de 5,06 ha, inserida em área de 21,8 há. (*)	LO nº IN016484 AVB001187 AVB001426	02/05/2011	02/05/2016
Reserva Ambiental	Certidão atestando a inexigibilidade de licença para consultoria com objeto de elaboração e execução de projeto de recuperação, restauração e recomposição florestal.	CA nº IN022772	26/03/2013	Indeterminado

(*) Estão em processo de renovação

3. Empresas do Grupo Prumo

	País	Participação acionária	
		2017	2016
Controladas diretas			
Porto do Açú Operações S.A. ("Porto do Açú")	Brasil	100,00%	100,00%
LLX Brasil Operações Portuárias S.A. ("LLX Brasil")	Brasil	100,00%	100,00%
NFX Combustíveis Marítimos Ltda. ("NFX") (*)	Brasil	50,00%	50,00%
Açú Petróleo S.A. ("Açú Petróleo")	Brasil	60,00%	60,00%
Gás Natural Açú S.A. ("Gás Natural") (**)	Brasil	100,00%	94,90%
Prumo Participações e Investimentos S.A. ("Prumo Participações")	Brasil	100,00%	100,00%
Heliporto do Açú S.A. ("Heliporto")	Brasil	100,00%	100,00%
Açú Petróleo Investimentos S.A. ("Açú Investimentos")	Brasil	100,00%	100,00%
Prumo Serviços e Navegação Ltda. ("Prumo Navegação")	Brasil	99,90%	99,99%
Controladas indiretas			
Ferroport Logística Comercial Exportadora S.A. (***)	Brasil	50,00%	50,00%
Açú Petróleo S.A. ("Açú Petróleo")	Brasil	20,00%	20,00%
GSA - Grussaí Siderúrgica do Açú Ltda. ("GSA")	Brasil	100,00%	100,00%
Reserva Ambiental Fazenda Caruara S.A. ("Reserva Ambiental Caruara")	Brasil	100,00%	100,00%
G3X Engenharia S.A. ("G3X")	Brasil	100,00%	100,00%
Pedreira Sapucaia Ind. e Comércio Ltda. ("Pedreira Sapucaia")	Brasil	100,00%	100,00%
Águas Industriais do Açú S.A. ("antiga EBN") ("Águas Industriais")	Brasil	100,00%	100,00%
SNF - Siderúrgica do Norte Fluminense Ltda. ("SNF")	Brasil	100,00%	100,00%
UTE GNA I Geração de Energia S.A. ("GNA I")	Brasil	100,00%	100,00%
UTE GNA II Geração de Energia Ltda. ("GNA II")	Brasil	100,00%	100,00%
GNA Comercializadora de Energia Ltda. ("GNA III")	Brasil	100,00%	100,00%
Gás Natural Açú Infraestrutura S.A. ("GNA Infra")	Brasil	100,00%	100,00%
Fundo de Investimentos em Cotas de Fundos de Investimento			
Multimercado Crédito Privado LLX 63	Brasil	99,99%	99,99%
Dome Serviços Integrados ("Dome") (****)	Brasil	50,00%	-

(*) Empreendimento controlado em conjunto pela Prumo e pela Britannic Strategies Limited ("BP"), detendo cada acionista 50% das ações.

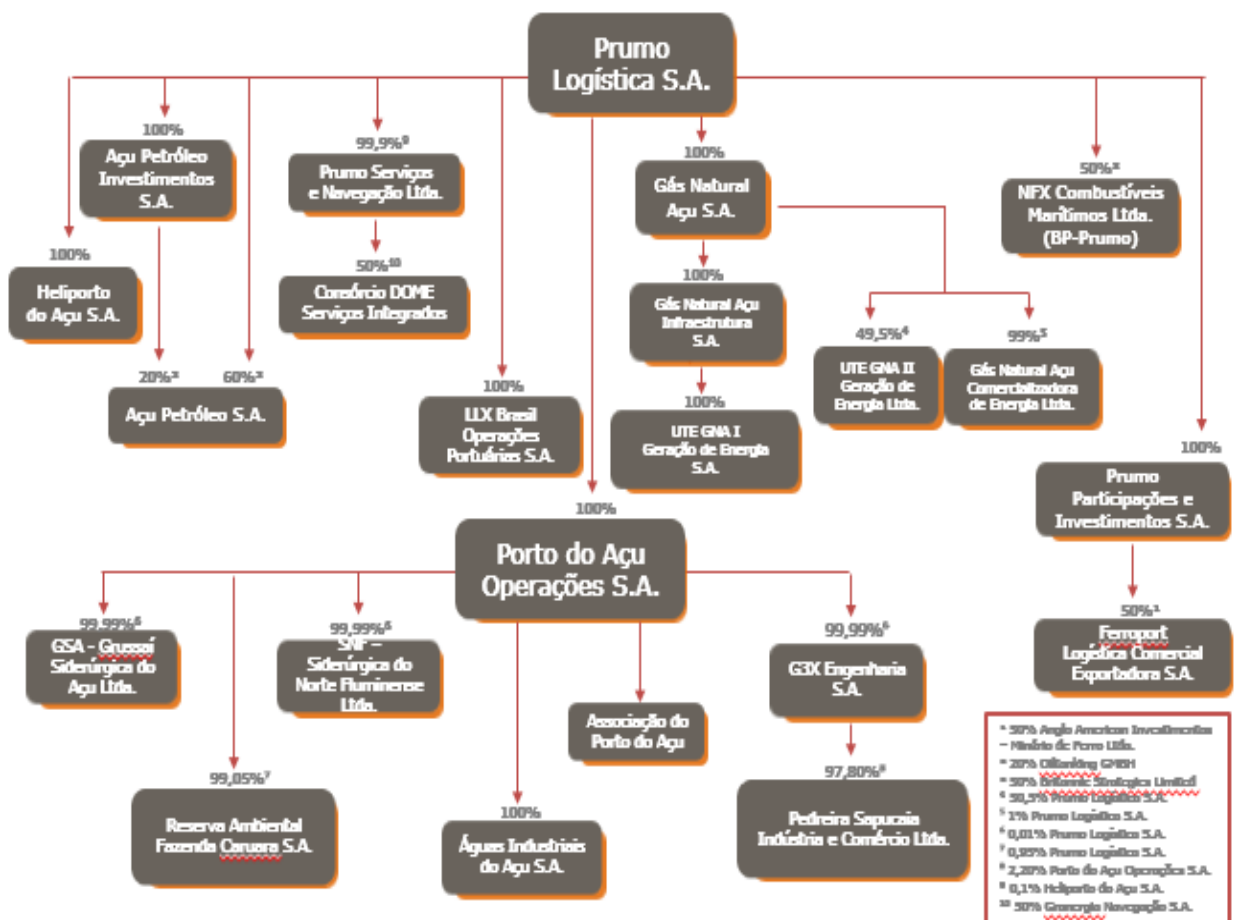
(**) Após conversão do adiantamento para futuro aumento de capital, através da 7ª alteração contratual datada de 29/03/2017, a Prumo passou a deter 99,99 das ações da Gás Natural e a Heliporto passou a deter 1 ação, resultando na diluição da participação da Porto no Açú. Em 15 de dezembro de 2017, a Heliporto transferiu 1 ação para Prumo, passando a Prumo a deter 100% das ações.

(***) Empreendimento controlado em conjunto pela Prumo e pela Anglo American, detendo cada acionista 50% das ações.

(****) O consórcio Dome é constituído pelas Companhias Prumo Serviços e Navegação Ltda. e Granenergia Navegação S.A., com participações iguais de 50%.

3. Empresas do Grupo Prumo--Continuação

Em 31 de dezembro de 2017, o Grupo Prumo (“Prumo, empresas controladas e empreendimentos controlados em conjunto”) apresenta a seguinte estrutura:



4. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”).

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com o BR GAAP e incluem o ativo diferido da controlada Porto do Açú e do empreendimento controlado em conjunto Ferroport, refletidos na controladora por equivalência patrimonial. Portanto, estas demonstrações financeiras individuais em BR GAAP não estão de acordo com o IFRS. A diferença entre o patrimônio líquido individual e o consolidado está relacionada ao referido ativo diferido, que foi reconhecido em prejuízos acumulados no patrimônio líquido consolidado quando da adoção inicial do IFRS e a amortização desse ativo diferido vem sendo reconhecido no resultado do exercício da controlada Porto do Açú e do empreendimento controlado em conjunto Ferroport e por consequência por equivalência patrimonial na controladora.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia.

A autorização para conclusão da preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas pelo Conselho de Administração ocorreu em 20 de março de 2018. Desta forma, estas demonstrações financeiras consideram eventos subsequentes que pudessem ter tido efeito sobre as mesmas até a referida data.

4. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

b) Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de certos instrumentos financeiros que foram mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em milhares de Real, que é a moeda funcional da Companhia e suas controladas, com a exceção da Açu Petróleo, cuja moeda funcional é o Dólar norte-americano. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d) Uso de estimativas e julgamentos

Julgamentos, estimativas e premissas são utilizados para a mensuração e reconhecimento de certos ativos e passivos das demonstrações financeiras da Companhia. A determinação destas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos.

Itens significativos sujeitos a estimativas incluem a seleção de vida útil do ativo imobilizado, a avaliação do valor recuperável das unidades geradoras de caixa, a análise de recuperação dos valores dos ativos imobilizados, intangíveis e propriedades para investimento, imposto de renda e contribuição social diferidos, provisão para contingências, instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação futura das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

5. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhe abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e para as empresas controladas pela Prumo.

a) Consolidação

As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas e controladas em conjunto são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as controladas descritas na Nota explicativa nº 3 - Entidades do Grupo

Descrição dos principais procedimentos de consolidação das controladas

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação dos saldos das contas de investimentos e correspondentes participações no capital, nas reservas e nos lucros (prejuízos) acumulados das empresas controladas;
- A participação dos acionistas não controladores, que representa a parcela do resultado do exercício e patrimônio líquido que não são detidos pelo Grupo Prumo, é apresentada separadamente da demonstração do resultado consolidada e dentro do grupo de patrimônio líquido no balanço patrimonial consolidado, em separado do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora;

5. Principais políticas contábeis--Continuação

a) Consolidação--Continuação

Com base na análise do CPC19 (R2) / IFRS 11 - Negócios em conjunto, a Administração da Companhia concluiu que a NFX e a Ferroport são empresas societariamente separadas, sendo cada sócio detentor de 50%, e desta forma seus investidores são responsáveis apenas por aporte de recursos.

Desta forma, a Administração da Companhia concluiu que a NFX e a Ferroport são Empreendimentos Controlados em Conjunto (*“Joint Venture”*) e, portanto, reconhece essas investidas por equivalência patrimonial.

Apresentamos a seguir o resumo do balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, e a demonstração dos resultados dos exercícios, sem ajustes de prática, findos nas mesmas datas, referentes a 50% da participação da controlada indireta Ferroport.

Balanço patrimonial	Ferroport	
	2017	2016
Ativo		
Circulante	98.251	101.262
Caixa e equivalentes de caixa	12.514	16.290
Depósitos vinculados	16	16
Impostos a recuperar	22.056	4.711
Clientes	48.154	49.221
Estoques	10.008	9.161
Adiantamentos diversos	139	90
Despesas antecipadas	1.447	1.271
Créditos com terceiros	3.696	10.380
Instrumentos financeiros derivativos	-	1.651
Contas a receber e mútuos com partes relacionadas	205	8.470
Ativo disponível para venda	16	-
Não circulante	1.206.810	1.247.176
Depósitos judiciais	17.378	16.518
Impostos a recuperar	18.032	30.333
Ativo disponível para venda	105.051	105.051
Imobilizado	1.062.872	1.091.079
Intangíveis	1.258	1.656
Diferido	2.219	2.539
Total do ativo	1.305.061	1.348.438

5. Principais políticas contábeis—Continuação

a) Consolidação--Continuação

	2017	2016
Passivo		
Circulante	104.420	91.173
Fornecedores	20.876	19.515
Salários e encargos	6.958	5.439
Obrigações com terceiros	28.412	31.231
Impostos e contribuições a recolher	7.928	5.108
Imposto de renda e contribuição social	9.001	-
Empréstimos com partes relacionadas	30.742	29.765
Instrumento financeiro derivativo	388	-
Outros	115	115
Não circulante	873.581	968.058
Provisão para retirada de ativos e reflorestamento	95	95
Impostos e contribuições a recolher	30.960	53.642
Imposto de renda e contribuição social	16.727	-
Impostos diferidos	3.312	-
Partes relacionadas	369.202	416.958
Obrigações com terceiros	424.303	467.340
Receitas diferidas	27.514	28.611
Provisão para contingências	1.468	1.412
Patrimônio líquido	327.060	289.207
Total do passivo e patrimônio líquido	1.305.061	1.348.438
Demonstração do resultado	2017	2016
	261.840	
Receita líquida de serviços		274.362
Custo das vendas	(70.858)	(76.238)
Lucro bruto	190.982	198.124
Receitas (despesas) operacionais	(14.746)	(7.810)
Resultado antes do resultado financeiro e impostos	176.236	190.314
Resultado financeiro	(95.659)	(132.841)
Lucro antes dos impostos	80.577	57.473
Imposto de renda e contribuição social	(41.500)	(19.575)
Lucro líquido do exercício	39.077	37.898

5. Principais políticas contábeis--Continuação

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 2016 e demonstração dos exercícios findos nas mesmas datas, referentes a 50% da participação da controlada direta em conjunto NFX.

Balanco patrimonial	2017	2016
Ativo		
Circulante	34.967	20.931
Caixa e equivalentes de caixa	16.117	7.761
Clientes	7.740	3.336
Estoques	8.354	7.453
Impostos a recuperar	2.147	1.739
Adiantamentos diversos	36	139
Despesas antecipadas	574	503
Não circulante	58.898	59.878
Imobilizado	58.898	59.878
Total do ativo	93.865	80.809
Passivo		
Circulante	17.714	4.458
Fornecedores	16.213	3.356
Mútuo com parte relacionada	136	-
Salários e encargos	190	160
Impostos e contribuições a recolher	688	278
Partes relacionadas	484	527
Outros	3	137
Não Circulante	22.997	-
Mútuo com parte relacionada	22.997	-
Patrimônio líquido	53.154	76.351
Total do passivo e patrimônio líquido	93.865	80.809

5. Principais políticas contábeis—Continuação

a) Consolidação--Continuação

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Receita líquida de serviços	111.290	27.006
Custo das vendas	(86.092)	(21.822)
Lucro bruto	25.198	5.184
Receitas (despesas) operacionais	(35.456)	(18.289)
Resultado antes do resultado financeiro e impostos	(10.258)	13.105
Resultado financeiro	(1.939)	354
Prejuízo antes dos impostos	(12.197)	(12.751)
Imposto de renda e contribuição social	-	-
Prejuízo do exercício	(12.197)	(12.751)

b) Moeda estrangeira

(i) Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais, Real, das entidades do Grupo Prumo pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Os ativos e passivos monetários denominados e apurados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda Real utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas dos respectivos balanços patrimoniais e os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio ao final do exercício são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ativos e passivos não monetários são mensurados com base no custo histórico, em moeda estrangeira, e são convertidos pela taxa de câmbio na data de transação.

(ii) Empresas do grupo com moeda funcional diferente

Os ativos e passivos de empresas do grupo com moeda funcional diferente do Real são convertidos para o Real às taxas de câmbio apuradas na data do balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para o Real às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações.

5. Principais políticas contábeis--Continuação

b) Moeda estrangeira---Continuação

As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Se a controlada não for uma controlada integral, a parcela correspondente da diferença de conversão é atribuída aos acionistas não controladores. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a única controlada com moeda funcional diferente da Companhia é a Açu Petróleo, que utiliza o Dólar norte-americano como a moeda que melhor representa o ambiente macroeconômico em que ela se encontra inserida.

c) Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

Os equivalentes de caixa são mantidos pela Companhia com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, uma aplicação financeira normalmente se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

Aplicações financeiras com vencimento acima de três meses são classificados como títulos e valores mobiliários.

d) Instrumentos financeiros

(i) *Ativos financeiros*

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, ou empréstimos e recebíveis, ou investimentos mantidos até o vencimento ou ativos financeiros disponíveis para venda. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando eles se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia não possui ativos financeiros classificados como investimentos mantidos até o vencimento ou ativos financeiros disponíveis para venda em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

5. Principais políticas contábeis--Continuação

d) Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, podendo ser feita da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição, taxas ou outros custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado.

5. Principais políticas contábeis—Continuação

d) Instrumentos financeiros--Continuação

Perdas por redução de valor recuperável de ativos financeiros ao custo amortizado

As empresas controladas pela Prumo inicialmente avaliam individualmente se existe evidência clara de perda por redução ao valor recuperável de cada ativo financeiro. Quando há evidência clara da ocorrência de redução do valor recuperável, o valor da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras esperadas ainda não incorridas).

O valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados é descontado pela taxa de juros efetiva original para o ativo financeiro.

Quando aplicável, o valor contábil do ativo é reduzido por meio de uma provisão, e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado. Se, em um exercício subsequente, o valor da perda estimada de valor recuperável aumentar ou diminuir devido a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a perda anteriormente reconhecida é aumentada ou reduzida ajustando-se a provisão.

Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro é baixado quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem e/ou quando a Companhia transferir os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumir uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”, e tiver transferido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo.

O envolvimento contínuo na forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo valor contábil original do ativo ou pela máxima contraprestação que puder ser exigida da Companhia, dos dois o menor.

5. Principais políticas contábeis--Continuação

d) Instrumentos financeiros---Continuação

(ii) *Passivos financeiros*

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado ou como outros passivos financeiros. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. A Companhia não possui passivos financeiros classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada ou cancelada, ou quando expirar.

Desreconhecimento (baixa) de passivos financeiros

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(iii) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

5. Principais políticas contábeis—Continuação

d) Instrumentos financeiros---Continuação

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

e) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, ou em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, que as empresas controladas pela Prumo concluíram que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

f) Investimentos

Os investimentos em controladas e controladas em conjunto são avaliados pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais. As controladas em conjunto classificadas como empreendimento controlado em conjunto também são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras consolidadas.

5. Principais políticas contábeis—Continuação

g) Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e de eventuais perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumulada.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta.
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Administração.
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, da data em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização nos propósitos da Administração.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos anualmente, e em função disso, eventuais ajustes podem ser reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

A Companhia classifica como obras em andamento todas as obras civis ocorridas durante a fase de construção e instalação até o momento em que entram em operação, quando são reclassificadas para as contas correspondentes de bens em operação.

5. Principais políticas contábeis—Continuação

h) Ativos intangíveis

Ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, se houver.

i) Propriedade para investimento

Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital ou para ambos, mas não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos. A Administração da Companhia optou por classificar a propriedade para investimento pelo custo desde o seu reconhecimento inicial.

O custo inclui despesa que é diretamente atribuível à aquisição de uma propriedade para investimento. Pode ser composto de juros capitalizados decorrentes dos empréstimos, gastos com material e mão de obra direta ou qualquer outro gasto diretamente atribuível a essa propriedade, desde que seja necessário para colocá-la em condição de uso conforme o seu propósito.

Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento são reconhecidos no resultado do exercício. Quando uma propriedade para investimento previamente reconhecida é vendida, os respectivos montantes reconhecidos em ajuste de avaliação patrimonial são transferidos para lucros (prejuízos) acumulados.

Quando a utilização da propriedade mudar de tal forma que ela seja reclassificada como imobilizado, seu valor justo apurado na data da reclassificação será seu custo para a contabilização subsequente.

Conforme CPC 28 - Propriedade para investimento, a Companhia divulga o valor justo dos terrenos destinados ao arrendamento.

5. Principais políticas contábeis—Continuação

j) Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros com vida útil definida são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é estimado anualmente.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC (Unidade Geradora de Caixa) exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao calcular o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes dos impostos que reflita as condições de mercados vigentes quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes a UGCs são inicialmente alocadas na redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e subsequentemente na redução dos outros ativos desta UGC (ou grupo de UGCs) de forma *pro rata*.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a outros ativos (exceto ágio) é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

k) Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. As taxas pagas no estabelecimento dos empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidas como custos da transação dos mesmos.

5. Principais políticas contábeis--Continuação

l) Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tiver uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

Transações de pagamento baseado em ações

O valor justo de benefícios de pagamento baseado em ações na data de outorga é reconhecido, como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, pelo período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos benefícios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de ações para o qual existe a expectativa de que as condições do serviço e as condições de aquisição (não de mercado) serão atendidas, de tal forma que o valor finalmente reconhecido como despesa seja baseado no número de ações que realmente atendem às condições do serviço e às condições de aquisição (não de mercado) na data em que os direitos ao pagamento são adquiridos (*vesting date*). Para benefícios de pagamento baseados em ações com condição não adquirida (*non-vesting*), o valor justo na data de outorga do pagamento baseado em ações é medido para refletir tais condições e não há modificação para diferenças entre os benefícios esperados e reais.

Opções anuladas (forfeiture)

Quando ocorrer o não cumprimento da condição de aquisição, que nos casos de ambos os planos existentes, resume-se ao outorgado permanecer na Companhia por um pré-definido período de tempo (*vesting period*), a despesa previamente reconhecida, associada à parcela dos *vestings* futuros, é estornada a crédito de resultado e débito de reserva de capital. Os efeitos dos saldos acumulados em Reserva de Capital são reclassificados para a Reserva de Lucros/Prejuízos acumulados.

5. Principais políticas contábeis--Continuação

l) Benefícios a empregados--Continuação

Opções canceladas

Quando opções de ações são canceladas por parte da Companhia o pro rata futuro é reconhecido imediatamente no resultado do período, exceto quando o cancelamento da outorga ocorrer por decaimento do direito de aquisição, quando as condições de aquisição de direito não forem cumpridas.

Exercício das opções

Quando do exercício das opções por parte dos beneficiários, os respectivos valores justos acumulados na Reserva de Capital são reclassificados para a Reserva de Lucros.

m) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, trabalhistas e tributárias. A avaliação da probabilidade de perda inclui a análise das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a opinião de advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazos de prescrição aplicáveis, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Companhia revisa suas estimativas e premissas em bases anuais.

5. Principais políticas contábeis--Continuação

n) Receita operacional

(i) Receitas de cessão onerosa do direito real de superfície ou equiparáveis a atividade de arrendamento

A receita de cessão onerosa do direito real de superfície ou acordo equiparável referente às propriedades para investimento é reconhecida no resultado pelo método linear pelo prazo contratual. Eventuais incentivos concedidos são reconhecidos como parte integral da receita total de cessão do direito real de superfície pelo período contratado.

(ii) Serviços portuários

A receita de serviços portuários é reconhecida pelo regime de competência, conforme o serviço prestado.

o) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre os recursos investidos. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões e contraprestação contingente. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais são informados em uma base líquida.

p) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro, ajustado pelas adições e exclusões, conforme determinado pela legislação fiscal vigente.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos, passivos e o seu respectivo valor contábil, e sobre os prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social.

5. Principais políticas contábeis--Continuação

p) Imposto de renda e contribuição social---Continuação

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionem a imposto de renda e contribuição social lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Os ativos de imposto de renda e contribuição diferidos são revisados trimestralmente e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

q) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do quociente entre o resultado do período atribuível aos acionistas controladores e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41 / IAS 33 - Resultado por Ação.

r) Informação por segmento

Os resultados por segmentos que são relatados à Diretoria da Companhia incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis.

s) Demonstrações de valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações dos valores adicionados ("DVA") individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são requeridas para companhias de capital aberto no Brasil, enquanto que para IFRS é considerada uma informação suplementar.

5. Principais políticas contábeis—Continuação

t) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas possíveis do risco envolvido.

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito for considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

u) Pronunciamentos emitidos mas que não estão em vigor em 31 de dezembro de 2017.

A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). As seguintes novas normas e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2017:

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (CPC 48 - Instrumentos Financeiros):

Em dezembro de 2016 foi emitido o CPC 48 em correlação à norma IFRS9. Esta substituirá o CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (IAS 39) e traz como principais modificações: (i) requerimentos de impairment para ativos financeiros passando para o modelo híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; (ii) novos critérios de classificação e mensuração de ativos financeiros; e (iii) torna os requisitos de contabilidade de hedge (hedge accounting) menos rigorosos. O CPC 48, em geral, deverá ser aplicado retrospectivamente, a partir de 1º de janeiro de 2018.

5. Principais políticas contábeis--Continuação

- u) Pronunciamentos emitidos mas que não estão em vigor em 31 de dezembro de 2017---Continuação

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (CPC 48 - Instrumentos Financeiros)--Continuação

A Administração da Companhia e de suas controladas fizeram análise preliminar dos seus ativos e passivos financeiros e não identificaram impactos significativos da adoção da nova norma a partir de 1º de janeiro de 2018.

IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes (CPC 47 - Receita de contrato com clientes):

A IFRS 15 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e como a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas, CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção e a CPC 30 Interpretação A (IFRIC 13) Programas de Fidelidade com o Cliente. A IFRS 15 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018.

A Companhia fez análise preliminar dos efeitos que este pronunciamento pode trazer nas demonstrações financeiras anuais, e concluiu que não haverá mudanças relevantes. A Companhia está atualmente realizando uma avaliação detalhada do eventual impacto nas informações financeiras trimestrais.

IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil (ainda não tem o CPC equivalente emitido):

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. Substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019.

5. Principais políticas contábeis--Continuação

u) Pronunciamentos emitidos mas que não estão em vigor em 31 de dezembro de 2017---Continuação

IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil (ainda não tem o CPC equivalente emitido)-- Continuação

A Companhia ainda não quantificou o impacto da adoção da IFRS 16 sobre os seus ativos e passivos. O efeito quantitativo da adoção da IFRS 16 dependerá especificamente do método de transição escolhido, da utilização de expedientes práticos e isenções de reconhecimento, e de quaisquer arrendamentos adicionais que a Companhia vier a celebrar.

Adicionalmente, não se espera que as seguintes novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo Prumo.

- Ciclo de melhorias anuais para as IFRS 2014-2016 - Alterações à IFRS 1 e à IAS 28.
- Alterações ao CPC 10 (IFRS 2) Pagamento Baseado em Ações em relação à classificação e mensuração de determinadas transações com pagamento baseado em ações.
- Alterações ao CPC 36 Demonstrações Consolidadas (IFRS 10) e ao CPC 18 Investimento em Coligada (IAS 28) em relação a vendas ou contribuições de ativos entre um investidor e sua coligada ou seu empreendimento controlado em conjunto.
- ICPC 21 / IFRIC 22 Transações em moeda estrangeira e adiantamento.
- IFRIC 23 Incerteza sobre Tratamentos de Imposto de Renda.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, conforme descrito anteriormente, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

6. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

a) Caixa e equivalente de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Caixa e bancos	43	353	7.922	18.169
Aplicações financeiras				
CDBs	38.279	136.973	53.186	149.704
Operações compromissadas	5.699	58.192	21.925	230.395
Outros	-	6.890	-	7.531
	43.978	202.055	75.111	387.630
	44.021	202.408	83.033	405.799

As aplicações financeiras correspondem em parte às cotas de Fundos de Investimento, que têm em sua carteira ativos de liquidez imediata e baixo risco de mercado.

As aplicações são mantidas e gerenciadas por meio de Fundos de Investimento dos Bancos Bradesco e Citibank, que contemplam operações compromissadas em títulos privados (Debêntures ou Certificados de Depósito Bancário - "CDBs") emitidos por empresas e instituições financeiras de primeira linha, a taxas de mercado e com rentabilidade vinculada ao DI CETIP ("CDI").

b) Títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Títulos públicos	13.241	-	19.294	-
	13.241	-	19.294	-

Os títulos públicos emitidos pelo Tesouro Nacional foram adquiridos através do Fundo Exclusivo no Bradesco. Estes investimentos financeiros possuem prazos de vencimento superiores a três meses e são apresentados no ativo circulante em função da expectativa de realização no curto prazo.

6. Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários

b) Títulos e valores mobiliários--Continuação

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é efetuado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, com base nas taxas futuras de papéis similares.

Conforme determinação da Instrução CVM 408/05, as informações consolidadas incluem os saldos e as transações do fundo de investimento exclusivo, cujos quotistas são a Companhia e suas controladas.

7. Depósitos bancários vinculados

	Consolidado	
	2017	2016
Porto do Açu (a)	6.741	8.761
GSA	20	76
Prumo Participações (b)	-	55.405
Açu Petróleo (c)	22.719	-
Prumo Logística (d)	20.645	-
	50.125	64.242
Circulante	20.698	254
Não circulante	29.427	63.988

(a) Os recursos de titularidade da Porto do Açu, depositados na conta do Banco Santander, consistem em obrigação de compensação ambiental fixada no âmbito da licença de instalação nº IN023176, e somente poderão ser utilizados para investimentos em ações e projetos sócio-ambientais previamente aprovados pela Secretaria de Estado do Ambiente e do Instituto Estadual do Ambiente, conforme previsto no Termo de Compromisso n. 03/2014;

(b) Os depósitos vinculados da Prumo Participações se referem a recursos mantidos em dólar em contas no exterior, referentes à operação de financiamento descrita no item (iv) da Nota explicativa nº 21 - Empréstimos, Financiamentos e Debêntures. O montante em depósito referente a essa operação serve como garantia para o futuro pagamento de juros e amortização a curto prazo da dívida;

Em função das constantes amortizações antecipadas, realizadas através do mecanismo de *cash sweep*, a Prumo Participações recebeu em junho de 2017 *waiver* dos *noteholders* permitindo a liberação dos depósitos vinculados para utilização dos recursos pela Companhia;

(c) Os depósitos vinculados da Açu Petróleo se referem a recursos mantidos em dólar em contas no exterior, referentes à operação de financiamento descrita no item (vi) da Nota explicativa nº 21 - Empréstimos, Financiamentos e Debêntures. O montante em depósito referente a essa operação serve como garantia, de acordo com as condições do financiamento; e

(d) O depósito vinculado da Prumo se refere a CDB adquirido junto ao Banco Pine S.A. ("Banco Pine").

8. Clientes

	Consolidado	
	2017	2016
Cessão do direito real de superfície	79.299	65.636
Serviços portuários (a)	8.025	2.083
Serviço de transbordo de petróleo	18.116	6.794
Serviço de transporte (b)	5.092	-
Reembolso de energia	18	630
Fornecimento de água	3.910	-
	114.460	75.143
Circulante	56.355	13.789
Não circulante	58.105	61.354

- a) Serviços portuários compreendem armazenagem de cargas soltas, cargas de projetos, de granéis sólidos, pesagem e serviços de recepção; e
- b) Serviços de transporte com atividades de descarga e transporte de carvão siderúrgico.

9. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Imposto sobre serviços ("ISS")	-	-	922	-
Imposto sobre circulação de mercadorias ("ICMS")	-	-	1.067	-
Imposto de renda e contribuição social ("IRPJ/CSLL")	-	-	32.048	26.465
Imposto de renda retido na fonte ("IRRF")	15.162	16.021	27.194	39.103
Imposto de renda retido sobre mútuo	63.421	59.940	65.647	70.599
Crédito não cumulativo ("PIS")	-	-	7.851	9.790
Crédito não cumulativo ("COFINS")	-	-	34.561	44.189
Outros	1	1	1	93
	78.584	75.962	169.291	190.239
Circulante	15.650	11.022	101.041	72.640
Não circulante	62.934	64.940	68.250	117.599

10. Impostos diferidos

A Companhia apurou o lucro tributável, até o ano-calendário de 2014, considerando os critérios da Lei nº 6.404/76 antes das alterações das Leis nos 11.638/07 e 11.941/09. A confirmação da opção pelo regime do lucro real ocorreu desde o ano-calendário de 2008. A adoção pelo regime tributário de transição (RTT) foi obrigatória desde a vigência da Lei nº 11.941/09, ou seja, ano-calendário de 2010.

Com o advento da Lei nº 12.973, foi revogado o regime tributário de transição (RTT), tornando obrigatória, a partir do ano-calendário de 2015, a adoção do novo regime tributário. Os saldos constituídos até 31 de dezembro de 2014 estão sendo amortizados pelo prazo de 10 anos, a partir do ano calendário de 2015.

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto registram o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos à alíquota de 34%. A legislação fiscal brasileira permite que prejuízos fiscais sejam compensados com lucros tributáveis futuros por prazo indefinido; no entanto, esta compensação é limitada a 30% do lucro tributável de cada período de apuração.

Para reconhecimento do ativo fiscal diferido, a Companhia adota como premissa a Instrução CVM 371/2002, que dentre as condições para a constituição do imposto condiciona a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, trazidos a valor presente, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, que permitam a realização do ativo fiscal diferido em um prazo máximo de dez anos.

O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado e atualizado periodicamente, enquanto que as projeções são atualizadas anualmente, a não ser que ocorram fatos relevantes que possam modificá-las.

10. Impostos diferidos--Continuação

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Imposto diferido ativo				
Prejuízos fiscais	23.288	15.627	329.678	290.307
Base negativa de contribuição social	8.384	5.626	118.684	104.511
Ajuste Lei nº 11.638/07 - RTT (a)	-	-	61.080	71.185
Provisão para perda - LLX Brasil	-	-	16.812	16.812
Provisão para perda em investimentos	-	-	52.999	52.999
Provisão para perda de liquidação duvidosa	-	-	15.492	11.765
Provisão outras taxas	-	-	2.666	2.666
Diferença de base ativa - Açú Petróleo	-	-	41.679	47.640
Outros	-	-	1.711	453
Total de créditos fiscais diferidos ativos	31.672	21.253	640.801	598.339
Imposto diferido passivo				
Diferença temporária - juros capitalizados	-	-	(48.394)	(54.318)
Diferença temporária - Variação cambial	-	-	(32.610)	(35.785)
Total de impostos diferidos passivos	-	-	(81.004)	(90.103)
IR diferido não reconhecido - <i>valuation allowance</i> (b)	(31.672)	(21.253)	(318.703)	(72.545)
Total de impostos diferidos	-	-	241.094	435.691

(a) Refere-se à constituição do imposto de renda e da contribuição social diferidos sobre diferença de tratamento contábil-fiscal sobre o ativo diferido originado a partir de 1º de janeiro de 2009. Enquanto para fins contábeis as despesas consideradas pré-operacionais são reconhecidas no resultado, para fins fiscais são tratadas como se ativo diferido fossem.

(b) Trata-se de IR diferido não reconhecido decorrente de prejuízo fiscal e base negativa, além da controladora, proveniente das controladas LLX Brasil, Gás Natural, Açú Petróleo Investimentos, G3X, GSA, Águas Industriais, SNF e Heliporto em função da ausência de expectativa concreta de resultados tributáveis futuros.

Adicionalmente, partir de 1º de janeiro de 2017, a controlada Porto do Açú passou a constituir provisão para perda de créditos fiscais referente ao imposto diferido apurado a partir desta data e em 31 de dezembro de 2017 constituiu uma provisão para perda adicional no montante de R\$203.165 referente a créditos reconhecidos em exercícios anteriores. Esta provisão será revertida na medida em que a sua realização for provável.

11. Depósitos restituíveis

	2016	Adição	Baixas (recebimentos)	Provisão para perdas de depósitos restituíveis	Atualização monetária	2017
Porto do Açu	87.619	-	(3.994)	(66.908)	3.148	19.865
	87.619	-	(3.994)	(66.908)	3.148	19.865

A partir de julho de 2011, a Porto do Açu passou a adquirir dos proprietários e/ou possuidores de imóveis desapropriados pela Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro (“CODIN”) os direitos sobre as áreas por eles ocupadas. O objetivo é auxiliar os ocupantes que concordam com os valores de avaliação da CODIN a receberem suas indenizações, tendo em vista a precariedade da documentação da maioria. Em razão do grande número de interessados que se apresentaram, as aquisições tiveram como consequência a aceleração na desocupação de áreas destinadas ao Distrito Industrial de São João da Barra em geral, inclusive aquelas que são objeto da Promessa de Compra e Venda da Companhia com a CODIN.

A Porto do Açu, em 2017, recuperou o montante de R\$3.994 depositado em juízo em virtude do cumprimento dos requisitos legais em dois processos envolvendo terrenos adquiridos pela Companhia no âmbito do mencionado programa.

O recebimento pela Companhia das indenizações efetuadas pela CODIN nas ações de desapropriação somente ocorre quando da regularização do título de propriedade e da comprovação da quitação de dívidas fiscais com relação a cada imóvel, nos termos do art. 34 do Decreto-Lei nº 3.365 de 21 de junho de 1941, que dispõe sobre desapropriações por utilidade pública.

É importante ressaltar que são inúmeras as variáveis que influenciam na viabilidade de regularização dos referidos títulos de propriedade e da situação fiscal dos imóveis. Nesse sentido, tendo em vista o decurso do tempo entre as aquisições e o presente momento, observa-se um aumento na resistência dos vendedores ou seus sucessores em colaborar com o processo de regularização, inclusive com a recusa no fornecimento de documentos essenciais. Essa situação, somada à necessidade de judicialização de alguns casos, tornou indispensável a análise da recuperabilidade do saldo e consequente revisão da provisão de perda para que englobasse situações com processo de regularização mais complexo.

11. Depósitos restituíveis-- Continuação

Dessa forma, foi constituída provisão para perdas para os casos considerados de recebimento remoto, no valor de R\$66.908, que corresponde ao valor de principal e atualização dos respectivos depósitos.

Por sua vez, os casos de menor complexidade, cujos depósitos provavelmente serão restituídos, referem-se a imóveis que já foram devidamente regularizados, restando apenas aguardar a tramitação do respectivo processo de desapropriação junto ao judiciário para que seja possível a recuperação dos respectivos valores.

12. Depósitos judiciais

O quadro abaixo demonstra a posição dos depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

	Consolidado	
	2017	2016
Porto do Açu (a)	24.046	22.504
Prumo	277	192
	24.323	22.696

(a) Em 02 de dezembro de 2010, a Porto do Açu depositou em juízo o valor de R\$8.000, para a futura aquisição do imóvel denominado Fazenda Palacete, de propriedade da Cia. Açucareira Usina Barcelos ("CAUB"), pois esta estava com pedido de recuperação judicial pendente de apreciação. O juiz determinou nova avaliação do imóvel, e requereu novo depósito adicional de R\$1.172, integralmente efetuado em 18 de setembro de 2012. O alvará judicial autorizando a venda foi expedido em setembro de 2012. Em 31 de dezembro de 2017, o valor corrigido totaliza R\$15.028 (R\$14.093 em 31 de dezembro de 2016) e acrescido de R\$32 referentes a outros processos.

Em 2013, a Porto do Açu ingressou com ação judicial em face da União Federal com o objetivo de discutir o correto valor da remuneração pelo uso do espaço físico em águas públicas, nos termos do "Contrato de Cessão de Espaço Físico em Águas Públicas," celebrado em 06 de outubro de 2010 ("Contrato"). Na referida ação, a Porto do Açu obteve a concessão de medida liminar autorizando o depósito judicial da remuneração estabelecida no Contrato. Neste contexto, os depósitos judiciais efetuados em nome da SPU - Secretaria de Patrimônio da União, em 31 de dezembro de 2015, totalizaram R\$7.614. A ação judicial que discute o correto valor da remuneração pelo uso do espaço físico em águas públicas ainda está pendente de julgamento e os valores permanecem depositados em juízo. Em 31 de dezembro de 2017, o valor corrigido dos depósitos judiciais totaliza R\$8.986 (R\$8.411 em 31 de dezembro de 2016).

13. Debêntures

	Consolidado	
	2017	2016
Debêntures	659.393	659.393
Empréstimos DIP	10.961	10.961
	<u>670.354</u>	<u>670.354</u>
(-) Redução do valor recuperável de ativos (<i>"impairment"</i>)	(10.961)	-
Total	<u>659.393</u>	<u>670.354</u>

Nos termos do plano de recuperação judicial da OSX Construção Naval S.A., ("OSX"), aprovado pela Assembleia Geral de credores em 17 de dezembro de 2014 e homologado pelo juiz da recuperação em 08 de janeiro de 2015, a Porto do Açú subscreveu e integralizou, com seus créditos em face da OSX, em 29 de janeiro de 2016, debêntures emitidas pela OSX no valor total de R\$723.716, nas seguintes condições:

Data de vencimento: 20 anos

Amortização do Principal: em uma única parcela, na data do vencimento

Cálculo dos juros remuneratórios: 100% do CDI

Pagamento dos juros: a partir do 6º ano

Adicionalmente, nos termos do referido plano de recuperação judicial, a Porto do Açú concedeu para a OSX o valor de R\$10.961 na forma de empréstimo ("DIP"), em 29 de janeiro de 2016. Este valor também foi utilizado para subscrição e integralização de debêntures emitidas pela OSX.

O montante total de debêntures, conforme o plano de recuperação judicial é de R\$734.677, sendo composto por: (i) R\$646.886 relativos aos custos relacionados à construção do canal do terminal T2; (ii) R\$10.961 relativos ao empréstimo DIP; (iii) R\$12.507 relativos à linha de transmissão; (iv) R\$34.580 referentes à cessão do direito real de superfície, cujo saldo até julho de 2014 foi provisionado para perda; e (v) R\$29.743, devidos a partir de agosto de 2014, não contabilizados por não atender os critérios de reconhecimento de receita, descritos no CPC 30 - Receita, no que tange à improbabilidade de benefícios econômicos associados a essa transação.

Caso, eventualmente, a OSX não honre o acordo, o montante de R\$646.886 de custos de construção do canal será agregado ao custo de construção do Terminal T2 e os R\$12.507 da linha de transmissão serão agregados a propriedades para investimento, e deverão ser futuramente recuperados por meio das respectivas operações. Conforme divulgado na nota explicativa 17 - Imobilizado, estes valores foram incorporados ao teste de recuperabilidade da UGC *Industrial Hub/T-Mult*.

13. Debêntures--Continuação

Ainda em face das incertezas no recebimento do valor total do crédito e de acordo com o CPC 25 - Provisões, Passivos e Ativos Contingentes, a Administração entende que não é adequado o reconhecimento contábil dos juros remuneratórios das debêntures, no montante aproximado de R\$258.871, até 31 de dezembro de 2017, bem como constituiu provisão para perda ao valor recuperável no montante de R\$10.961 relativos ao empréstimo DIP, conforme descrito na Nota explicativa nº 1 - Contexto operacional.

14. Créditos e obrigações com terceiros

(a) Créditos com terceiros

	Consolidado	
	2017	2016
Créditos com OSX	83.218	65.867
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(3.203)	(3.203)
Total OSX	80.015	62.664
Outros	757	1.428
	80.772	64.092
Circulante	757	1.428
Não circulante	80.015	62.664

Após o acordo judicial mencionado na nota anterior, a Porto do Açú ainda pagou diretamente aos fornecedores custos relacionados à construção do canal do T2. Dessa forma, no caso da OSX não honrar essa dívida, o montante de R\$80.015 (R\$60.135, líquido de obrigações com terceiros com a OSX mencionadas abaixo e da provisão para perdas referente a despesas de compartilhamento de custos de sustentabilidade) será agregado ao custo de construção do T2 e deverá ser futuramente recuperado por meio das respectivas operações portuárias. Conforme divulgado na nota explicativa 17 - Imobilizado, os créditos com a OSX foram incorporados ao teste de recuperabilidade da UGC *Industrial Hub/T-Mult*.

(b) Obrigações com terceiros

Em 31 de dezembro de 2017 e em 2016, a Companhia tem obrigações com a OSX no montante de R\$19.880 e com a Dome no montante de R\$520.

15. Investimentos

a) Participações societárias

Controladas diretas (incluindo controle em conjunto)	%	Quantidade ações/quotas (mil)	2017										
			Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	Reserva de capital	Reserva de lucros	Instrumentos Financeiros Reflexa - Hedge Ferroport	Ajuste de avaliação patrimonial	Plano de opções de ações outorgadas	Resultado acumulado
Porto do Açú	100,00%	2.036.821	5.227.910	4.895.147	332.763	2.036.821	-	108	-	-	-	1.322	(1.705.488)
LLX Brasil	100,00%	104.780	761	-	761	104.779	-	-	-	-	-	-	(104.018)
Prumo Participações	100,00%	760.885	1.168.039	380.363	787.676	753.163	-	14.285	20.516	(288)	-	-	-
NFX	50,00%	155.930	187.730	81.423	106.307	155.930	-	-	-	-	-	-	(49.623)
Açú Petróleo	60,00%	267.042	1.456.708	267.760	1.188.948	349.262	-	929.451	766	-	(166.793)	-	76.262
Açú Petróleo Investimentos	100,00%	316	237.806	495.155	(257.349)	486	-	(126.546)	-	-	(33.359)	-	(97.930)
Gás Natural	100,00%	16.021	61.348	20.647	40.701	16.021	15.656	13.200	-	-	-	-	(4.176)
Prumo Serviços e Navegação	100,00%	46	1.257	4.644	(3.387)	46	-	-	-	-	-	-	(3.433)
Heliporto	100,00%	14	-	-	-	14	-	-	-	-	-	-	(14)
2016													
Controladas diretas (incluindo controle em conjunto)	%	Quantidade ações/quotas (mil)	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	Reserva de capital	Reserva de lucros	Instrumentos Financeiros Reflexa - Hedge Ferroport	Ajuste de avaliação patrimonial	Plano de opções de ações outorgadas	Resultado acumulado
Porto do Açú	100,00%	1.814.008	5.566.598	4.432.654	1.133.944	1.814.008	165.470	97	-	-	-	1.185	(846.816)
LLX Brasil	100,00%	104.780	719	-	719	104.780	-	-	-	-	-	-	(104.061)
Prumo Participações	100,00%	606.424	1.285.839	546.375	739.464	606.424	25	14.285	117.758	972	-	-	-
NFX	50,00%	73.430	161.617	8.915	152.702	155.930	22.000	-	643	-	-	-	(25.871)
Açú Petróleo	60,00%	267.042	1.266.818	65.264	1.201.554	349.262	-	929.451	106.592	-	(183.751)	-	-
Açú Petróleo Investimentos	100,00%	1	240.561	438.470	(197.909)	1	315	(126.546)	-	-	(36.750)	-	(34.929)
Gás Natural	94,90%	624	14.031	4.653	9.378	624	9.106	-	-	-	-	-	(352)
Heliporto	100,00%	1	1	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-

15. Investimentos--Continuação

b) Movimentações - Controladora

Controladas diretas	2016	Aumento de capital	Equivalência reflexa - plano de opções de ações outorgadas	Reserva reflexa - Instrumento financeiro hedge Ferroport	Reserva de capital	Dividendos	Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	Integralização (reversão) de AFAC	Outros	Ajuste de avaliação patrimonial	Equivalência patrimonial	Provisão para perda em investimentos	2017
Porto do Açú	1.133.557	222.813	137	-	-	-	57.343	(222.813)	10	-	(858.672)	-	332.375
LLX Brasil	718	-	-	-	-	-	-	-	-	-	43	-	761
Prumo Participações (*)	596.693	146.739	-	(1.260)	-	(167.158)	-	(25)	3.341	-	69.914	-	648.245
NFX	76.351	-	-	-	-	-	-	(11.000)	-	-	(12.197)	-	53.154
Açú Petróleo	720.928	-	-	-	-	-	-	-	-	10.175	(17.735)	-	713.368
Açú Petróleo Investimentos	-	485	-	-	-	-	-	(315)	-	3.391	(63.000)	59.439	-
Gás Natural	9.364	15.397	(16)	-	13.231	-	21.946	(15.397)	-	-	(3.824)	-	40.701
Heliporto	1	13	-	-	-	-	-	-	-	-	(14)	-	-
Prumo Serviço de Navegação	1	-	-	-	-	-	45	-	-	-	(3.429)	3.383	-
Outras	196	-	-	-	-	-	-	-	(23)	-	1	-	174
	2.537.809	385.447	121	(1.260)	13.231	(167.158)	79.334	(249.550)	3.329	13.566	(888.914)	62.822	1.788.778

Controladas diretas	2015	Aumento de capital	Equivalência reflexa - plano de opções de ações outorgadas	Reserva reflexa - Instrumento financeiro hedge Ferroport	Reserva de lucros	Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	Integralização (reversão) de AFAC	Outros	Ajuste de avaliação patrimonial	Equivalência patrimonial	Provisão para perda em investimentos	2016
Porto do Açú	1.368.483	177.435	138	-	-	205.470	(177.435)	-	-	(440.534)	-	1.133.557
LLX Brasil	648	-	-	-	-	-	-	-	-	70	-	718
Prumo Participações	469.269	45.003	-	972	(64.996)	9.061	(16.686)	(366)	-	154.436	-	596.693
NFX	36.852	50.750	-	-	-	11.000	(9.500)	-	-	(12.751)	-	76.351
Açú Petróleo	778.726	-	-	-	-	-	-	(1.553)	(133.495)	77.250	-	720.928
Açú Petróleo Investimentos	-	-	-	-	-	310	-	-	(42.958)	(30.497)	73.145	-
Gás Natural	459	-	-	-	-	9.106	-	-	-	(201)	-	9.364
Outras	199	-	-	-	-	-	-	-	(17)	16	-	198
	2.654.636	273.188	138	972	(64.996)	234.947	(203.621)	(1.919)	(176.473)	(252.211)	73.145	2.537.809

(*) A diferença de R\$140.265 (R\$142.771 em 31 de dezembro de 2016) entre o investimento e o PL da investida se refere a reversão de lucros não realizados dos juros sobre mútuo com a empresa Ferroport.

15. Investimentos--Continuação

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo de R\$244.402 (R\$225.962 em 31 de dezembro de 2016) consolidado em investimentos, é composto da seguinte maneira:

- 1) R\$53.154 (R\$76.351 em 31 de dezembro de 2016) se refere à participação da Prumo na empresa NFX;
- 2) R\$191.240 (R\$149.611 em 31 de dezembro de 2016) se refere à participação na Ferroport, sendo R\$331.059 referente ao investimento direto da Prumo Participações, e R\$(139.431) referente ao lucro não realizado sobre os juros de mútuo dos períodos de 2013 e 2014, capitalizados pela Ferroport e não eliminado pela Companhia no período; e R\$(388) referente ao aluguel da Ferroport com a Reserva não eliminado na Porto Açú; e
- 3) R\$8 refere-se a outros investimentos.

c) Avais, fianças e hipotecas concedidas em favor das controladas

A Prumo é interveniente garantidora dos seguintes financiamentos vigentes concedidos à Porto do Açú:

- Financiamento via repasse do BNDES concedido pelos bancos Bradesco S.A. (“Bradesco”) e Santander (Brasil) S.A. (“Santander”), no montante de R\$2.980.427 em 31 de dezembro de 2017 (R\$2.639.712 em 31 de dezembro de 2016); e
- Financiamento via emissão de debêntures, no montante atualizado de R\$1.452.656 em 31 de dezembro de 2017 (R\$1.301.484 em 31 de dezembro de 2016), sendo todo o crédito suportado pela fiança da Prumo, além do pacote de garantias elencado na Nota explicativa nº 21 - Empréstimos, financiamentos e debêntures.

16. Propriedades para investimento

	Consolidado			2017
	2016	Adições	Transferências	
Porto do Açu	457.190	8.660	1.166	467.016
GSA	31.527	84	-	31.611
Reserva Ambiental Caruara	5.205	45	-	5.250
SNF	41.774	601	-	42.375
	535.696	9.390	1.166	546.252

Propriedades para investimento incluem terrenos cuja posse é transferida onerosamente para terceiros. O instrumento jurídico usualmente utilizado nessa transferência é o contrato de cessão de uso, posse e futura concessão onerosa do direito real de superfície. Estes contratos contemplam períodos de 5 a 40 anos, renováveis ou não, sendo que todos têm seu valor anual indexado pela inflação.

Os gastos incorridos na Porto do Açu, na GSA e na SNF são aqueles destinados ao desenvolvimento e disponibilização das propriedades a empreendedores com o objetivo de se instalarem na retroárea do Complexo Industrial do Porto do Açu. As adições demonstradas no quadro se referem principalmente a benfeitorias realizadas nestes terrenos, destinados a cessão de uso, e a outros gastos para a desapropriação e a aquisição das terras.

A Reserva Ambiental Caruara desenvolve projetos para recomposição florestal para outras empresas que precisam compensar, mediante novos plantios, as áreas de vegetação suprimidas nos seus processos de implantação, cumprindo assim condicionantes de licenças sócio-ambientais.

O montante de R\$1.166 é referente à transferência das torres 345 KV da linha de transmissão, conforme Nota Explicativa nº 17 - Imobilizado.

As propriedades para investimento são registradas pelo método do custo, porém em atendimento à norma contábil CPC 28 - Propriedades para investimento, a entidade deve determinar o valor justo para fins de divulgação. Este cálculo é efetuado através da metodologia de fluxo de caixa descontado, devido à singularidade do negócio e consequente dificuldade de comparação com dados de mercado. Em 31 de Dezembro de 2017 a Companhia calculou o valor justo dos terrenos arrendados em R\$1.079.227 equivalente a 1,4MM m² da área total (R\$1.423.061 em 31 de dezembro de 2016). Para aqueles ainda não arrendados a Companhia calculou o valor justo em R\$1.853.761.

17. Imobilizado

A composição do imobilizado por empresa em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Prumo	2.443	3.909	2.443	3.909
Porto do Açu	-	-	2.923.249	3.056.744
Reserva Ambiental Caruara	-	-	9.242	9.360
Pedreira Sapucaia	-	-	462	462
Açu Petróleo	-	-	1.281.092	971.084
Gás Natural	-	-	37.628	13.892
Águas Industriais	-	-	1.286	73
GNA I	-	-	12.060	-
Prumo Navegação	-	-	370	-
	2.443	3.909	4.267.832	4.055.524

Os principais termos dos acordos referentes ao Terminal T1 são os seguintes:

Alocação de ativos

A Ferroport, a Açu Petróleo, a Porto do Açu e a Anglo American assinaram em setembro de 2015 um contrato de alocação de ativos, que define os critérios de transferência entre as partes de ativos divisíveis do T1, bem como os percentuais sobre os ativos indivisíveis, com base nos valores aportados pelas partes.

Em setembro de 2015, foi assinado aditivo ao contrato, pelo qual foi transferida a parte da Porto do Açu à Açu Petróleo, que passou a arcar com as parcelas que cabiam originalmente à Porto do Açu na divisão de custos da construção do Terminal.

17. Imobilizado--Continuação

Composição dos saldos

	Taxa anual de depreciação ponderada %	Consolidado			
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido 2017	Líquido 2016
Edificações	4	81.052	(6.423)	74.629	65.683
Pier de apoio - T2	1,66	266.030	(12.856)	253.174	216.737
Canal - T2	6,66	674.789	(131.705)	543.084	604.043
Defensas - T2	10	16.365	(5.377)	10.988	13.324
Pier <i>T-Mult</i>	1,66	227.612	(10.370)	217.242	235.077
Defensas <i>T-Mult</i>	10	192	(50)	142	170
Quebra Mar - T2	1,66	1.390.255	(55.989)	1.334.266	1.296.198
Vias de acesso	6,39	47.591	(7.317)	40.274	45.650
Quebra Mar T1	1,66	356.196	(9.350)	346.846	349.377
Pier T1	1,66	209.909	(5.671)	204.238	212.440
Canal T1	6,66	6.064	(1.203)	4.861	21.726
Pier Molhe Sul - T2	1,66	34.251	(241)	34.010	-
Benfeitorias	4	2.275	(261)	2.014	1.511
Instalações	10	125.301	(22.179)	103.122	110.121
Móveis e utensílios	10	4.334	(2.073)	2.261	2.306
Equipamentos de informática	20	15.818	(7.071)	8.747	8.649
Máquinas e equipamentos	10	305.515	(42.962)	262.553	205.284
Veículos	19	686	(665)	21	35
Terrenos		154.307	-	154.307	92.923
		3.918.542	(321.763)	3.596.779	3.481.254
Adiantamentos para formação de imobilizado		28.488	-	28.488	143.996
Obras em andamento e equipamentos em construção		642.565	-	642.565	430.274
		671.053	-	671.053	574.270
Total		4.589.595	(321.763)	4.267.832	4.055.524

17. Imobilizado--Continuação

Composição dos saldos---Continuação

Consolidado					
	Taxa anual de depreciação ponderada %	Custo	Depreciação acumulada	Líquido 2016	Líquido 2015
Edificações	4	68.935	(3.252)	65.683	4.109
Pier de apoio - T2	1,66	225.262	(8.525)	216.737	244.705
Canal - T2	6,66	688.162	(84.119)	604.043	669.568
Defensas - T2	10	16.958	(3.634)	13.324	15.557
Pier <i>T-Mult</i>	2,04	241.235	(6.158)	235.077	254.099
Defensas <i>T-Mult</i>	10	199	(29)	170	202
Quebra Mar - T2	2,04	1.328.073	(31.875)	1.296.198	1.434.860
Vias de acesso	6,39	49.337	(3.687)	45.650	50.897
Quebra Mar T1	2,04	351.289	(1.912)	349.377	-
Pier T1	2,04	213.545	(1.105)	212.440	-
Canal T1	6,66	22.284	(558)	21.726	-
Benfeitorias	4	1.703	(192)	1.511	17.606
Instalações	10	123.269	(13.148)	110.121	7.024
Móveis e utensílios	10	3.963	(1.657)	2.306	1.582
Equipamentos de informática	20	13.207	(4.558)	8.649	6.211
Máquinas e equipamentos	10	214.096	(8.812)	205.284	47.373
Veículos	19	687	(652)	35	72
Terrenos		92.923	-	92.923	109.375
		3.655.127	(173.873)	3.481.254	2.863.240
Adiantamentos para formação de imobilizado		143.996	-	143.996	96.272
Obras em andamento e equipamentos em construção		430.275	-	430.274	953.741
		574.270	-	574.270	1.050.013
Total		4.229.397	(173.873)	4.055.524	3.913.253

17. Imobilizado--Continuação

Movimentação do custo

Consolidado							
	2016	Movimentação				2017	Custo
	Custo	Adições	Efeito de conversão (**)	Baixas	Transferências (*)	Provisão para Impairment (***)	
Edificações	68.935	933	-	-	11.184	-	81.052
Pier de apoio - T2	225.262	215	-	-	53.909	(13.356)	266.030
Canal - T2	688.162	2.179	-	-	13.096	(28.648)	674.789
Defensas - T2	16.958	-	-	-	(13)	(580)	16.365
Pier <i>T-Mult</i>	241.235	2.005	-	-	(4.168)	(11.460)	227.612
Defensas Pier <i>T-Mult</i>	199	-	-	-	-	(7)	192
Quebra Mar T2	1.328.073	11.247	-	-	121.320	(70.385)	1.390.255
Vias de acesso	49.337	392	-	-	(14)	(2.124)	47.591
Quebra-Mar T1	351.289	-	4.907	-	-	-	356.196
Pier T1	213.545	-	2.797	-	(6.433)	-	209.909
Canal T1	22.284	12	84	(16.316)	-	-	6.064
Pier Molhe Sul - T2	-	-	-	-	36.045	(1.794)	34.251
Benfeitorias	1.704	548	10	-	13	-	2.275
Instalações	123.269	33	8	-	1.991	-	125.301
Móveis e utensílios	3.963	355	16	-	-	-	4.334
Equipamentos de informática	13.207	2.359	55	(46)	243	-	15.818
Máquinas e equipamentos	214.096	31.092	3.848	-	56.479	-	305.515
Veículos	686	-	-	-	-	-	686
Terrenos	92.923	-	1.133	(603)	60.854	-	154.307
	3.655.127	51.370	12.858	(16.965)	344.506	(128.354)	3.918.542
Adiantamentos para formação de imobilizado	143.996	27.427	(2.638)	(2.521)	(137.776)	-	28.488
Obras em andamento e equipamentos em construção	430.274	410.478	17.270	-	(215.457)	-	642.565
	574.270	437.905	14.632	(2.521)	(353.233)	-	671.053
Total	4.229.397	489.275	27.490	(19.486)	(8.727)	(128.354)	4.589.595

(*) O valor de R\$(8.727) refere-se a: R\$(8.240) transferência de crédito de Pis/Cofins; e R\$(587) transferência de valores para propriedade para investimento e R\$100 transferência de intangível incorporado ao *hardware* registrado em equipamentos de informática;

(**) Refere-se ao efeito de conversão na subsidiária Açú Petróleo, com moeda funcional diferente da moeda de apresentação;e

(***) Descrito nesta nota no item teste de valor recuperável de ativos não circulantes.

17. Imobilizado—Continuação

Movimentação do custo---Continuação

Consolidado							
2015	Movimentação					2016	
	Custo	Adições	Efeito de conversão (**)	Baixas	Transferências (*)		Provisão para impairment (***)
Edificações	5.653	350	-	-	62.932	-	68.935
Pier de apoio - T2	249.534	-	-	-	(16.310)	(7.962)	225.262
Canal - T2	705.275	-	-	-	5.077	(22.190)	688.162
Defensas - T2	17.447	-	-	-	-	(489)	16.958
Pier T-Mult	255.989	-	-	-	(6.118)	(8.636)	241.235
Defensas Pier T-Mult	205	-	-	-	-	(6)	199
Quebra Mar T2	1.443.950	-	-	-	(68.261)	(47.616)	1.328.073
Vias de acesso	51.017	-	-	-	(1.680)	-	49.337
Quebra-Mar T1	-	-	(62.088)	-	413.377	-	351.289
Pier T1	-	-	(38.120)	-	251.665	-	213.545
Canal T1	-	-	(3.938)	-	26.222	-	22.284
Benfeitorias	17.729	-	-	-	-	(16.026)	1.703
Instalações	13.230	1.141	(99)	-	108.997	-	123.269
Móveis e utensílios	2.882	1.096	(15)	-	-	-	3.963
Equipamentos de informática	8.902	4.582	(277)	-	-	-	13.207
Máquinas e equipamentos	48.425	146.836	(19.024)	-	37.859	-	214.096
Veículos	1.056	26	-	(395)	-	-	687
Terrenos	109.375	-	(14.962)	-	(832)	(658)	92.923
	2.930.669	154.031	(138.523)	(395)	812.928	(103.583)	3.655.127
Adiantamentos para formação de imobilizado	96.272	66.640	(3.033)	-	(15.883)	-	143.996
Obras em andamento e equipamentos em construção	953.741	347.602	(8.937)	-	(862.132)	-	430.274
	1.050.013	414.242	(11.970)	-	(878.015)	-	574.270
Total	3.980.682	568.273	(150.493)	(395)	(65.087)	(103.583)	4.229.397

(*) O valor total de R\$(65.087) refere-se a: R\$(56.680) transferência de crédito de Pis/Cofins; e R\$(8.407) transferência de adiantamento de terrenos para propriedade para investimento;

(**) Refere-se ao efeito de conversão na subsidiária Açú Petróleo, com moeda funcional diferente da moeda de apresentação;e

(***) Descrito nesta nota no item teste de valor recuperável de ativos não circulantes.

17. Imobilizado—Continuação

Movimentação da depreciação

	Consolidado				Depreciação 2017
	Depreciação 2016	Adições	Efeito de conversão (**)	Baixa	
Edificações	(3.252)	(3.171)	-	-	(6.423)
Pier de apoio - T2	(8.525)	(4.331)	-	-	(12.856)
Canal - T2	(84.119)	(47.586)	-	-	(131.705)
Defensas - T2	(3.634)	(1.743)	-	-	(5.377)
Pier <i>T-Mult</i>	(6.158)	(4.212)	-	-	(10.370)
Defensas Pier <i>T-Mult</i>	(29)	(21)	-	-	(50)
Quebra Mar T2	(31.875)	(24.114)	-	-	(55.989)
Vias de Acesso	(3.687)	(3.630)	-	-	(7.317)
Quebra-Mar T1	(1.912)	(6.890)	(548)	-	(9.350)
Pier T1	(1.105)	(4.230)	(336)	-	(5.671)
Canal T1	(558)	(636)	(9)	-	(1.203)
Pier Molhe Sul - T2		(241)	-	-	(241)
Benfeitorias	(192)	(69)	-	-	(261)
Instalações	(13.148)	(9.029)	(2)	-	(22.179)
Móveis e utensílios	(1.657)	(414)	(2)	-	(2.073)
Equipamentos de informática	(4.558)	(2.496)	(41)	24	(7.071)
Máquinas e equipamentos	(8.812)	(24.059)	(10.091)	-	(42.962)
Veículos	(652)	(13)	-	-	(665)
Total	(173.873)	(136.885)	(11.029)	24	(321.763)

(**) Refere-se ao efeito de conversão na subsidiária Açú Petróleo, com moeda funcional diferente da moeda de apresentação.

17. Imobilizado—Continuação

Movimentação da depreciação--Continuação

	Consolidado				Depreciação 2016
	Depreciação 2015	Adições	Efeito de conversão (**)	Baixa	
Edificações	(1.544)	(1.708)	-	-	(3.252)
Pier de apoio - T2	(4.830)	(3.695)	-	-	(8.525)
Canal - T2	(35.706)	(48.413)	-	-	(84.119)
Defensas - T2	(1.890)	(1.744)	-	-	(3.634)
Pier <i>T-Mult</i>	(1.890)	(4.268)	-	-	(6.158)
Defensas Pier <i>T-Mult</i>	(3)	(26)	-	-	(29)
Quebra Mar T2	(9.089)	(22.786)	-	-	(31.875)
Vias de Acesso	(120)	(3.567)	-	-	(3.687)
Quebra-Mar T1	-	(2.290)	378	-	(1.912)
Pier T1	-	(1.337)	232	-	(1.105)
canal	-	(582)	24	-	(558)
Benfeitorias	(124)	(68)	-	-	(192)
Instalações	(6.206)	(6.943)	1	-	(13.148)
Móveis e utensílios	(1.299)	(359)	1	-	(1.657)
Equipamentos de informática	(2.691)	(1.895)	28	-	(4.558)
Máquinas e equipamentos	(1.051)	(8.388)	627	-	(8.812)
Veículos	(986)	(94)	-	428	(652)
Total	(67.429)	(108.163)	1.291	428	(173.873)

(**) Refere-se ao efeito de conversão na subsidiária Açú Petróleo, com moeda funcional diferente da moeda de apresentação

- Obras em andamento

Na Porto do Açú o saldo de obras em andamento em 31 de dezembro de 2017, incluindo custos diretos e indiretos alocados aos diversos ativos em construção, é composto por: (i) proteção catódica cais *T-Mult* no valor de R\$36.133; (ii) obras complementares no *T-Mult* e de infraestrutura geral no valor de R\$77.251.

Na Açú Petróleo o saldo de obras em andamento em 31 de dezembro de 2017 totaliza R\$486.414, incluindo custos diretos e indiretos alocados aos diversos ativos; refere-se principalmente a obras do canal T1 no valor de R\$462.939 e ao efeito de acréscimo devido à conversão de moeda funcional para moeda de apresentação no valor de R\$23.475. Deste saldo de obras em andamento o valor de R\$10.290 se refere aos juros e outros custos do financiamento com a *Overseas Private Investment Corporation* ("OPIC").

17. Imobilizado--Continuação

Na Gás Natural o saldo de obras em andamento em 31 de dezembro de 2017 é de R\$37.600 referente a gastos com projetos para terminal GNL.

Na Águas Industriais o saldo de obras em andamento em 31 de dezembro de 2017 é de R\$1.245 referente a gastos com projetos para o sistema de águas do porto.

Na GNA I o saldo de obras em andamento em 31 de dezembro de 2017 é de R\$3.922 referente a gastos com a termoeletrica Novo Tempo.

- Instalações portuárias

As principais instalações do píer de apoio *offshore* T2, do canal T2 e do pier *T-Mult*, bem como a estrutura do quebra-mar T2, se encontram operacionais e sendo depreciadas.

- Teste de valor recuperável para os ativos não circulantes (“impairment”)

De acordo com o CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos, a Administração da Prumo revisa trimestralmente indicativos de perda, de maneira regular, a fim de verificar potenciais perdas por incapacidade de recuperação dos valores contábeis, conforme destacado na Nota explicativa nº 1 - Contexto operacional.

A metodologia do fluxo de caixa descontado utilizada pela Companhia está fundamentada em conceitos que consideram recursos financeiros que serão gerados no futuro pela Unidade Geradora de Caixa (“UGC”) descontados a valor presente, para refletir o tempo, o custo de oportunidade e os riscos associados.

A Companhia segrega suas atividades em três frentes de atuação, *T-Gás*, *T-Oil* e *Industrial Hub/T-Mult*. A UGC *T-Gás* refere-se a compra, venda e regaseificação de gás natural liquefeito, geração, transmissão e comercialização de energia; operadas pelas subsidiárias da controlada GNA; a UGC *T-Oil* refere-se a transbordo de petróleo cru realizado no terminal T1, operado pela controlada Açú Petróleo, e a UGC *Industrial Hub/T-Mult* refere-se às atividades de arrendamento de retroárea e de movimentação e armazenagem de *containers*, veículos, granéis sólidos e cargas soltas, operadas pela controlada Porto do Açú.

17. Imobilizado--Continuação

- Teste de valor recuperável para os ativos não circulantes ('impairment') --
Continuação

Em 31 de dezembro de 2017, na revisão dos testes de recuperabilidade dessas UGCs, a Companhia verificou a necessidade de provisão para perda no valor de R\$122.284 na Controladora e R\$128.354 no Consolidado, em adição aos valores constituídos em 31 de dezembro de 2016 na UGC *Industrial Hub/T-Mult*, conforme tabela abaixo, devido à deterioração das condições econômicas do País, associada, entre outros fatores, à queda nos preços de *commodities* nos últimos anos provocando a retração da atividade de diversos segmentos industriais que são clientes-alvo do Porto do Açu. Esse movimento se refletiu em uma desaceleração da taxa de ocupação do *Industrial Hub* ao longo dos anos.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2016, a Companhia efetuou provisão para perda no valor de R\$16.684, na controlada indireta Pedreira Sapucaia, devido ao fato de não haver perspectiva de utilização econômica deste ativo no curto prazo, situação que se mantém em 31 de dezembro de 2017.

Controlada Porto do Açu		2017		2016
Ativos ou unidade geradora de caixa	Valor contábil (a)	Valor em uso	<i>Impairment</i>	<i>Impairment</i>
<i>Industrial Hub/T-Mult</i>	4.455.116	4.197.880	(122.284)	(134.952)

Consolidado		2017		2016
Ativos ou unidade geradora de caixa	Valor contábil (a)	Valor em uso	<i>Impairment</i>	<i>Impairment</i>
<i>Industrial Hub/T-Mult</i>	4.413.133	4.197.880	(128.354)	(86.899)

- (a) Valor contábil dos ativos é composto por: ativo imobilizado, intangível e diferido, propriedades para investimento e debêntures e créditos com a OSX (líquido de obrigações com terceiros).

17. Imobilizado--Continuação

- Teste de valor recuperável para os ativos não circulantes—Continuação

A movimentação da provisão para perda ao valor recuperável é como segue:

Controlada - Porto do Açu	2016	Adições	Reversão (a)	2017
Industrial Hub/T-Mult	(134.952)	(128.354)	6.070	(257.236)
	(134.952)	(128.354)	6.070	(257.236)

Consolidado	2016	Adições	Reversão	2017
Industrial Hub/T-Mult	(86.899)	(128.354)	-	(215.253)
	(86.899)	(128.354)	-	(215.253)

(a) A reversão da provisão de impairment é devido à amortização do ativo diferido, cujo saldo foi totalmente provisionado para perda em 31 de dezembro de 2016.

Na avaliação de recuperabilidade dos ativos em 31 de dezembro de 2017, a Companhia utilizou-se do valor em uso por UGC a partir de projeções aprovadas pela Administração, que consideraram:

- Revisão dos cenários para cada UGC conforme planos de negócios, considerando tanto receitas futuras projetadas quanto os contratos já firmados com clientes com destaque para os contratos de locação de área com a Edison Chouest e os contratos de locação de área que estão sendo negociados com a GNA;
- Cenário macroeconômico do país;
- Período do fluxo de caixa de 23 anos, uma vez que a Companhia se encontra em fase inicial de suas operações e a maioria dos contratos existentes e previstos são de longo prazo, assim como o longo período de maturação dos investimentos em infraestrutura; Taxa de desconto de 11,24% a 12,93% (14,46% em 31 de dezembro de 2016) em termos nominais, baseada na projeção da estrutura de capital ano a ano no custo médio ponderado de capital (“Rolling WACC”);e
- Taxa de crescimento de perpetuidade de 4,40% (4,46% em 31 de dezembro de 2016) a.a..

Na avaliação do valor recuperável, a Companhia também mensurou o valor justo deduzido das despesas de alienação da UGC Industrial Hub/T-Mult, conforme CPC 01, e verificou que o valor em uso é superior ao valor justo deduzido das despesas de alienação.

18. Intangíveis

	Taxa anual de amortização (%)	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
Direito de acesso (a)	3,54	-	-	44.470	45.185
Direito de uso de linha de transmissão		-	-	10.200	-
Licença de uso de software	20	6.970	5.748	10.066	8.882
Implantação de sistemas		484	697	963	810
Outros		302	302	398	347
		7.756	6.747	66.097	55.224

- (a) Em janeiro de 2008 a Porto do Açu e a Ferroport assinaram um contrato denominado *Port Access Agreement*, aditado em abril de 2013. O contrato tem como objeto principal a concessão, pela Ferroport, do direito de acesso às instalações portuárias do T1 à Porto do Açu, seus representantes e clientes, desde que respeitadas determinadas condições, em razão da preferência de utilização destas pelo projeto desenvolvido pela Ferroport. A Porto do Açu poderá movimentar, nas instalações portuárias, cargas que estejam previstas em sua autorização obtida perante a ANTAQ, excluído o minério de ferro. A prioridade do acesso e uso das instalações portuárias pela Ferroport abrange o recebimento, armazenagem, movimentação e carregamento de minério de ferro proveniente de mina que seja de propriedade da Anglo American e suas afiliadas ou que seja por elas, direta ou indiretamente, operadas. Em contraprestação ao direito de acesso e utilização das instalações portuárias, como canal de acesso e quebra-mar, a Porto do Açu deverá pagar à Ferroport uma tarifa mensal. A amortização desse intangível teve início em outubro de 2014 com a operação do terminal T1.

Em 17 de setembro de 2015, o contrato foi aditado passando o direito de acesso da Porto do Açu à Açu Petróleo.

- Teste de valor recuperável para os ativos intangíveis

O montante dos intangíveis foi incluído nos testes de *impairment* mencionados nas Nota explicativa nº 17 - Imobilizado.

19. Partes relacionadas

A Companhia adota as práticas de Governança Corporativa recomendadas e/ou exigidas pela legislação, incluindo as previstas no Regulamento do Novo Mercado. A Política de Governança Corporativa da Companhia determina que os membros do Conselho de Administração devam monitorar e administrar potenciais conflitos de interesses dos executivos, dos membros do Conselho e dos Sócios, de forma a evitar o uso inadequado dos ativos da Companhia e, especialmente, abusos em transações entre partes relacionadas.

Em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, os membros do Conselho de Administração da Companhia estão proibidos de votar em qualquer Assembleia ou Reunião do Conselho ou de atuar em quaisquer operações ou negócios nos quais tenham interesses conflitantes com os da Companhia.

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, relativos às operações com partes relacionadas, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, são decorrentes de transações da Companhia com empresas controladas e controladas em conjunto, membros da Administração e outras partes relacionadas, como segue:

	Contas a receber			
	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Cessão do direito real de superfície				
NFX	-	-	968	990
Nota de débito				
Porto do Açú	235	434	-	-
Açú Petróleo	1.851	3.827	-	-
Gás Natural	1.523	-	-	-
Águas Industriais do Açú	57	-	-	-
Dome	353	-	705	-
Contas a receber - mútuos				
Porto do Açú	509.580	509.580	-	-
Ferroport	-	-	799.888	894.948
NFX	23.551	-	23.551	-
Outros				
Dividendos - Prumo Participações	-	36.681	-	-
Total	537.150	550.522	825.112	895.938
Circulante	27.570	40.942	86.003	51.271
Não circulante	509.580	509.580	739.109	844.667

19. Partes relacionadas—Continuação

	Contas a pagar			
	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Contas a pagar - notas de débito				
Ferroport (a)	5	-	410	18.496
EIG Global Energy Partners	108	694	108	694
Oiltanking (b)	-	-	7.088	3.760
NFX	-	-	7	-
	113	694	7.613	22.950

(a) O montante de R\$410 (R\$18.496 em 2016) é referente a reembolso de despesa com SSO.
(b) O montante de R\$7.088 (R\$3.760 em 2016) é referente a gastos portuários.

O quadro abaixo demonstra o efeito no resultado, por empresa, das transações com partes relacionadas:

	Receitas - Efeito no resultado			
	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Receitas - cessão do direito real de superfície				
NFX	-	-	11.494	10.881
Ferroport	-	-	673	1.101
	-	-	12.167	11.982
Receita de acostagem				
NFX	-	-	-	1.166
Reflorestamento				
Ferroport	-	-	223	572
Realização de lucros não realizados				
Ferroport	3.340	4.465	3.340	4.465
Receitas financeiras - juros sobre mútuos				
NFX	2.635	-	2.635	-
Ferroport	-	-	97.915	138.483
Outros				
Serviço compartilhado (a)	2.649	-	255	-
Variação cambial sobre pagamentos de juros EIG	5	58.606	5	58.606
	8.629	63.071	116.539	215.274

(a) Referente a folha dos colaboradores que estão locados na Prumo e que prestam serviços a outras empresas controladas pela Prumo, conforme contrato.

19. Partes relacionadas—Continuação

	Custo / Despesas - Efeito no resultado			
	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Despesas financeiras- juros sobre mútuo				
Porto do Açú	-	(107)	-	-
Despesas financeiras empréstimos				
EIG Global Energy Partners				
Juros	-	(24.624)	-	(24.624)
Corretagem	-	(2.689)	-	(2.689)
Consultoria	(1.195)	-	(1.195)	-
Reembolso de despesa (a)	(2.650)	-	(2.650)	-
LakeShore Advisory				
Corretagem	(932)	(10.937)	(932)	(10.937)
Assessoria	-	(788)	-	(788)
Reembolso de despesa	-	(375)	-	(375)
Outros				
Descontos - <i>Notes</i>	-	(15.094)	-	(15.094)
Oiltanking - despesas portuárias	-	-	(13.680)	(12.108)
Serviço compartilhado (b)	-	(694)	(2.619)	(3.723)
	(4.777)	(55.308)	(21.076)	(70.338)

(a) Referente à despesa com transporte aéreo.

(b) Referente a folha dos colaboradores que estão locados na Prumo e que prestam serviços a outras empresas controladas pela Prumo, conforme contrato.

19. Partes relacionadas—Continuação

Os montantes referentes à remuneração dos membros da Administração estão apresentados abaixo:

	Consolidado	
	2017	2016
Diretores		
Salários	1.528	551
Pró-labore	9.033	7.021
Bônus	3.004	9.243
Benefícios e Encargos	3.879	3.994
Participação nos lucros	427	-
Opções de ações outorgadas no plano da Companhia	1.031	394
	18.902	21.203
Comitê de Auditoria		
Honorários	72	431
Encargos	14	86
	86	517
Conselho de Administração		
Honorários	1.014	886
Benefícios e Encargos	226	201
	1.240	1.087
Conselho Fiscal		
Honorários	154	-
Encargos	31	-
	185	-
Comitê de Ética e Compliance		
Honorários	210	-
Encargos	42	-
	252	-
Comitê de Estratégia		
Honorários	169	-
Encargos	34	-
	203	-
Comitê de Sustentabilidade		
Honorários	72	-
Encargos	14	-
	86	-
	20.955	22.807

20. Planos de opção de compra de ações

A Companhia contabiliza em suas demonstrações financeiras o valor justo das opções de compra de ações concedidas a seus executivos, gerentes e colaboradores considerados importantes para os empreendimentos da empresa.

O valor justo das opções de ações, bem como os direitos sobre a valorização de ações, são mensurados utilizando-se a fórmula *Black-Scholes* e contabilizados na empresa que se beneficia do valor agregado pelas atividades desses beneficiários.

Variações de mensuração incluem o preço das ações na data de mensuração, o preço de exercício do instrumento, a volatilidade esperada (baseada na média ponderada da volatilidade histórica, ajustada para mudanças esperadas devido à informação disponível publicamente), a vida média ponderada dos instrumentos (baseada na experiência histórica e no comportamento geral do titular de opção), dividendos esperados e taxa de juros livres de risco (baseada em títulos públicos). Condições de serviço e condições de desempenho fora de mercado inerentes às transações não são levadas em conta na apuração do valor justo.

Em caso de alienação do controle da Companhia por seu atual acionista controlador, as opções outorgadas de acordo com o Plano deverão ser respeitadas. Neste caso, no entanto, o Conselho de Administração da Companhia poderá também decidir ou tomar medidas para antecipar a outorga de opções ou o direito dos beneficiários de exercer as opções já outorgadas. Se o número, espécie ou classe de ações de emissão da Companhia, em vigor na data em que o Plano for aprovado, sofrerem desdobramentos, grupamentos ou conversão de ações de uma espécie ou classe em outra ou conversão de ações em outros valores mobiliários de emissão da Companhia, o Conselho de Administração deverá ajustar o correspondente número, espécie e classe de ações estabelecidas nos Contratos de Opção, bem como o respectivo preço de exercício, para evitar distorções na aplicação do Plano. O Plano permanecerá válido por prazo indeterminado, mas poderá ser extinto, revogado ou revisado pela Assembleia Geral de acionistas a qualquer tempo.

Em 24 de abril de 2017, foi deliberada pelo Conselho de Administração a outorga da totalidade das opções complementares para o plano 5, previstas nos contratos de outorga de compra nºs 42 e 43, de 666.667 ações ordinárias para cada contrato.

20. Planos de opção de compra de ações--Continuação

Em 31 de dezembro de 2017, o valor registrado no resultado do período foi de R\$1.392 (R\$881 em 31 de dezembro de 2016).

	Plano 3	Plano 3d	Plano 5	Plano 5 b
Quantidade de opções exercíveis em 31 de dezembro de 2017	26.000	40.000	666.667	1.333.333
Valor de mercado em 31 de dezembro de 2017 (R\$/ação)	11,43	11,43	11,43	11,43
Volatilidade esperada	77,95%	77,95%	77,95%	77,95%
Taxa livre de risco	2,75%	2,96%	9,70%	9,70%

Plano	Data da outorga	Preço da ação na data da outorga (R\$/ação)	Permanência (anos)	Preço de exercício na data do balanço (R\$/ação)	Valor justo médio das opções (R\$/opção)	Quantidade de opções outorgadas	Quantidade de opções exercidas/expiradas /canceladas	Quantidade de opções não exercidas	Efeito no resultado apropriado em 2017 (R\$'000)
3	09/02/2011	39,90	7	25,40	0,79	1.114.000	1.081.500	32.500	138
3d	01/08/2011	42,00	7	26,68	1,24	50.000	-	50.000	223
5	12/11/2014	5,60	7	12,00	6,69	1.666.667	1.000.000	666.667	315
5b	03/07/2017	10,25	7	16,61	5,78	1.333.333	-	1.333.333	716
Total						4.164.000	2.081.500	2.082.500	1.392

21. Empréstimos, financiamentos e debêntures

Consolidado						
		2017			2016	
		Juros e				
Vencimento	Taxas em %	Principal	atualização	Total	Total	
Instituições						
BNDES (Repassadores) (i)	15/09/2033	Selic + 4,96% a.a.	923.821	5.339	929.160	803.208
BNDES (Repassadores) (ii)	15/09/2033	TJLP + 4, 70% a.a.	2.056.606	26.888	2.083.493	1.865.486
(-) Custo de transação (i) a (ii)	-	IPCA + 6,97% a.a.	(249.931)	-	(249.931)	(253.192)
Debêntures (iii)						
(-) Custo de transação (iii)	15/09/2033		1.452.656	3.501	1.456.157	1.305.314
Brookfield Asset Management (iv)	30/09/2022	Dólar + 8,50% a.a.	(6.707)	-	(6.707)	(6.589)
(-) Custo de transação (iv)			388.872	-	388.872	513.149
Terex (v)	23/08/2020	Euro + 4,10% a.a.	(49.874)	-	(49.874)	(60.192)
OPIC (vi)	30/10/2035	Dólar + 6,17% a.a.	6.658	99	6.757	7.804
(-) Custo de transação (vi)			264.640	2.721	267.361	-
			(36.204)	-	(36.204)	-
			4.750.537	38.548	4.789.085	4.174.988
Circulante						
			32.196	2.721	34.917	32.782
Não circulante						
			4.718.341	35.827	4.754.168	4.142.206

(i) e (ii) Em 29 de julho de 2015, o BNDES aprovou em decisão de Diretoria os termos e condições para o longo prazo no modelo “Project Finance”, na modalidade de repasse, no valor de R\$2,8 bilhões. Desse montante, R\$2,3 bilhões foram repassados pelos bancos Bradesco e Santander (“Bancos Repassadores”) e utilizados para a amortização de empréstimos-ponte concedidos anteriormente pelo BNDES.

Em 10 de agosto de 2015, a Porto do Açú assinou acordo com os Bancos Repassadores, para a formalização da operação acima descrita (“Contrato de Repasse”). Na mesma data, a Companhia assinou acordo com o BNDES que contempla a possibilidade de financiamento direto (“Contrato Direto”), em substituição a linha de repasse, no percentual de até 50% com o limite de R\$2,1 bilhões, somados juros e principal. A eficácia do Contrato de Repasse, assim como do Contrato Direto, está sujeita ao cumprimento de condições precedentes previstas nos referidos instrumentos.

21. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

Em 15 de outubro de 2015, a Porto do Açu cumpriu todas as condições precedentes previstas para o alongamento de sua dívida previstas, tornando efetivo naquela data o Contrato de Repasse - Contrato de Abertura de Crédito para Financiamento Mediante Repasse de Recursos do BNDES nº 4.003.155/3, que tem como partes a Porto do Açu, o Bradesco e o Santander e a interveniência da EIG Energy XV Holdings (Flame), LLC e EIG LLX Holdings S.À.R.L. O novo prazo total do financiamento foi alongado para 18 anos, sendo 4 anos de carência e 14 anos de amortização.

O montante do repasse foi rateado na proporção de 55,7% para o Bradesco e 44,3% para o Santander.

- (iii) Em 13 de agosto de 2012 foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas da Porto do Açu o Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples (“Escritura de Debêntures”), não conversíveis em ações, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, da Espécie com Garantia Real, com intermediação da Caixa Econômica Federal. A controladora Prumo foi incluída no instrumento de emissão como interveniente garantidor.

Os recursos captados se destinaram ao desenvolvimento do projeto de construção e implantação do terminal portuário T2, bem como de sua retroárea, mediante o cumprimento de prazos e condições contratuais. O montante total da operação é de R\$750 milhões, com prazo total original de 15 anos e 3 anos de carência. As debêntures foram integralmente subscritas.

Em 28 de setembro de 2012, depois de cumpridas certas condições contratuais, foi liberado o montante de R\$289.500 milhões com estrita observância do cronograma físico e financeiro do empreendimento. Em 05 de junho de 2013 foi liberado o saldo da operação, no valor de R\$478.561 milhões, em conformidade com o contrato.

21. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

Em 28 de agosto de 2015, a Porto do Açú assinou aditivo à Escritura de Debêntures Simples, em condições similares às estabelecidas nos contratos de repasse firmados para o alongamento da dívida de curto prazo que prevêem a extensão do prazo de carência por mais 4 anos, com 14 anos de amortização, totalizando o prazo de 18 anos de vencimento. A partir de 15 de setembro de 2015, data em que iniciaria a amortização dos títulos, passaram a vigorar as condições definidas no aditivo mencionado.

- (i) ,(ii) e (iii) Em 30 de junho de 2017, foi efetuado ajuste no cálculo dos juros, tanto da Porto do Açú como do Agente fiduciário das debêntures e BNDES, no valor de R\$19.355, sendo que R\$16.544 foi capitalizado por ser em juros capitalizados até o ano de 2015, período em que a Porto do Açú tinha obras em andamento e R\$2.811 para o resultado, ocasionados pela diferença na metodologia utilizadas pelos agentes. As partes chegaram ao consenso e as planilhas foram corrigidas.
- (iv) Em 1º de setembro de 2015, a Prumo Participações, subsidiária integral da Companhia, concluiu a emissão e colocação de títulos de dívida no exterior em um valor total de US\$50 milhões (“Primeira Tranche”), que foi integralmente subscrita e integralizada pelo controlador EIG.

A emissão reflete as condições de mercado da época, com juros remuneratórios no percentual de 8,5% ao ano, pagos sempre nos meses de março, junho, setembro e dezembro, sendo o primeiro pagamento no dia 30 de setembro de 2015 e o último no vencimento da dívida.

Em 07 de outubro de 2015, a Prumo Participações concluiu nova emissão e colocação de títulos de dívida no exterior em um valor total de US\$30 milhões, (“Segunda Tranche”) sendo o primeiro pagamento de juros remuneratórios no dia 31 de dezembro de 2015.

Em 13 de outubro de 2015, a Brookfield Asset Management (“Brookfield”) adquiriu de um veículo de investimento da EIG Global Energy Partners os títulos de dívida emitidos pela Prumo Participações referentes à Primeira Tranche e à Segunda Tranche.

Em 14 de outubro de 2015, a Prumo Participações concluiu a emissão e colocação de dívida no exterior no valor total de US\$120 milhões (“Terceira Tranche”) integralmente subscrita e integralizada por uma afiliada da Brookfield Asset Management (“Brookfield”).

21. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

A Brookfield totalizou seu investimento no montante de US\$200 milhões na Prumo Participações. O saldo devedor atual é de US\$126,7 milhões.

Os Títulos de Dívida vencerão em 30 de setembro de 2022, com taxa de juros de 8,50% a.a. e um cronograma de amortização com parcelas trimestrais de juros e principal.

Em 2016 a Prumo Participações antecipou a amortização de US\$35,05 milhões deste financiamento, através do mecanismo “*cash sweep*” previsto em contrato. Esse mesmo mecanismo foi utilizado em 30 de setembro de 2017 para a amortização antecipada de US\$8,87 milhões deste financiamento. Essas antecipações foram viabilizadas devido ao recebimento do mútuo da Ferroport em montantes acima das obrigações do endividamento.

- (v) Em 27 de junho de 2015, a Porto do Açú contratou com o próprio fornecedor de equipamentos, Terex MHPS GmbH, e com garantia da *Export Credit Agency* (“Eca”), Euler Hermes (Alemanha), um financiamento de Euro 3.3 milhões para a aquisição de um guindaste para Terminal Multicargas (“*T-Mult*”), através da emissão de nota promissória, com vencimento estabelecido para 2020 e previsão de amortização semestral de juros e principal.

(*) Os juros pagos estão sendo classificados nas atividades de financiamentos nas demonstrações dos fluxos de caixa.

- (vi) Em 31 de maio de 2017, a Açú Petróleo obteve financiamento no valor de US\$80 milhões junto à Overseas Private Investment Corporation (“OPIC”), agência financeira norte americana de desenvolvimento. Esta é a primeira parte da liberação de uma linha de crédito no valor total de até US\$350 milhões, conforme descrito na Nota explicativa nº 1 - Contexto operacional.

O financiamento vencerá em 30 de outubro de 2035, com taxa de juros de 6,17% a.a. em dólar e um cronograma de amortização do principal e de pagamento de juros em parcelas semestrais, sendo previsto o desembolso da primeira parcela de juros em 30 de outubro de 2017 e a primeira amortização de principal em 30 de abril de 2018 no montante de US\$1,98 milhões.

21. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

Cronograma de amortização da dívida--Consolidado

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
2018	68.140	42.987
2019	178.498	28.647
2020	380.531	150.513
2021	411.839	329.064
de 2022 até 2035	4.054.245	3.910.824
	<u>5.093.253</u>	<u>4.462.035</u>

Garantias prestadas

As garantias prestadas em favor dos debenturistas, compartilhadas com os bancos Bradesco e Santander (“Repassadores”), são as seguintes: (i) Contrato de Alienação Fiduciária em Garantia de Ações da Reserva Ambiental Caruara; (ii) Contrato de Alienação Fiduciária em Garantia de Ações da Prumo; (iii) Contrato de Alienação Fiduciária em Garantia de Ações da Porto do Açu; (iv) Contrato de Alienação Fiduciária em Garantia de Ativos; (v) Contrato de Cessão Condicional em Garantia de Direitos Contratuais e Outras Avenças; (vi) Carta de Compromisso de Alienação Fiduciária de Imóveis; (vii) Contrato de Cessão Fiduciária em Garantia de Rendimentos de Ações e Quotas; (viii) Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Emergentes da Autorização e Demais Direitos Creditórios; (ix) Contrato de Alienação Fiduciária de Bens Imóveis em Garantia (Área do Meio); (x) Contrato de Alienação Fiduciária de Bens Imóveis em Garantia (Reserva Ambiental Caruara); (xi) Instrumento Particular de Cessão Fiduciária e Subordinação de Mútuos e AFAC; e (xii) *Commitment for Additional Funding* (Compromisso para Financiamento Adicional).

Além do pacote de garantias acima mencionado, os debenturistas e os Repassadores possuem a garantia fidejussória da Prumo. O interveniente garantidor desta emissão obriga-se solidariamente com a Porto do Açu, perante os debenturistas e Repassadores, como fiador e principal pagador de todas as obrigações contraídas pelo Porto do Açu, conforme os termos da escritura de emissão, enquanto vigorar este instrumento.

21. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

As garantias prestadas pelos fiadores serão automaticamente extintas quando cumpridas determinadas condições previstas nas escrituras de financiamento.

Com relação às garantias dadas à Terex MHPS GmbH pelo financiamento do guindaste, a operação é assegurada pela Euler Hermes, uma Agência de Crédito a Exportação alemã voltada para crédito de exportação. Além disso, o contrato de compra e venda do equipamento prevê que a transferência da propriedade à Porto do Açú somente será efetuada após integral pagamento do equipamento.

As garantias prestadas pela Prumo Participações em favor da Brookfield, com relação aos títulos de dívida são: (i) Alienação Fiduciária das Ações da Ferroport pertencentes à Prumo Participações; (ii) Alienação Fiduciária das Ações da Prumo Participações pertencentes à Companhia; (iii) Alienação Fiduciária das contas garantias e (iv) Alienação Fiduciária dos recebíveis do mútuo da Ferroport.

As garantias prestadas em favor da OPIC, com relação ao empréstimo são: (i) Alienação Fiduciária das Ações da Açú Petróleo; (ii) Alienação Fiduciária dos Ativos pertencentes à Açú Petróleo; (iii) Alienação Fiduciária das contas reservas e (iv) Alienação Fiduciária dos contratos de “Offtake” relevantes da Açú Petróleo.

Cláusulas restritivas (*Covenants*)

a) BNDES

O contrato de debêntures e os empréstimos com o BNDES estão sujeitos às seguintes cláusulas de *covenants* financeiros a partir do exercício de 2019:

(i) Dívida Líquida/EBITDA

Dívida líquida / EBITDA	
2020	< 5,0 x
2021	< 4,0 x
2022	< 3,0 x
A partir de 2023	< 2,0 x

21. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

Dívida líquida é definida como sendo o somatório da rubrica de empréstimos, financiamentos e debêntures no passivo circulante e não circulante, bem como qualquer outra rubrica que se refira a dívida onerosa da Porto do Açú que venha a ser criada, deduzindo-se o caixa e equivalente de caixa e títulos e os valores mobiliários, constantes das informações trimestrais consolidadas da Porto do Açú. EBITDA é definido como lucro antes do imposto de renda e contribuição social, resultado financeiro, depreciação e amortização.

(ii) EBITDA/Despesa financeira

EBITDA / Despesa financeira líquida	
Entre 2019 e 2020	> 1,5 x
Entre 2021 e 2022	> 3,0 x
A partir de 2023	> 3,5 x

(iii) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (a) entre 2020 e 2021 superior a 1,2x; e (b) a partir de 2022, superior a 1,3x ("ICSD Mínimo"), conforme fórmula a seguir:

ICSD Mínimo = Caixa Disponível para o Serviço da Dívida (EBITDA-Capital de Giro-Tributos-Capex de manutenção) / Serviço das Dívidas (Amortização+Pagamento de Juros de quaisquer dívidas da Emissora).

A partir de 2020, manter índice "Patrimônio Líquido sobre Ativo Total" superior a 0,15, comprovado mediante a apresentação de informações trimestrais auditadas e parecer expresso de empresa independente registrada na CVM, no exercício de 12 (doze) meses anteriores à apuração acima referida.

(iv) Eventos de vencimento antecipado automático e não automático

Os contratos possuem cláusulas de eventos de vencimento antecipado automático e não automático. Essa medida é tomada também no caso de haver alteração do controle acionário, direto ou indireto, no tomador no projeto, até a quitação de todas as obrigações do respectivo empréstimo e debêntures, sem prévia e expressa anuência, e também caso ocorra cessão, transferência ou alteração do controle do Porto do Açú ou do Interviente Garantidor pessoa jurídica, sem prévio consentimento dos credores, exceto se, após tais eventos, o controlador permanecer direta ou indiretamente na situação de Emissor e Interviente Garantidor do Porto do Açú.

21. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

A escritura de debêntures autoriza, tão somente, a transferência de ações do Interviente Garantidor a qualquer terceiro em percentual não superior a 5% (cinco por cento) do capital social total da Prumo.

(v) Obrigações adicionais do Interviente Garantidor e do Emissor

Além dos compromissos comuns aplicados aos acordos desta natureza, o pagamento de mútuos aos acionistas realizado pelo Emissor deverá respeitar os termos previstos no Instrumento Particular de Cessão Fiduciária e Subordinação de Mútuos e AFAC. Quanto às suas subsidiárias, o Emissor somente estará autorizado a celebrar contratos de mútuo dentro do limite de R\$4.000.000 (quatro milhões de reais) anuais. O Interviente Garantidor fica limitado a conceder mútuos a quaisquer pessoas físicas ou jurídicas, exceto às sociedades controladas e à Ferroport; notificar o agente fiduciário sobre alterações nas condições (financeiras ou não) em seus negócios que possam impossibilitar, de forma relevante, o cumprimento de suas obrigações decorrentes da Escritura de Debêntures e/ou dos contratos relativos às contas vinculadas; e dentre as obrigações adicionais relevantes, não constituir, sem o prévio consentimento dos debenturistas, garantias reais ou fidejussórias em operações com outros credores, ressalvadas as garantias prestadas nas operações de financiamento de longo prazo já contempladas no plano de negócios.

b) OPIC

O financiamento da OPIC está sujeito a cláusula de covenants financeiros a partir de 31 de dezembro de 2018:

- A relação da dívida financeira/patrimônio líquido não superior a 70/30.
- DSCR* histórico não inferior a 1.15 para 1.

* Debit Service Cover Ratio - Índice de Cobertura do Serviço da Dívida.

21 - Empréstimos, financiamentos e debêntures—Continuação

Transações que não envolvem Caixa ou Equivalente de Caixa

	Controladora								
	Fluxo de Caixa				Transferências		Efeito não Caixa		2017
	2016	Captação / Liquidação	Juros Pagos	Adição de Custos de Transação	Juros Capitalizados	Outros	Juros, Atualização monetária e Variação cambial	Amortização Custo de Transação	
Partes relacionadas - Mútuo	509.580	10.000	-	-	-	10.915	2.636	-	
	509.580	10.000	-	-	-	10.915	2.636	-	533.131
	Consolidado								
	Fluxo de Caixa				Transferências		Efeito não Caixa		2017
	2016	Captação / Liquidação	Juros Pagos	Adição de Custos de Transação	Juros Capitalizados	Outros	Juros, Atualização monetária e Variação cambial	Amortização Custo de Transação	
Partes relacionadas - Mútuo	894.948	(180.672)	-	-	-	9.325	100.542	-	
Empréstimos, Financiamentos e debêntures	4.174.988	127.123	(46.315)	(50.006)	21.660	313	533.997	27.325	4.789.085
	5.069.936	(53.549)	(46.315)	(50.006)	21.660	9.638	634.539	27.325	5.613.228

22. Impostos e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
ISS	5	2	1.037	1.907
PIS/COFINS	1.887	160	2.226	709
ICMS	-	5	308	582
Imposto de renda e contribuição social ("IRPJ/CSLL")	-	-	3.671	26.005
IRRF	558	1.321	7.350	2.162
PIS/COFINS/CSLL - Retenção	87	64	586	890
Parcelamento - Pert	6.619	-	7.574	-
INSS de terceiros	-	1	436	1.093
	9.156	1.553	23.188	33.348

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e das despesas de imposto de renda e contribuição social registradas no resultado é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Prejuízo líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	(977.936)	(295.545)	(784.572)	(418.513)
Lucro (prejuízo) das empresas cujos créditos fiscais não são reconhecidos	-	-	531.106	(106.069)
Prejuízo líquido ajustado	(977.936)	(295.545)	(253.466)	(524.582)
Imposto de renda e contribuição social alíquota nominal (34%)	332.498	100.485	86.178	178.358
Ajustes para derivar a alíquota efetiva				
Opção compra de ações - ajuste Lei nº 11.638/07	(426)	(252)	(473)	(299)
Equivalência patrimonial	(302.230)	(85.752)	(9.303)	(26.660)
Provisão para PLR	(2.250)	2.706	(3.360)	2.706
Provisão para contingência	(245)	(163)	(272)	(163)
Baixa de perdas de depósitos restituíveis	-	-	(18.952)	-
Variação cambial	-	-	(6.085)	53.491
Juros sobre capital próprio	(10.813)	-	-	-
Outras adições permanentes	(6.115)	(2.241)	(8.581)	(3.046)
Créditos fiscais não reconhecidos	(10.419)	(14.783)	(237.866)	(22.562)
Total do imposto de renda e contribuição social (lucro presumido)	-	-	(236)	(348)
Programa de regularização débitos federais - PERT	(5.595)	-	(5.595)	-
Total do imposto de renda e contribuição social do exercício	(5.595)	-	(204.545)	181.477
Alíquota efetiva	0,57%	-	80,70% 8	(34,59%)
Corrente	(5.595)	-	(9.466)	(26.233)
Diferido	-	-	(195.079)	207.710
Total do imposto de renda e contribuição social do exercício	(5.595)	-	(204.545)	181.477

22. Impostos e contribuições a recolher--Continuação

Conforme mencionado na Nota explicativa nº 10 - Impostos diferidos, com o advento da Lei nº 12.973 foi revogado o regime tributário de transição (“RTT”), tornando obrigatória, a partir do ano calendário de 2015, a adoção do novo regime tributário, devendo os saldos constituídos até 31 de dezembro de 2014 ser amortizados pelo prazo de 10 anos. Adicionalmente, a referida Lei alterou o Decreto-Lei nº. 1.598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica e a legislação sobre a contribuição social sobre o lucro líquido, sendo que, para 31 de dezembro de 2017, tal alteração não produziu efeitos significativos sobre as demonstrações financeiras.

Em 12 de setembro de 2017 a Companhia aderiu ao Programa de Regularização Tributária (“PERT”), instituído pela Medida Provisória nº 783 de 2017, visando à liquidação dos processos administrativos e judiciais da Receita Federal do Brasil (“RFB”), Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (“PGFN”), de autarquias e fundações públicas federais no valor atualizado de R\$14.541. A adesão permite o uso dos benefícios de reduções de juros, multas e encargos legais, bem como utilização de créditos de prejuízo fiscal, observando as obrigações impostas pelo Programa, permitindo uma redução destes débitos de natureza tributária para o valor de R\$7.350 com o valor de principal no montante de R\$5.595.

O PERT abrange débitos de natureza tributária e não tributária, junto à RFB e à PGFN, vencidos até 30 de abril de 2017, constituídos ou não, em discussão administrativa ou judicial. A Companhia incluiu inicialmente neste programa, o processo judicial relacionado ao auto de infração da RFB sobre a dedutibilidade de despesas compartilhadas das obrigações assumidas pela Companhia em 2011, na base de cálculo do IRPJ e da CSLL. O Auto de Infração foi lavrado em novembro de 2014. A RFB não reconheceu a dedutibilidade na base de cálculo IRPJ e da CSLL e a Companhia impugnou o auto de infração.

Considerando o processo tramitava no âmbito da PGFN, não havendo assim a possibilidade de utilização de créditos de prejuízo fiscal, então a Companhia avaliou as demais opções do programa e decidiu pela resolução deste processo judicial, com benefício de redução de juros, multas e encargos legais, com pagamento de 5% (cinco por cento), sendo pagos em 5 parcelas mensais e sucessivas no montante de R\$145, sujeito à atualização pela taxa SELIC, a primeira parcela venceu em agosto de 2017 e a última em dezembro de 2017, que foi liquidado com o benefício da utilização de créditos de prejuízo fiscal, conforme previsto no art. 3º da Lei 13.496/2017.

23. Adiantamentos de clientes

	Consolidado	
	2017	2016
Reserva Ambiental Caruara	305	571
Porto do Açú (*)	26.824	29.515
	27.129	30.086
Circulante	2.657	2.918
Não circulante	24.472	27.168

(*) Referentes a valores adiantados pelo cliente Edison Chouest.

24. Provisão para contingências

a) Perdas prováveis, provisionadas no balanço

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia e suas controladas são alvo de alguns processos cujas expectativas de perda são classificadas como prováveis na opinião de seus consultores jurídicos e para os quais foram efetuados os devidos provisionamentos, conforme tabela a seguir:

	Controladora				2017
	2016	Adições	Reversão de provisão (*)	Atualizações	
Trabalhistas	1.793	4.674	(4.473)	521	2.515
	1.793	4.674	(4.473)	521	2.515

	Consolidado				2017
	2016	Adições	Reversão de provisão (*)	Atualizações	
Trabalhistas	2.036	6.005	(5.817)	613	2.837
Meio Ambiente	-	168	-	-	168
	2.036	6.173	(5.817)	613	3.005

(*) Foram reavaliados as documentações dos processos e os riscos, considerando que a tese defendida tem fundamento na legislação, a argumentação da defesa foi sólida, e há bons precedentes, sendo reclassificados como contingência possível.

24. Provisão para contingências--Continuação

b) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

As empresas controladas pela Prumo possuem ações de naturezas fiscais, cíveis e trabalhistas, envolvendo riscos de perda classificados como possíveis pela Administração, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Fiscais (*)	6.817	29.371
Trabalhistas	21.341	22.309
Cíveis	104.121	62.072
	<u>132.279</u>	<u>113.752</u>

(*) A redução na provisão fiscal é devida à retirada dos processos 11.052.720.022/2014-12 e 12.448.727.451/2013-41 que foram incluídos no programa especial de regularização tributária ("PERT").

Em 31 de dezembro de 2017, os principais processos de perdas possíveis para as empresas controladas pela Prumo, são os que se seguem.

Processos fiscais: os processos mais significativos estão relacionados aos questionamentos de autoridades tributárias brasileiras sobre a dedutibilidade de despesas para fins de apuração de imposto de renda de pessoa jurídica (IRPJ) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), que soma aproximadamente R\$20.009. Há ainda processos nos quais questiona-se a cobrança de adicional de imposto territorial rural ("ITR") na área da Fazenda Caruara, que totalizam cerca de R\$2.895 e processo referente ISSQN de R\$3.058.

Processos trabalhistas: as reclamações trabalhistas representam, em sua maioria, reclamações individuais ajuizadas por ex-empregados de empresas contratadas da Companhia, nas quais se questiona a responsabilidade subsidiária da Companhia em assuntos relacionados a adicional de horas extras, verbas rescisórias, horas "intinere" e pagamento de FGTS, dentre outros direitos trabalhistas.

Processos cíveis: no montante de aproximadamente R\$63.227, os processos cíveis relevantes são os que tratam de demandas judiciais referentes a ações de indenizações e de cobranças no contexto de contratos celebrados pela Companhia com empresas construtoras, prestadoras de serviços etc., que totalizam aproximadamente R\$28.600. E há ainda ações relacionadas à posse de áreas localizadas em São João da Barra/RJ, que somam aproximadamente R\$29.700.

25. Patrimônio líquido

a) Capital social

A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é a seguinte:

Acionistas	2017		2016	
	Quantidade de ações ordinárias (mil)	%	Quantidade de ações ordinárias (mil)	%
EIG Prumo Fundo de Investimento em Participações (a)	305.317	81,20	-	-
EIG LLX Holdings S.A.R.L (a)	-	-	172.018	45,75
EIG Energy XV Holdings (Flame), LLC (a)	-	-	116.491	30,98
9 West (Mubadala)	25.963	6,90	25.963	6,90
Itaú Unibanco S.A.	17.845	4,75	17.845	4,75
Outros	26.892	7,15	43.700	11,62
	376.017	100,00	376.017	100,00

Em 10 de outubro de 2016, foi aprovado em reunião do Conselho de Administração o aumento de capital social da Companhia, que passou de R\$2.574.613 dividido em 277.747 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, para R\$3.232.034 dividido em 376.017 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

- (i) Em 17 de julho e 04 de agosto de 2017, as 301.623 ações da EIG S.A.R.L e Flame foram transferidas para a EIG Prumo Fundo de Investimento em Participações, fundo de investimento em participações constituído sob a forma de condomínio fechado, nos termos da Instrução da CVM nº 578, de 30 de agosto de 2016;
- (ii) Em 26 de dezembro de 2017, a EIG adquiriu 786 ações ordinárias, representando 0,21% do total de ações de emissão da Companhia, por meio de operações realizadas na B3;
- (iii) Em 27 de dezembro de 2017, a EIG adquiriu 430 ações ordinárias, representando 0,11% do total de ações de emissão da Companhia, por meio de operações realizadas na B3; e
- (iii) Em 28 de dezembro de 2017, a EIG adquiriu 2.478 ações ordinárias, representando 0,66% do total de ações de emissão da Companhia, por meio de operações realizadas na B3.

25. Patrimônio líquido--Continuação

b) Dividendos

Todas as ações da Companhia participam em condições de igualdade na distribuição de dividendos, juros sobre capital próprio e demais benefícios aos acionistas. O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

c) Outros resultados abrangentes

Em 31 de dezembro de 2017, foram reconhecidos outros resultados abrangentes que incluem os efeitos acumulados de conversão decorrentes de investimento na controlada Açú Petróleo, cuja moeda funcional é o dólar, tendo registrado um ganho de R\$13.566, e na controlada em conjunto Ferroport registrando perda referente a *hedge* no valor de R\$(1.260), líquidos de impostos.

26. Prejuízo por ação

A tabela a seguir demonstra o cálculo do prejuízo por ação básico e diluído em conjunto, já que não há potenciais ações dilutivas que possam impactar o cálculo do prejuízo por ação diluído.

Os prejuízos básico e diluído por ação são calculados mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias existentes durante o exercício.

26. Prejuízo por ação--Continuação

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Básico				
Numerador básico:				
Prejuízo atribuível aos acionistas controladores	(983.531)	(295.545)	(983.202)	(262.773)
Denominador básico:				
Média ponderada de ações (*)	376.017	376.017	376.017	376.017
Prejuízo por ação (em R\$) - básico e diluído	(2,61566)	(0,78599)	(2,61478)	(0,69883)

(*) As opções de ações não foram incluídas no cálculo de média ponderada do número de ações ordinárias, uma vez que seu efeito teria sido anti-dilutivo. Desta forma, em 31 de dezembro de 2017, não há diferença entre o prejuízo por ação básico e o diluído.

27. Receita líquida de serviços

	Consolidado	
	2017	2016
Cessão do direito real de superfície	128.320	122.672
Serviços portuários	106.521	37.617
Serviço de transportes	29.712	-
Fornecimento de água	4.036	-
Serviços ambientais	223	587
Receita bruta	268.812	160.876
Impostos sobre receita (Pis/Cofins/ISS/ICMS)	(36.073)	(17.325)
Receita líquida	232.739	143.551

28. Custos dos serviços prestados

	Consolidado	
	2017	2016
Salários e encargos	(17.423)	(15.190)
Serviços de terceiros	(41.353)	(18.188)
Material de consumo	(2.649)	(465)
Aluguéis e arrendamentos	(4.615)	(4.146)
Depreciação e amortização	(144.542)	(107.195)
Seguros diversos	(7.039)	(4.832)
Impostos e taxas	(403)	(1.013)
Serviços portuários	(13.245)	(11.870)
Combustíveis e lubrificantes	(2.902)	(2.134)
Despesas diversas	(789)	(946)
	(234.960)	(165.979)

29. Despesas gerais e administrativas

A Companhia apresenta as despesas administrativas por natureza, como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Salários e encargos	(55.669)	(39.542)	(83.432)	(48.088)
Honorários da Administração (<i>stock options</i>)	(1.254)	(742)	(1.392)	(881)
Serviços de terceiros	(15.298)	(12.046)	(28.226)	(29.418)
Material de consumo	(143)	(366)	(512)	(1.164)
Viagens e estadias	(1.403)	(2.721)	(1.990)	(3.467)
Aluguéis e arrendamentos	(6.655)	(5.617)	(9.818)	(8.197)
Impostos e taxas	(327)	(230)	(2.244)	(4.465)
Depreciação e amortização	(1.587)	(1.908)	(3.766)	(4.939)
Seguros diversos	(395)	(317)	(481)	(317)
Serviços com parte relacionada	-	(4.313)	-	(7.341)
Representações e eventos	(100)	(316)	(625)	(3.277)
Contingências	(722)	(1.384)	(800)	(1.413)
Despesas diversas	(2.402)	(1.045)	(7.303)	(2.142)
	(85.955)	(70.547)	(140.589)	(115.109)

30. Outras receitas e despesas

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Reversão de provisão	-	-	922	-
Receita de compartilhamento	-	2.392	-	3.662
Parcelamento de Refis - PRT	(1.259)	-	(1.917)	-
Perda de recebíveis	-	-	(3.142)	-
Outros	71	-	100	(43)
	(1.188)	2.392	(4.037)	3.619

31. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Despesas financeiras				
Despesas bancárias	(11)	(3)	(479)	(671)
IOF	(78)	(116)	(1.340)	(2.253)
Corretagem e comissões (*)	(22.028)	(19.956)	(54.898)	(49.357)
Juros sobre empréstimos	-	(26.892)	(382.993)	(387.820)
Juros sobre parcelamento - PRT	(496)	-	(1.031)	-
Descontos	-	(15.094)	-	(17.014)
Variação monetária	(6)	-	(143.548)	(197.826)
Variação cambial (**)	-	(1.918)	(56.777)	(2.535)
Multas	(367)	(1.989)	(2.134)	(3.325)
IR sobre remessa ao exterior	(112)	(2.190)	(113)	(2.195)
	(23.098)	(68.158)	(643.312)	(662.996)
Receitas financeiras				
Juros sobre mútuos	5.975	4.465	103.890	142.948
Juros sobre aplicações financeiras	9.184	21.063	10.492	62.387
Juros ativos	5.856	8.844	12.438	19.824
Variação cambial (**)	-	58.607	57.158	228.309
Outros	204	-	471	207
	21.218	92.979	184.449	453.675
Resultado financeiro líquido	(1.880)	24.821	(458.863)	(209.321)

(*) Corretagem e comissões no montante acumulado de R\$54.898, composto pelas seguintes parcelas: R\$22.028 na Prumo referentes à linha de financiamento OPIC, R\$16.834 na Porto do Açú referentes à amortização do custo de transação relativo à linha de financiamento das debêntures, R\$14.002 na Prumo Participações referentes à amortização do custo de transação relativo à linha da Brookfield e R\$2.034 na Açú Petróleo referentes à linha de financiamento da OPIC.

(**) A variação cambial líquida consolidada de R\$381 é composta pelas seguintes parcelas: R\$(2.637) referentes a notas da Brookfield, R\$3.642 referentes a variação cambial da conversão de balanço da Açú Petróleo e R\$(624) referente a outras parcelas.

32. Informações por segmento

As informações por segmento devem ser preparadas de acordo com o CPC 22 (Informações por Segmento), equivalente ao IFRS 8, e devem ser apresentadas em relação aos negócios da Companhia, suas controladas e controladas em conjunto, identificados com base na sua estrutura de gerenciamento e em informações gerenciais internas.

A Prumo utiliza segmentos, conforme descrito abaixo, que correspondem às suas unidades de negócio estratégicas, as quais oferecem diferentes serviços e são administradas separadamente. Para cada uma das unidades de negócios estratégicas, a diretoria da Prumo analisa os relatórios internos da Administração ao menos uma vez por trimestre. O seguinte resumo descreve as operações em cada um dos segmentos reportáveis.

- **Segmento Administração de Retroárea (*Industrial Hub & T-Mult*)**

Refere-se à atividade de cessão do direito real de superfície relativo à retroárea do Complexo Industrial do Porto do Açú para diversos empreendimentos industriais, prevendo-se a instalação de usinas termelétricas, cimenteiras, estaleiros, indústrias automobilísticas, além de uma unidade de tratamento de petróleo (“UTP”) e principalmente de empresas ligadas ao setor petrolífero. O Porto do Açú compreende 13.000 hectares, dos quais 441 hectares de áreas já locadas. Inclui-se ainda, no segmento de Administração de Retroárea, o canal do T2, em cujas margens estão se instalando empresas do segmento de Óleo e Gás.

A operação no *T-Mult*, localizado no T2, refere-se à prestação de serviços de operação portuária de embarque e desembarque, estocagem e transporte rodoviário de produtos, tais como carvão mineral, minérios e coque de petróleo e outros.

- **Segmento *T-Oil***

Refere-se à prestação de serviços de logística de transporte de carga líquida, operação e exploração do terminal *T-Oil*, e transbordo de cargas líquidas, não se limitando a petróleo bruto e seus derivados, devendo incluir no futuro a operação e exploração de pátio logístico e unidade de tratamento de petróleo para fins de estocagem, tratamento, beneficiamento, mistura e processamento de petróleo. É operado pela Açú Petróleo.

32. Informações por segmento---Continuação

- **Segmento T-Gás**

Refere-se ao projeto de compra e venda de gás natural liquefeito (GNL) ou de gás oriundo da produção *offshore* e de regaseificação de gás natural liquefeito, geração, transmissão e comercialização de energia elétrica, bem como de intermediação na compra e venda de energia e de capacidade elétrica. É coordenado pela Gás Natural.

- **Segmento Outros**

Refere-se às demais empresas controladas pela Prumo, inclusive as que não são operacionais e as empresas-veículo detentoras de participações em outras empresas do Grupo, quais sejam, Pedreira Sapucaia, G3X, Águas Industriais, LLX Brasil, Açú Petróleo Investimentos, Prumo Participações, Heliporto e Prumo Navegação.

Demonstração do resultado por segmento em 31 de dezembro de 2017

	<i>Industrial Hub & T-Mult</i>	<i>T-Oil</i>	<i>T-Gás</i>	<i>Outros</i>	<i>Corporativo</i>	<i>Ajustes e eliminações</i>	<i>Consolidado</i>
Receita de aluguel e serviços portuários	230.092	42.931	-	4.215	-	(44.499)	232.739
Custo dos serviços prestados	(207.578)	(71.207)	-	(674)	-	44.499	(234.960)
Resultado bruto	22.514	(28.276)	-	3.541	-	-	(2.221)
Receitas (despesas) operacionais	(243.492)	(11.868)	(3.765)	(4.582)	(87.142)	-	(350.849)
Administrativas e gerais	(40.523)	(11.868)	(3.765)	(4.549)	(85.955)	6.070	(140.589)
Provisão para perda	(60.838)	-	-	-	-	(6.070)	(66.908)
Redução do valor recuperável de ativos ("impairment")	(139.315)	-	-	-	-	-	(139.315)
Outras receitas	959	-	-	-	93	-	1.052
Outras despesas	(3.775)	-	-	(33)	(1.281)	-	(5.089)
Resultado de equivalência patrimonial (*)	2.816	-	(52)	33.292	(888.913)	880.218	27.361
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos	(218.162)	(40.144)	(3.817)	32.251	(976.055)	880.218	(325.709)
Resultado financeiro	(436.343)	5.667	(60)	(26.298)	(1.880)	-	(458.863)
Receitas financeiras	67.170	9.630	1	143.115	21.218	(56.685)	184.449
Despesas financeiras	(503.462)	(3.963)	(61)	(169.413)	(23.098)	56.685	(643.312)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	(654.454)	(34.477)	(3.877)	5.953	(977.936)	880.218	(784.572)
IR e CSLL corrente	(299)	-	-	(3.572)	(5.595)	-	(9.466)
IR e CSLL diferido	(203.165)	4.912	-	3.174	-	-	(195.079)
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	(857.918)	(29.565)	(3.877)	5.555	(983.531)	880.218	(989.117)

(*) Basicamente Ferroport e BP (NFX)

32. Informações por segmento---Continuação

Demonstração do resultado por segmento em 31 dezembro de 2016

	<i>Industrial Hub & T-Mult</i>	<i>T-Oil</i>	<i>Outros</i>	<i>Corporativo</i>	<i>Ajustes e eliminações</i>	<i>Consolidado</i>
Receita de aluguel e serviços portuários	145.297	13.778	-	-	(15.524)	143.551
Custo dos serviços prestados	(150.997)	(30.365)	(141)	-	15.524	(165.979)
Resultado bruto	(5.700)	(16.587)	(141)	-	-	(22.428)
Receitas (despesas) operacionais	(174.124)	(9.480)	(17.447)	(68.155)	54.123	(215.083)
Administrativas e gerais	(40.401)	(9.482)	(749)	(70.547)	6.070	(115.109)
Redução do valor recuperável de ativos ("impairment")	(134.952)	-	(16.694)	-	48.053	(103.593)
Outras receitas	1.395	2	-	2.392	-	3.789
Outras despesas	(166)	-	(4)	-	-	(170)
Resultado de equivalência patrimonial	(23.553)	-	53.165	(252.211)	250.918	28.319
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos	(203.377)	(26.067)	35.577	(320.366)	305.041	(209.192)
Resultado financeiro	(449.632)	104.087	111.403	24.821	-	(209.321)
Receitas financeiras	71.919	106.786	238.284	92.979	(56.293)	453.675
Despesas financeiras	(521.551)	(2.699)	(126.881)	(68.158)	56.293	(662.996)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	(653.009)	78.020	146.980	(295.545)	305.041	(418.513)
IR e CSLL corrente	(340)	(5.668)	(20.225)	-	-	(26.233)
IR e CSLL diferido	213.540	56.399	(43.828)	-	(18.401)	207.710
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	(439.809)	128.751	82.927	(295.545)	286.640	(237.036)

32. Informações por segmento---Continuação

Ativos e passivos por segmento em 31 de dezembro de 2017

	<i>Industrial Hub & T-Mult</i>	<i>T-Oil</i>	<i>T-Gás</i>	<i>Outros</i>	<i>Corporativo</i>	<i>Ajustes e eliminações</i>	<i>Consolidado</i>
Ativo							
Ativo circulante	128.423	54.374	1.461	99.901	122.228	(33.652)	372.735
Ativo realizável à longo prazo	1.614.954	75.752	-	741.822	572.791	(1.053.128)	1.952.191
Investimentos	102.497	-	25.793	571.251	1.788.778	(2.243.916)	244.402
Propriedades para investimentos	546.252	-	-	-	-	-	546.252
Imobilizado	2.449.049	1.281.092	49.688	486.395	2.443	(835)	4.267.832
Intangível	2.637	45.489	10.200	15	7.756	-	66.097
Diferido	-	-	-	-	-	-	-
Total do ativo	4.843.812	1.456.707	87.142	1.899.384	2.493.996	(3.331.531)	7.449.509
Passivo							
Passivo circulante	76.551	52.225	20.647	28.268	35.788	(29.103)	184.375
Passivo não circulante	4.819.258	215.534	-	854.989	263.248	(1.318.410)	4.834.619
Patrimônio líquido	(51.997)	1.188.948	66.495	1.016.127	2.194.960	(1.984.018)	2.430.515
Total passivo e patrimônio líquido	4.843.812	1.456.707	87.142	1.899.384	2.493.996	(3.331.531)	7.449.509

Ativos e passivos por segmento em 31 de dezembro de 2016

	<i>Industrial Hub & T-Mult</i>	<i>T-Oil</i>	<i>T-Gás</i>	<i>Outros</i>	<i>Corporativo</i>	<i>Ajustes e eliminações</i>	<i>Consolidado</i>
Ativo							
Ativo circulante	92.172	201.841	48	81.241	255.536	(61.770)	569.068
Ativo realizável à longo prazo	1.871.704	47.641	-	910.728	574.712	(1.038.153)	2.366.632
Investimentos	98.360	-	3	535.813	2.537.809	(2.946.023)	225.962
Propriedades para investimentos	535.696	-	-	-	-	-	535.696
Imobilizado	2.582.662	971.084	3.500	495.204	3.909	(835)	4.055.524
Intangível	2.224	46.253	-	-	6.747	-	55.224
Total do ativo	5.182.818	1.266.819	3.551	2.022.986	3.378.713	(4.046.781)	7.808.106
Passivo							
Passivo circulante	102.826	65.265	1.802	91.430	27.427	(61.763)	226.987
Passivo não circulante	4.331.183	-	-	896.957	199.702	(1.236.068)	4.191.774
Patrimônio líquido	748.809	1.201.554	1.749	1.034.599	3.151.584	(2.748.950)	3.389.345
Total passivo e patrimônio líquido	5.182.818	1.266.819	3.551	2.022.986	3.378.713	(4.046.781)	7.808.106

33. Compromissos assumidos

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto apresentam compromissos assumidos de compras futuras no valor de R\$2.907.498 (R\$789.805 em 31 de dezembro de 2016), que deverão ser cumpridos no decorrer das obras do Porto do Açú.

	Consolidado	
	2017	2016
GNA I	2.330.111	-
Porto do Açú	295.962	349.052
Prumo	108.216	61.602
Açú Petróleo	69.796	364.776
Gás Natural	98.468	11.476
Gás Infra	1.216	-
GNA II	500	-
Águas Industriais	1.404	1.346
Prumo Participações	1.352	1.099
Reserva Ambiental Caruara	196	438
Outros	277	16
	2.907.498	789.805

34. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento periódico das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto não efetuam aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os valores estimados de realização de ativos e passivos financeiros foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão vir a ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

34. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos---

Continuação

A política da Administração da Companhia no que tange à gestão de capital é manter uma base sólida de capital para garantir a confiança dos investidores, credores e mercado, bem como assegurar o desenvolvimento futuro do negócio. Com base nisso, a Administração acompanha as previsões de retornos sobre capital no planejamento plurianual.

O conceito do “valor justo” prevê a avaliação de ativos e passivos com base nos preços de mercado, quando se tratar de ativos com liquidez, ou em metodologias matemáticas de precificação, no caso contrário. O nível de hierarquia do valor justo fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo. Uma parte das contas da Companhia tem seu valor justo igual ao valor contábil; são contas do tipo equivalentes de caixa, a pagar e a receber, dívidas *bullet* e de curto prazo.

O quadro abaixo demonstra os saldos contábeis dos instrumentos financeiros e a segregação do nível hierárquico, incluídos nos balanços patrimoniais:

	Controladora					
	2017		2016			
	Valor contábil	Mensuração	Nível hierárquico	Valor contábil	Mensuração	Nível hierárquico
Ativos financeiros não mensurados a valor justo						
Caixa e bancos	43			353		
Títulos e valores mobiliários	13.241			-		
Aplicações financeiras (a)	43.978			202.055		
Depósitos bancários vinculados	20.645	Custo amortizado		-		
Adiantamentos	216	Custo amortizado		355	Custo amortizado	
Mútuos com partes relacionadas	533.131	Custo amortizado		509.580	Custo amortizado	
Contas a receber com partes relacionadas	4.019	Custo amortizado		4.261	Custo amortizado	
Dividendos	-	Custo amortizado		36.681	Custo amortizado	
Outras contas a receber	806	Custo amortizado		-		
	616.079			753.285		
Passivos financeiros não mensurados a valor justo						
Fornecedores	2.586	Custo amortizado		16.151	Custo amortizado	
Contas a pagar com partes relacionadas	113	Custo amortizado		694	Custo amortizado	
	2.699			16.845		

34. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos---

Continuação

	Consolidado					
	2017			2016		
	Valor contábil	Mensuração	Nível hierárquico	Valor contábil	Mensuração	Nível hierárquico
Ativos financeiros não mensurados a valor justo						
Caixas e bancos	7.922			18.169		
Títulos e valores mobiliários	19.294			-		
Aplicações financeiras (a)	75.111			387.630		
Clientes	114.460	Custo amortizado		75.143	Custo amortizado	
Depósitos bancários vinculados	50.125	Custo amortizado		64.242	Custo amortizado	
Depósitos restituíveis	19.865	Custo amortizado		-		
Adiantamentos	759	Custo amortizado		802	Custo amortizado	
Mútuos com partes relacionadas	824.143	Custo amortizado		894.948	Custo amortizado	
Contas a receber com partes relacionadas	969	Custo amortizado		990	Custo amortizado	
Debêntures	659.393	Custo amortizado		670.354	Custo amortizado	
Créditos com terceiros	80.772	Custo amortizado		64.092	Custo amortizado	
Outros	3.880	Custo amortizado		-		
	1.856.693			2.176.370		
Passivos financeiros não mensurados a valor justo						
Fornecedores	72.990	Custo amortizado		118.797	Custo amortizado	
Contas a pagar e empréstimos com partes relacionadas	7.613	Custo amortizado		22.950	Custo amortizado	
Empréstimos, financiamentos e debêntures (b)	4.789.085	Custo amortizado	2	4.174.062	Custo amortizado	2
Adiantamentos a clientes	27.129	Custo amortizado		30.086	Custo amortizado	
Obrigações com terceiros	20.400	Custo amortizado		19.880	Custo amortizado	
	4.917.217			4.365.775		

(Nível 1) Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos.

(Nível 2) *Inputs* diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).

(Nível 3) *Inputs* para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

(a) Valor justo das aplicações financeiras.

As aplicações financeiras em fundos de investimento e CDBs estão sendo apresentadas pelo valor justo por meio do resultado.

(b) Valor contábil dos empréstimos, financiamentos e debêntures.

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são mensurados ao custo amortizado.

Os valores justos abaixo demonstrados apenas para referência foram marcados a mercado, considerando o impacto dos indexadores CDI, TJLP e IPCA.

34. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos---

Continuação

Ressaltamos que não foram observados instrumentos financeiros classificados como Níveis 1 e 3 durante o período em análise e que não ocorreram transferências relevantes de níveis para este mesmo período.

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são mensurados ao custo amortizado. Os valores justos calculados pela Administração, através da abordagem de receita apenas para referência, são de R\$5.052.314 em 31 de dezembro de 2017 (R\$4.423.044 em 31 de dezembro de 2016). Uma parte significativa desse valor consiste em empréstimos com BNDES, FI-FGTS, OPIC e fornecedores estrangeiros, e por serem um mercado exclusivo consideramos como valor justo o valor contábil. Para os demais ativos e passivos financeiros, dadas as características e os prazos de vencimento dos mesmos, os valores justos não diferem de forma relevante dos saldos contábeis.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia não efetuou reclassificação de seus instrumentos financeiros entre as categorias de instrumentos financeiros previstas no CPC 38.

A Companhia possui política formal para gerenciamento de riscos. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir, a qual é aprovada pelo Conselho de Administração. Os resultados obtidos com estas operações e a aplicação dos controles internos para o gerenciamento de riscos foram satisfatórios aos objetivos propostos.

34. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos—Continuação

Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos

As diretrizes de proteção são aplicadas de acordo com o tipo de exposição. Os fatores de riscos relacionados a moedas estrangeiras que deverão ser obrigatoriamente neutralizados no curto prazo são de até um ano, podendo a proteção se estender a um prazo maior. A tomada de decisão frente ao risco das taxas de juros e inflação oriundas dos passivos adquiridos será avaliada no contexto econômico e operacional e ocorrerá quando a Administração considerar o risco relevante. A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto não detinham contratos de instrumentos derivativos, com exceção da Ferroport, em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

- **Riscos de Mercado**

- (i) Risco cambial

Risco de flutuação nas taxas de câmbio às quais podem estar associados ativos e passivos da Companhia.

A Companhia trabalha no gerenciamento do risco cambial no âmbito do consolidado de suas empresas para identificar e dirimir os riscos associados à oscilação do valor das moedas às quais estão associados ativos e passivos globais.

A moeda funcional da controlada Açú Petróleo é o Dólar norte-americano e os valores no balanço consolidado, para fins de apresentação, são expostos na moeda de transação em Real, sendo convertidos à taxa do dólar de fechamento de 3,3080 em 31 de dezembro de 2017. O risco de exposição líquida foi de US\$7.423. Uma valorização de 5% na taxa de câmbio real representaria um ganho de US\$371.

O objetivo é identificar ou criar proteções naturais, aproveitando a sinergia entre as operações das empresas do Grupo Prumo, de forma a minimizar (ou mesmo evitar) o uso de derivativos de proteção, realizando o gerenciamento do risco cambial sobre a exposição líquida. Instrumentos derivativos podem ser utilizados nos casos em que não é possível a utilização da estratégia do *hedge* natural.

34. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos—Continuação

(ii) Risco de taxa de juros

Conforme detalhamento da Nota explicativa nº 21 - Empréstimos, financiamentos e debêntures, a identificação de risco de taxas de juros é ligada ao deslocamento das estruturas de juros associadas aos fluxos de pagamento de principal e juros da dívida.

Em 31 de dezembro de 2017, 87,1% do endividamento da Companhia estava associado aos índices de moedas locais, sendo 28,4% corrigidos pelo IPCA, 40,6% pela TJLP e 18,1% pela Selic.

No que se refere às receitas em reais, as receitas de aluguel da Porto do Açú são corrigidas pelo IGP-M. Os recursos financeiros estão aplicados em um fundo exclusivo da Prumo, no Banco Bradesco S.A., sob política específica para aplicação em títulos de renda fixa de bancos de primeira linha, indexados com base no CDI e com previsão de liquidez diária.

Em relação à mitigação dos riscos à variação das taxas de juros dentro do contexto atual apresentado, onde a empresa possui dívidas corrigidas por índices como SELIC, TJLP e IPCA adicionados de uma sobretaxa fixa e possui todo seu caixa aplicado em uma carteira de baixo risco com rentabilidade indexada ao CDI, a Administração não considerou relevante, no curto prazo, o risco de juros associado ao passivo das empresas controladas pela Prumo e, portanto optou por não abrir posição em operações de *hedge* para neutralizar esse risco específico.

A tabela abaixo resume o fluxo futuro de pagamento da dívida em milhões de reais, por credor, com cenário de sensibilidade nos índices de taxa de juros, sofrendo oscilação (acrécimo) de 25% e 50%.

Consolidado - Fluxo de Pagamentos Futuros						
Descrição	Cenário Base		Cenário I - Alta de 25%		Cenário II - Alta de 50%	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
BNDES (Selic e TJLP)	7.460.218	9.601.436	9.152.533	12.692.431	10.919.447	16.632.803
Debêntures (IPCA)	3.131.076	2.788.872	3.918.924	3.482.192	4.706.772	4.175.512
Total	10.591.294	12.390.308	13.071.457	16.174.623	15.626.219	20.808.315

34. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos—Continuação

(iii) Risco de *cashflow* relacionado aos juros flutuantes

Existe um risco financeiro associado às taxas flutuantes que pode elevar o valor futuro dos passivos financeiros. O risco comum é a incerteza sobre o mercado futuro de juros, que tira a previsibilidade dos fluxos de pagamento. Em cenários de perda, a estrutura a termo de juros se desloca para cima aumentando o valor do passivo. Alternativamente, a empresa ainda pode ter seus passivos reduzidos nos cenários de queda das taxas.

O risco mais importante associado ao passivo de juros advém da emissão de debêntures corrigidas pelo IPCA, como mencionado no tópico anterior. Como a receita futura da Companhia também terá o mesmo tipo de correção e ambas são de longo prazo - dívida com vencimento em 2027, fato que aumenta o grau de incerteza sobre o mercado devido ao prazo - existe uma certa neutralização de projeção de receitas com a amortização da dívida, reduzindo o risco em questão.

• **Risco de Crédito**

O risco de crédito decorre da possibilidade da Companhia, suas controladas e controladas em conjunto sofrerem perdas em função da inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Esse fator de risco pode ser oriundo de operações comerciais e da gestão de caixa.

Para mitigar os riscos, a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto adotam como prática a análise da situação financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como o acompanhamento permanente das posições em aberto.

Para avaliação das instituições financeiras com as quais mantém operações, a referência são os *ratings* das principais agências de risco utilizados no mercado: S&P, Moodys e Fitch, usando a avaliação e risco nacional para longo prazo.

A Companhia possui uma Política de Aplicações Financeiras, na qual estabelece limites de aplicação por instituição e considera a avaliação de rating como referencial para limitar o montante aplicado. Os prazos médios são constantemente avaliados, bem como os indexadores das aplicações para fins de diversificação do portfólio.

34. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos—Continuação

- **Risco Cambial**

Em 31 de dezembro de 2017, 12,9% do nosso endividamento total estava denominado em moeda estrangeira, sendo 12,8% em dólares norte-americanos e 0,1% em euros.

Trabalhamos no gerenciamento do risco cambial no âmbito do consolidado para identificar e dirimir os riscos associados à oscilação do valor das moedas às quais estão associados ativos e passivos globais. O objetivo é identificar ou criar proteções naturais, aproveitando a sinergia entre as operações das empresas do Grupo Prumo, de forma a minimizar (ou mesmo evitar) o uso de derivativos de proteção, realizando o gerenciamento do risco cambial sobre a exposição líquida. Instrumentos derivativos podem ser utilizados nos casos em que não é possível utilizar-se da estratégia do *hedge* natural.

Nesse sentido, o endividamento em moeda estrangeira refere-se aos títulos de dívida emitidos em dólares norte-americanos pela Prumo Participações. O fluxo de caixa destinado a servir o pagamento dessa dívida vem mensalmente da sua controlada em conjunto Ferroport, cuja receita está atrelada ao dólar norte-americano, sendo ainda a tarifa de movimentação de minério de ferro em vigor corrigida anualmente pelo índice de inflação americano PPI. No caso exclusivo da Ferroport, sua estrutura de custos é denominada em Reais e sua receita mensal é indexada ao dólar, estando portanto os resultados operacionais da *joint-venture* expostos ao risco de variação cambial pelo descasamento de moedas entre receitas e custos. A apreciação do real frente ao dólar poderá reduzir a margem operacional e o fluxo de caixa livre da Ferroport. Com relação ao endividamento da Prumo Participações, entendemos que o fato de tanto o serviço da dívida quanto a receita da Ferroport estarem atrelados à mesma moeda resulta em um *hedge* natural para essa exposição.

Sobre a Ferroport, há uma política de gestão de risco cambial em vigor, formulada pela Prumo em conjunto com a Anglo American. A Ferroport está envolvida em transações envolvendo instrumentos financeiros gerenciados através de estratégias operacionais e controle interno destinadas a liquidez, rentabilidade e proteção. As políticas de controle consistem em monitoramento permanente das taxas contratadas em relação às taxas de mercado vigentes. A estratégia de *hedge* é proteger a flutuação do USD para garantir a receita do fluxo de caixa. A Ferroport não faz investimentos especulativos em ativos de derivativos ou outros riscos.

34. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos—Continuação

- **Risco Cambial--** Continuação

Na Açú Petróleo, o endividamento em moeda estrangeira se refere ao empréstimo em dólares norte-americanos com a OPIC. O fluxo de caixa destinado a servir o pagamento dessa dívida está relacionado às operações da própria Açú Petróleo, cuja receita está atrelada ao dólar norte-americano, sendo ainda a tarifa de movimentação de petróleo em vigor corrigida anualmente com base no índice de inflação americano PPI. No caso da Açú Petróleo, sua estrutura de custos é denominada em Reais e sua receita mensal apesar de recebida em Reais é indexada ao dólar, estando os resultados operacionais da empresa suscetíveis ao risco de variação cambial dentro do mesmo mês. A apreciação do real frente ao dólar poderá reduzir a margem operacional e o fluxo de caixa livre da Açú Petróleo. Com relação ao endividamento, entendemos que o fato do serviço da dívida e a receita da Açú Petróleo estarem atrelados à mesma moeda resulta em um *hedge* natural para essa exposição.

A tabela abaixo resume o valor atual da dívida em milhões de reais, por credor, com cenário de sensibilidade nas taxas de câmbio (USD e EUR), assumindo oscilações de 10% e 20% para o lado positivo.

2017	Real	USD & EUR +10%	USD & EUR +20%
Instituições			
Brookfield (vii)	388.872	427.760	466.647
Terex (viii)	6.658	7.432	8.108
OPIC (ix)	264.640	294.098	320.834
Total	660.170	729.290	795.589
2016			
2016	Real	USD & EUR +10%	USD & EUR +20%
Instituições			
Brookfield (vii)	513.149	564.464	615.779
Terex (viii)	7.690	8.459	9.228
Total	520.839	572.923	625.007

34. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos—Continuação

- **Risco de Liquidez**

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto monitoram seu nível de liquidez considerando os fluxos de caixa esperados em contrapartida ao montante disponível de caixa e equivalentes de caixa. A gestão do risco de liquidez implica em manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes e capacidade de liquidar passivos e posições de mercado.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros existentes em 31 de dezembro de 2017. Esses valores são brutos e não-descontados, incluem pagamentos de juros estimados e excluem o impacto dos acordos de compensação:

	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos	2017
Passivos financeiros						
Fornecedores	72.990	-	-	-	-	72.990
Contas a pagar com partes relacionadas	-	7.613	-	-	-	7.613
Empréstimos, financiamentos e debêntures	45.891	65.481	426.613	2.624.861	9.075.349	12.238.195
Obrigações com terceiros	-	520	19.880	-	-	20.400
Adiantamentos de clientes	-	2.657	24.472	-	-	27.129
Total por faixa de prazo	118.881	76.271	446.493	2.624.861	9.075.349	12.366.327

Para fins de comparação seguem abaixo os vencimentos contratuais de passivos financeiros existentes em 31 de dezembro de 2016. Esses valores são brutos e não-descontados, incluem pagamentos de juros estimados e excluem o impacto dos acordos de compensação:

	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos	2016
Passivos financeiros						
Fornecedores	118.797	-	-	-	-	118.797
Contas a pagar com partes relacionadas	-	22.950	-	-	-	22.950
Empréstimos, financiamentos e debêntures	43.467	42.570	68.489	2.064.840	12.059.813	14.279.181
Obrigações com terceiros	-	-	19.880	-	-	19.880
Adiantamentos de clientes	-	-	30.086	-	-	30.086
Total por faixa de prazo	162.264	65.520	118.455	2.064.840	12.059.813	14.470.894

35. Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos. A Companhia considera que a sua cobertura de seguros é consistente com as de outras empresas de dimensão semelhante operando no setor.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as coberturas de seguros, não incluindo a Ferroport, são as seguintes:

	Consolidado	
	2017	2016
Riscos operacionais		
Danos Materiais	678.800	637.972
Responsabilidade Civil e Danos Ambientais	1.358.996	1.402.420
Lucros Cessantes	248.131	227.360

36. Eventos subsequentes

- Fornecimento de Combustíveis

Em 18 de janeiro de 2018, a subsidiária Porto do Açu assinou contrato definitivo com a Petrobras Distribuidora S.A. ("BR") para fornecimento de combustíveis para veículos e equipamentos, por meio da instalação e operação de um ponto de abastecimento e também foi assinado o contrato de prestação de serviços de operação do Terminal de Triagem de caminhões para os terminais portuários do Porto do Açu. Ambos os contratos terão duração de 10 anos a partir do início das operações.

A área destinada ao ponto de abastecimento, de aproximadamente 5 mil m², contará com estrutura de tanques para fornecimento de combustível, com venda direta para as empresas instaladas no Complexo Portuário. O terminal de triagem de caminhões terá área inicial de 15 mil m², com 80 vagas para caminhões, prédio administrativo e área de conveniência para os caminhoneiros.

- Aquisição de Ações

Em 08 de janeiro de 2018, a EIG LLX adquiriu 10.000 ações ordinárias de emissão da Companhia, representando nesta data, 0,003% do total de ações de emissão da Companhia, por meio de operações realizadas na B3.

Em 09 de janeiro de 2018, a EIG LLX adquiriu 3.000 ações ordinárias de emissão da Companhia, representando nesta data, 0,001% do total de ações de emissão da Companhia, por meio de operações realizadas na B3.

- Oferta Pública

Em 19 de janeiro de 2018, foi deliberada, em Assembleia Especial de Acionistas Titulares de Ações em Circulação no Mercado, a rejeição, pela maioria dos votos dos acionistas detentores de ações em circulação presentes, do pedido de elaboração de novo laudo de avaliação da Companhia.

Em 07 de fevereiro de 2018, a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") concedeu o registro da oferta pública de aquisição de ações unificada, para cancelamento de registro e saída da B3.

36. Eventos subsequentes—Continuação

- Oferta Pública--Continuação

Em 20 de fevereiro de 2018, o Conselho de Administração da Companhia, em atendimento ao disposto no artigo 21 do Regulamento de Listagem da B3 e no artigo 13, inciso xx, do Estatuto Social da Companhia, manifestou-se favoravelmente à aceitação da Oferta pelos acionistas da Companhia, conforme parecer prévio aprovado em reunião realizada nesta data.

Em 09 de março de 2018, a EIG LLX, na qualidade de ofertante, informou que a oferta em curso estabelece um valor por ação de R\$11,50 e que não tem intenção de aumentar esse preço para R\$15,00 como havia sido mencionado pela imprensa na mesma data.

Em 12 de março de 2018, a EIG LLX, na qualidade de ofertante, informou que adquiriu 39.322 ações ordinárias de emissão da Companhia em circulação, representativas de 10,46% do seu capital social. As ações foram adquiridas pelo valor unitário de R\$11,50, totalizando o valor de R\$452.206 ações. A liquidação financeira das aquisições realizadas no leilão ocorreu em 14 de março de 2018, as ações em circulação remanescentes representarão 1,44% do capital social da Companhia. As ações da Companhia deixaram de integrar o segmento do Novo Mercado da B3 no primeiro dia útil imediatamente após o encerramento do Leilão, ocorrido em 09 de março de 2018. Os acionistas que não negociaram suas ações durante o Leilão, terão três meses seguintes ao leilão para vendê-las.

36. Eventos subsequentes—Continuação

- Porto de Antuérpia

Em 15 de fevereiro de 2018, foram cumpridas todas as condições precedentes previstas para a formação da parceria entre a Companhia e o Port of Antwerp International NV (“PAI”), uma subsidiária Porto de Antuérpia, implementada através da celebração de três contratos: (i) Contrato de consultoria, (ii) Contrato de investimento e (iii) Acordo de acionistas (“Acordos Definitivos”).

Os Acordos Definitivos tornaram-se eficazes e, desta forma, (i) a PAI iniciou a prestação dos serviços de consultoria para a Porto do Açu Operações S.A. (“PdA”), subsidiária da Companhia, pelo prazo de 10 anos e preço total de USD7.800, sendo que adicionalmente a PAI indicará um total de até quatro executivos expatriados para integrar a equipe da PdA no desenvolvimento comercial e operacional do Porto do Açu; (ii) a PAI, através de uma subsidiária, subscreveu novas ações correspondentes a uma participação de 1,176% do capital social da PdA, pelo valor total de USD10.000 e (iii) a PAI indicará um membro para o Conselho de Administração da PdA.

- Autorização da Marinha

Em 08 de fevereiro de 2018, a controlada Açu Petróleo foi autorizada pela Agência da Capitania dos Portos em São João da Barra, a iniciar as operações com VLCC no *T-Oil*.

Composição do Conselho de Administração

Composição da Diretoria

Roberto D'Araujo Senna
Presidente

José Magela Bernardes
Diretor Presidente

Robert Blair Thomas
Presidente Honorário

Eugenio Leite de Figueiredo
Diretor Econômico e Financeiro e de Relações com Investidores

Kevin Lee Lowder
Conselheiro

Flavio Bernardo Luna do Valle
Diretor sem designação específica, com atribuição de Diretor Vice-Presidente

José Alberto de Paula Torres Lima
Conselheiro

Fernando Henrique Schüffner
Diretor sem designação específica, com atribuição de Diretor Comercial

Luiz do Amaral de França Pereira
Conselheiro Independente

Eduardo Xavier
Diretor sem designação específica, com atribuição de Diretor Regulatório e de Sustentabilidade

Jorge Marques de Toledo Camargo
Conselheiro Independente

Luiz Fontoura de Oliveira Reis Filho
Conselheiro

Leonardo Fortuna Bernardo Ribeiro
Gerente de Controladoria
Contador CRC-RJ 091229/O-9